



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Amanda da Silva Fonseca

Violência nas relações conjugais envolvendo policiais militares do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2021

Amanda da Silva Fonseca

Violência nas relações conjugais envolvendo policiais militares do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de Concentração: Sociedade, Violência e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kathie Njaine.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Marques da Silva.

Rio de Janeiro

2021

Título do trabalho em inglês: Violence in marital relations involving military police in Rio de Janeiro.

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

F676v Fonseca, Amanda da Silva.
Violência nas relações conjugais envolvendo policiais militares do Rio de Janeiro / Amanda da Silva Fonseca. -- 2021.
113 f.

Orientadora: Kathie Njaine.
Coorientadora: Vera Lucia Marques da Silva.
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2021.

1. Maus-Tratos Conjugais. 2. Violência Doméstica. 3. Polícia. 4. Militares. 5. Violência contra a Mulher. 6. Identidade de Gênero.
I. Título.

CDD – 23.ed. – 362.8292

Amanda da Silva Fonseca

Violência nas relações conjugais envolvendo policiais militares do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Sociedade, Violência e Saúde.

Aprovada em: 23 de junho de 2021.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Giacomini

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a Edinilsa Ramos de Souza

Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof^a. Dr^a. Vera Lucia Marques da Silva (Coorientadora)

Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof^a. Dr^a. Kathie Njaine (Orientadora)

Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2021

A meus pais Suely e Elcio, pela luta, incentivo e pela
coragem de enfrentar tudo e todos em prol da minha felicidade;

Ao meu marido Leonardo e a minha filha Lara, pelo
carinho, dedicação e ternura comigo.

AGRADECIMENTOS

Ninguém chega em nossas vidas sem uma razão e existem pessoas que tornam nossa caminhada mais significativa, uma experiência única e memorável, e por isso não podia deixar de expressar minha gratidão.

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida, pela saúde e pela oportunidade de caminhar nesses dois anos de estudo em um momento tão difícil com a pandemia da Covid-19.

A minha família, espaço de carinho e amor. Ao meu esposo Leonardo e minha filha Lara, que generosamente oferecem amizade e apoio incondicional e pela tolerância às horas passadas ao computador.

Aos meus pais Elcio e Suely que continuam a ensinar que sempre devo ter esperança e que ainda há tempo de alcançar os meus sonhos. Aos meus irmãos Aline e Rafael e cunhados Marcelo e Caroline que também abdicaram um pouco do seu tempo e contribuíram para a elaboração desse trabalho. Aos meus sogros Mário e Beth e cunhados Carol, Jeferson e Mário que representam uma grande torcida e sempre me apoiaram.

As minhas orientadoras Prof^a Dr^a Kathie Njaine e Prof^a Dr^a Vera Marques que aceitaram o desafio de orientar esse trabalho, pelo incansável apoio de todas as horas sempre pacientes, atenciosas e cuidadosas e pela rica troca de ideias e inúmeras contribuições na concretização deste estudo.

As professoras da banca Prof^a Dr^a Sônia Giacomini e Prof^a Dr^a Edinilza Souza pela disponibilidade, por permitir me aproximar e conhecê-las, pelo carinho e valiosa contribuição acadêmica.

As professoras suplentes Corina Mendes e Liana Pinto pela atenção, pelo incentivo e por se disponibilizarem a me ajudar nesta trajetória.

Aos professores e professoras do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES) pelos ensinamentos e atenção, e aos colegas de curso de pós-graduação na ENSP pela disponibilidade, pelo apoio mútuo e pelos trabalhos que realizamos juntos.

Aos meus queridos amigos e amigas de cá e lá sem os quais não teria o incentivo e ajuda nos momentos difíceis e alegres, e mesmo de longe não deixaram de estar presentes em minha vida.

Aos meus colegas de corporação com quem dividi angústias e alegrias, por me aconselharem sempre, me incentivarem e que me ajudaram muito durante o percurso desta dissertação, cada um na sua maneira.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro pela oportunidade oferecida, aqui representada pelo Cel PM Márcio Pereira Basílio, pela Ten Cel PM Cláudia Moraes e Cel PM Med Manuel Alexandre.

A todas as participantes pela generosidade e por contribuírem para a realização desta pesquisa.

Muitíssimo obrigada a todos pelo aprendizado, crescimento e amadurecimento profissional e pessoal.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a violência conjugal envolvendo policiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Foi feito um estudo para investigar as percepções e experiências das mulheres policiais e parceiras de policiais no que se refere à violência nas relações conjugais e suas estratégias de enfrentamento. A violência contra as mulheres é uma forma de violência de gênero e uma tentativa de restauração da ordem dos gêneros, conforme o modelo patriarcalista. Aspectos da cultura militar, como o *ethos*, a hierarquia e a disciplina estão implicados nas práticas violentas nas relações conjugais, que ao exercer uma função restauradora, impactam negativamente na saúde das mulheres vítimas. Neste estudo, foi utilizada uma abordagem qualitativa exploratória. Esta metodologia de pesquisa foi escolhida devido ao pouco conhecimento prévio do ponto de vista acadêmico, acerca da experiência de violência conjugal entre casais cujo um dos cônjuges é policial militar. A pesquisa com cinco (5) participantes foi realizada na Policlínica da PMERJ. A entrevista foi realizada com três (3) mulheres militares cujos parceiros conjugais podem ou não ser um (a) policial militar e duas (2) mulheres não militares parceiras íntimas de policiais militares, todas as vítimas residentes na cidade do Rio de Janeiro. O material foi submetido ao método de análise de conteúdo. Como resultados foram apontados uma dificuldade de nomeação e reconhecimento da violência conjugal. Observou-se que a cultura policial é preponderante na vida conjugal e marca a assimetria do casal, levando as mulheres a manterem seus relacionamentos por medo de se exporem ou exporem seus parceiros, tendo assim mais dificuldade de quebrarem o silêncio face às violências sofridas nessas relações. A violência é vista como elemento fundamental da regulação das relações sociais entre os sexos, onde os papéis do gênero não são flexíveis, e o seu uso é legitimado aos olhos da Polícia Militar com um ato que vai resgatar o gênero na sua feição natural. Uma parcela significativa da violência sofrida é de natureza moral e psicológica, mas as ameaças com armas de fogo e a demonstração de força e poder comuns em ambientes militares também foram citadas. Diante dos resultados é importante ressaltar que a banalização da violência conjugal está relacionada à perpetuação da organização social baseada no gênero, nos moldes da supremacia masculina, e que é preciso discutir a realidade sobre a violência conjugal na PMERJ. Apesar das conquistas da corporação, como o projeto Patrulha Maria da Penha, que tem sido fundamental para intervir em situações de violência contra as mulheres na sociedade, é necessário ampliar a visão da corporação sobre a presença da violência conjugal, como demanda interna que pode estar relacionada com a cultura militar, e lançar um olhar mais

profundo para a família do policial militar que também tem dificuldade de buscar ajuda para enfrentar esse problema.

Palavras-chave: violência conjugal, polícia militar, gênero, violência parceiro íntimo, violência contra as mulheres.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze conjugal violence involving Police Officers from Military Police of State of Rio de Janeiro (PMERJ). It was made a study to investigate the perceptions and experience of female police officers and police partners in what is reported violence in marital relationships and their coping strategies. Violence against women is a type of gender-based violence and an attempt to restore order of the gender, according to the patriarchal model. Aspects of military culture, such as the *ethos*, hierarchy and discipline are implicated in violent practices in marital relationship, which, when exercising a restorative function, negatively impact the health of women victims. In this study was used an exploratory qualitative approach. This research methodology was chosen due to little previous knowledge, from an academic point of view, about the experience of marital violence between couples whose one of the spouses is a military police officer. The research with five participants was carried out at the PMERJ Polyclinic. The interview was conducted with three (3) military women whose intimate partner may or may not also be military and two (2) non-military women but intimated partner to a Police Officer, all victims living in the city of Rio de Janeiro. The material was submitted to the method of content analysis. As a result, the difficulty in naming and recognizing marital violence was attested. It was observed that military culture is preponderant in marital life and marks the couple's asymmetry, leading women to maintain their relationship for fear of exposing themselves or exposing their partners, thus having more difficulty in breaking into silence in the face of violence suffered in these relationships. Violence is seen as a fundamental element of regulation of social relations between the sexes, where gender roles are not flexible, and its use is legitimized in the eyes of the Military Police with an act that rescue the gender in the natural feature. A significant portion of the violence suffered is of moral nature and psychological, but threats with firearms and the demonstration of strength and power common in military environments were also cited. In view of the results is, it is important to emphasize that the trivialization of domestic violence is related to perpetuation of gender-based social organization in the mold of supremacy male, and that it is necessary to discuss the reality of conjugal violence in PMERJ. Despite the corporation's achievements, such as the Patrulha Maria da Penha project, which has been fundamental to intervene in situations of violence against women in the society, it is necessary to broaden the corporation's view of the presence of conjugal violence, as an internal demand that may be

related of military culture, and to take a deeper look at the family of military police who also have difficult in seeking help to deal with this problem.

Keywords: conjugal violence, military police, gender, intimate partner violence, violence against women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Quadro com as características das entrevistadas.....	52
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOL PM - Boletim Interno da Polícia Militar

BPM - Batalhão da Polícia Militar

CAES - Coordenadoria de Assuntos Estratégicos

CECOPOM - Centro de Comunicações e de Operações da Polícia Militar

CEDAW – Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher

CFAP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças

CFSD - Curso de Formação de Soldados

COVID-19 - Corona Virus Disease 2019

CPA - Comando de Policiamento de Áreas

CRSP - Centro de Recrutamento e Seleção de Praças

DAS - Diretoria de Assistência Social

DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

DGE - Diretoria Geral de Ensino

DGP - Diretoria Geral de Pessoal

DGAL - Diretoria Geral de Apoio Logístico

DGF - Diretoria Geral de Finanças

DGS - Diretoria Geral de Saúde

EM - Estado Maior

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

EPD - Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GUE - Grupamento de Unidades Especiais

HAV - Homens Autores de Violência

HCPM - Hospital Central da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

HPM-Nit - Hospital Polícia Militar em Niterói

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPM - Organizações Policiais Militares

PM - Polícia Militar

PMEG - Polícia Militar Estado da Guanabara

PMERJ - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PMRJ - Polícia Militar do Rio de Janeiro

PPM - Policlínica da Polícia Militar

QG - Quartel General

RG - Registro Geral

SARS- CoV-2 - Coronavírus

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS - Unidades Básicas de Saúde

UOP - Unidades Operacionais

UPS - Unidades Primárias de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 UM OLHAR SOBRE A INTERCESSÃO ENTRE GÊNERO E VIOLÊNCIA	20
2.1 E AGORA MARIA, QUAL É O SEU LUGAR?.....	20
2.2 A PRESENÇA DO PATRIARCADO DEFININDO O RUMO E O DESTINO FEMININO.....	22
2.3 REPENSANDO AS MASCULINIDADES.....	23
2.4 O MESTRE E A DISCÍPULA: UM RETRATO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	27
2.5 POR BAIXO DOS LENÇÓIS: A VIOLÊNCIA QUE SE ESCONDE.....	30
2.6 OBJETIVOS.....	33
2.6.1 Objetivo Geral	33
2.6.2 Objetivos Específicos	33
3 A HISTÓRIA DE UMA CASERNA: DA INSTITUIÇÃO À FORMAÇÃO DA MULHER POLICIAL	35
3.1 A ORIGEM DA CORPORACÃO – UM BREVE HISTÓRICO.....	35
3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PMERJ CONTEMPORÂNEA.....	38
3.3 A DETERMINAÇÃO DE HOJE LEVA À FARDA DE AMANHÃ: A FORMAÇÃO DO POLICIAL.....	41
3.4 DOCTRINA MILITAR: O PONTO CHAVE DO CONTROLE.....	43
3.5 A INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR.....	45
4 O PERCURSO METODOLÓGICO	49
4.1 CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....	49
4.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	50
4.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	51
4.4 AS VICISSITUDES DO CAMPO DE PESQUISA E A COVID-19.....	53
4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	57
4.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	60
5 POSSÍVEIS IMBRICAÇÕES ENTRE O <i>ETHOS</i> POLICIAL E A VIOLÊNCIA CONJUGAL	61
5.1 COMPREENSÃO E VIVÊNCIAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL.....	61
5.2 PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA LIGADAS À CULTURA MILITAR.....	65

5.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA: APOIOS INTRA E EXTRAMUROS DA CORPORAÇÃO.....	66
5.4 DANOS À SAÚDE: AS MARCAS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL.....	68
5.5 SUGESTÕES À POLÍCIA MILITAR.....	68
6 DISCUSSÃO.....	70
6.1 PERCEPÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONJUGAL.....	70
6.2 DE QUE FAMÍLIA ESTAMOS FALANDO? A FAMÍLIA DO POLICIAL MILITAR...	72
6.3 MARCAS DA VIOLÊNCIA.....	74
6.4 A CULTURA MILITAR.....	77
6.4.1 A Disciplina	77
6.4.2 A Hierarquia	78
6.5 O PANOPTISMO.....	82
6.6 A INFLUÊNCIA DA ROTINA PROFISSIONAL NA VIOLÊNCIA CONJUGAL.....	83
6.7 VITIMIZAÇÃO.....	86
6.8 EM BUSCA DA ÚNICA ARMA EFICAZ PARA COMBATER A VIOLÊNCIA CONJUGAL: O ENFRENTAMENTO.....	90
6.9 A PATRULHA MARIA DA PENHA.....	91
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE A	108
APÊNDICE B	110

1 INTRODUÇÃO

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) estimam que o custo da violência contra as mulheres representa 2% do produto interno bruto global (ONU- MULHERES, 2017). Por ser uma violência evitável, os esforços para a erradicação da violência contra as mulheres têm ocorrido através do fortalecimento de direitos conquistados pelas mulheres e com o investimento em ações ou políticas que visam promover a igualdade de gênero. Ao longo do tempo, a violência contra as mulheres foi banalizada e assumida como parte intrínseca da condição humana, promovendo sofrimento individual e diário que se reproduz por gerações. Considerada um fenômeno que permeia todos os aspectos da vida, desafiar essa violência implica em enfrentar padrões de pensamento e comportamento que são culturalmente transmitidos pela sociedade (BRUNDTLAND, 2002).

Quando se debate sobre esse fenômeno, constata-se que as experiências de violência são amplamente diferenciadas tanto nos contextos, nos significados e nos impactos que produzem. Não é raro ouvir comentários do tipo “se apanhou é porque merecia” e ser constrangida com um ato de violência, seja ela moral, física ou psicológica, justificando-o como uma forma de repreensão. Apesar de todas as conquistas das mulheres nas últimas décadas, ainda se vive em uma sociedade patriarcal e machista, que inverte as responsabilizações e coloca no imaginário das mulheres as sensações de culpa e medo, que dificultam o reconhecimento de sua vivência.

Como qualquer outra, a violência contra as mulheres prospera pela falta de respeito aos direitos humanos, que por muitas décadas, foi concedido ao membro mais poderoso da família, nesse caso o marido, que tomava decisões a respeito dos demais membros de sua família. Essa desigualdade de gênero entre homens e mulheres, através da supremacia masculina, e a consequente subjugação dos direitos destas em detrimento daqueles, nutre a violência que afeta as mulheres em todos os quesitos inclusive nas suas relações íntimas. Como um fenômeno social, a violência contra as mulheres tornou-se uma preocupação mundial, sendo incorporada como um dos 17 motivos para promover o desenvolvimento sustentável pelas Nações Unidas até 2030. Nessa agenda global, o quinto objetivo tem como meta alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de meninas e mulheres. Há uma esperança de dar um fim à discriminação e à violência contra as mulheres através da articulação de ações que

envolvem gestores governamentais e outros agentes, como a sociedade civil e o setor privado (OSD, 2030).

Fazendo um retrocesso histórico da temática da violência contra as mulheres, pode-se perceber que a Assembleia Geral das Nações Unidas, há muito tempo vem se envolvendo na luta pelos direitos das mulheres. O seu esforço teve como um dos ápices a adoção da Convenção da Mulher, conhecida em inglês como CEDAW, em 1979 (PIMENTEL, 2013). Conforme Pimentel (2013), nessa época, a grande Carta Magna estabeleceu-se como marco norteador de âmbito internacional pelo fim da discriminação contra as mulheres, recebendo a adesão de alguns Estados como signatários. Todavia, a escassez de conhecimento acerca desse instrumento permitiu o não cumprimento das obrigações pelos Estados.

Diante do ocorrido, a violência contra as mulheres voltou a ganhar visibilidade em 1993, na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos em Viena, que instituiu a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres, como novo marco para o reconhecimento pela sociedade civil e pelos governos da importância do tema dentro das políticas públicas (WHO, 2005). Então, em 1995, a 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas apontou a violência contra as mulheres como um tema crítico e relevante que precisava de plataformas de ação, na tentativa de diminuir os casos de violência contra as mulheres no mundo (WHO, 2005).

O Brasil se fez signatário desses diversos compromissos internacionais que foram firmados como forma de combate à violência contra as mulheres. Com isto, multiplicaram-se os esforços para compreender como funcionavam as experiências de violência contra as mulheres, assim como as iniciativas institucionais para o seu enfrentamento. É notório que a temática violência contra as mulheres vem sendo estudada por diversos autores e autoras brasileiras, como Heleieth Saffioti, Cecília Minayo e Lilia Schraiber.

A prevalência de preceitos patriarcais herdados culturalmente pela sociedade, segundo as teorias feministas, se configura no exercício do poder e controle masculino, o que contribui para que homens e mulheres tenham dificuldade em identificar essa violência, tornando-a cada vez mais invisível. Ainda que existam outras vertentes para explicar o conceito da violência contra as mulheres, dependendo de suas implicações empíricas ou teóricas, optou-se por este caminho para o desenvolvimento do estudo ora proposto por entender que esta corrente teórica se consolidou nos estudos sobre violência contra as mulheres (GIFFIN, 1994; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995). Corroborando para o entendimento da violência contra as mulheres, essa pesquisa também se apropriou de conceitos elaborados em obras de autoras consagradas no

campo de estudos sobre as mulheres como, por exemplo, Simone de Beauvoir, Margareth Mead, Joan Scott e Gayle Rubin.

Neste trabalho, a violência contra as mulheres foi compreendida como um desdobramento de uma violência mais ampla e estruturada denominada de violência de gênero, entendendo que as ações violentas são produzidas em contextos interpessoais. Assim, a pesquisa também foi lida a partir de obras de estudiosos da violência de gênero como Karen Giffin e Pierre Bourdieu, além das autoras citadas anteriormente que buscaram descrever um modelo que justificasse a etiologia da violência contra as mulheres associado com as relações de gênero. Para esses autores e autoras, Simone de Beauvoir, Margareth Mead, Joan Scott, Gayle Rubin, Heleieth Saffioti, Cecília Minayo, Lilia Schraiber, Karen Giffin e Pierre Bourdieu, a violência contra as mulheres tem uma estreita relação com fatores determinantes das dinâmicas sociais e das assimetrias em relação às hierarquias de desigualdade, gerando práticas de dominação, exploração e opressão das mulheres. Conforme esses estudiosos e estudiosas, esses costumes atribuídos de valores positivos e negativos foram singelamente impostos na sociedade pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos na trama das relações sociais.

A violência contra as mulheres pode ser tipificada de diferentes formas como, por exemplo, violência doméstica, violência familiar e feminicídio. (WHO, 2002; SCHRAIBER et al., 2003; LEITES; MENEGHEL; HIRAKATA, 2014). Esses enquadramentos teóricos procuram dar conta de certos atravessamentos presentes nas mais diversas experiências de violências sofridas pelas mulheres. Tendo em vista que, os estudos sobre violência nas relações íntimas mostram que é mais comum a agressão partir dos homens, apesar de poder ocorrer também em relações homoafetivas (LEITES; MENEGHEL; HIRAKATA, 2014; MENEGHEL e HIRAKATA, 2011; CARCEDO e SAGOT, 2000; SCHRAIBER et al., 2007; WHO, 2002; WHO, 2005), optou-se nesse trabalho pelo uso das expressões violência contra as mulheres e violência conjugal (masculina), entendendo essa segunda como a que é praticada por parceiro íntimo (marido, companheiro ou namorado, vivendo ou não juntos, atual ou antigo), conforme definição de Miranda et al (2010). Essa perspectiva unidirecional¹ permite esclarecer o contexto a ser explorado deixando mais claro os atores envolvidos no estudo.

No Brasil, a violência conjugal é uma situação preocupante porque as práticas para melhorar a situação das mulheres com relação às violências sofridas avançaram muito

¹ No sentido do homem como autor da violência

lentamente. Dados levantados pela pesquisa Data Senado (2019) demonstram que 68% das mulheres não denunciam a agressão sofrida por medo do agressor. Acredita-se que o desconhecimento da lei Maria da Penha é o maior aliado para o não enfrentamento dessa violência. Após quase 15 anos de implantação da lei Maria da Penha, esse estudo comparativo, feito entre os anos de 2017 e 2019, chama a atenção para a diminuição do percentual de mulheres que conhecem, ao menos um pouco, sobre essa legislação. Essa comparação dos dados demonstra que há uma falha na divulgação da lei de responsabilização e proteção da mulher no combate à violência contra as mulheres. Essa edição também traz dados sobre os locais de denúncia mais procurados pelas vítimas de violência. Observa-se que cerca de 50% das vítimas acionam a polícia na busca por ajuda com intuito de fazer a delação da violência sofrida.

Diante desse fato, uma das questões que se coloca é: O que fazer quando essa violência conjugal envolve um ou uma policial militar, uma vez que quem deveria garantir a segurança, é o que comete a violência ou é vítima dela? O círculo da intimidade e da confiança entre companheiros deveria ser um ambiente de segurança, equilíbrio e proteção, principalmente quando um dos envolvidos pertence à Polícia Militar.

Para Cancio (2017), pesquisador da área da sociologia, que estuda a violência entre parceiros íntimos, o treinamento militar americano permite que os recrutas se envolvam com a violência e a respondam de forma mais hostil às ameaças. O estresse vivido no dia a dia interfere na vida dessas pessoas podendo transbordar para o ambiente doméstico e para as relações familiares. A literatura internacional tem se debruçado sobre a violência entre parceiros íntimos no âmbito militar, amparando-se nos princípios da violação dos direitos humanos defendidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) porém, no Brasil, poucos são os estudos sobre essa temática envolvendo especificamente a Polícia Militar. Desse modo, pretendo focar este estudo em um aspecto particular que é a compreensão da violência conjugal envolvendo militares da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

O presente trabalho adota, portanto, o pressuposto de que alguns aspectos da cultura militar, como a hierarquia e a disciplina, estão implicados no uso de violência no âmbito das relações de intimidade, configurando uma forma ainda mais silenciada de vivência dessa violência pelas mulheres militares, quando comparada às parceiras civis de policiais, e assim têm mais dificuldade em procurar ajuda. Nesse sentido, este estudo está organizado em cinco capítulos:

O primeiro capítulo é uma revisão da literatura, onde buscou-se obras que pudessem iluminar o contexto estudado, assim como permitir a apreensão do estado da arte dessa temática. A discussão teórica abarcou assuntos como o conceito de gênero e a influência do patriarcado na organização social. Buscou-se compreender a violência conjugal a partir da constituição de relações assimétricas de gênero. Em se tratando da instituição Polícia Militar, o embasamento teórico considerou alguns conceitos úteis à análise como, por exemplo, o poder disciplinar de Michael Foucault. O segundo capítulo detalha como foi o processo para a realização da pesquisa de campo, a metodologia utilizada e as implicações da pandemia no desenvolvimento do estudo.

O terceiro capítulo foca na apresentação do material coletado por meio das entrevistas. Já o quarto se debruça na análise desse material à luz de autores como Connell e Foucault. No capítulo final são esboçadas algumas considerações acerca do percurso realizado e os achados de pesquisa.

2 UM OLHAR SOBRE A INTERCESSÃO ENTRE GÊNERO E VIOLÊNCIA

Esse capítulo tem por objetivo apresentar um certo arcabouço teórico que ilumina alguns aspectos da dinâmica da violência conjugal que envolve policiais militares, foco dessa pesquisa. São delineados brevemente conceitos como o de gênero, patriarcado, masculinidade, dentre outros, a partir do olhar de autoras como Simone de Beauvoir, Margareth Mead, Joan Scott, Heleieth Saffioti e Raewyn Connell. Busca-se também dar a conhecer o estado da arte do debate acerca da violência contra as mulheres.

2.1 E AGORA MARIA, QUAL É O SEU LUGAR?

O fim da Segunda Guerra Mundial traz consigo mudanças no discurso político francês que passa a favorecer os assuntos relacionados ao processo de emancipação feminina², tais como o direito à cidadania política por meio do direito ao voto, a popularização da proteção à maternidade e sua afirmação no mercado de trabalho. Influenciados pelas transformações da época, alguns autores e autoras iniciam o campo de estudos sobre as mulheres, como Madeleine Guilbert, que investigava o trabalho das mulheres na indústria, a partir de um olhar sociológico, já em 1946 (SCAVONE, 2008). Nesse contexto, Simone de Beauvoir (2009), escritora e filósofa francesa, escreveu seu famoso ensaio intitulado *O segundo sexo*, fazendo uma análise detalhada da opressão das mulheres na Europa do pós-guerra e uma crítica ao determinismo biológico, que ganhou um olhar revolucionário a partir da construção da ideia de que a mulher deveria ser vista através do seu posicionamento social.

A busca de um modelo capaz de explicar essa posição da mulher também foi abordada na etnografia feita por Margareth Mead (2009). Durante suas observações sobre a cultura dos povos de três tribos na Nova Guiné, a antropóloga norte-americana criticou a ideia do estereótipo criado para as mulheres com relação à sensibilidade e fragilidade do sexo feminino como padrão universal, mostrando que os temperamentos não eram propriedades inatas ao sexo,

² Apesar da França ser reconhecida como o berço do feminismo e da luta pela universalização dos direitos civis, havia uma grande resistência social para aceitação do sufrágio feminino. As francesas estão entre as últimas mulheres do mundo ocidental a adquirir o direito a votar, e somente no pós-guerra conseguiram participar das primeiras eleições. Dentre os direitos sociais, a proteção à maternidade emerge após a Primeira Guerra Mundial e se generaliza após 1945 (THÉBAUD, 2000).

mas sim reflexo do aprendizado cultural. Tanto para Mead (2009) quanto para Beauvoir (2009), a força do condicionamento social definia um padrão de sujeito que era idealizado e valorizado. De acordo com os estudos da época, os significados circulantes sobre o papel das mulheres passam a ser problematizados numa perspectiva que vai além de uma simbólica divisão do mundo entre masculino e feminino, para perscrutar de que forma essa divisão se materializa na vida social e legítimas desigualdades entre homens e mulheres. A análise das condições sexuais, psicológicas e sociais das mulheres permitiu a contextualização dos papéis sociais para inferir como as mulheres e os homens foram historicamente conduzidos e socializados.

Nesse sentido e a fim de explicar que a diferença entre homens e mulheres não era natural e sim uma construção social, os movimentos feministas incorporaram o conceito de gênero que se desenvolvia na área das Ciências Humanas. A discussão sobre gênero buscava compreender que havia uma transformação da sexualidade biológica pela cultura, que determinava diferenças entre homens e mulheres, valoradas de forma distinta. Essas diferenças não derivavam, portanto, da natureza. Dentre os estudos que ganharam notoriedade, destaco particularmente autoras como Joan Scott, Gayle Rubin e no Brasil, Heleieth Saffioti.

Joan Scott (1995), é uma historiadora especialista no movimento feminista na França, que compreendia o termo gênero como uma articulação das inter-relações entre o sujeito individual e a organização social baseada nas diferenças entre os sexos. Para a autora, gênero era uma categoria de ideias e ideais de masculinidade e feminilidade. Não era um determinante para a constituição da identidade, e sim o modo como os indivíduos entendem o masculino e o feminino. Já a antropóloga Gayle Rubin (2017), militante feminista estadunidense, evidenciou em seus trabalhos uma opressão e subordinação social das mulheres que tinha origem na dominação masculina. Havia um processo que impactava nas atividades sociais das mulheres transformando-as e conferindo poder aos homens. A autora compreendia que esse fenômeno ocorria através de um processo que intitulou de sistema sexo-gênero, que funcionava como arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana.

Entretanto, Gerda Lerner (1986) em seu estudo sobre a criação do patriarcado refutava a ideia de que as relações de sexo/gênero, ao longo de cinco milênios, poderiam ser atribuídas a uma única causa: a ganância de poder dos homens. Para a autora, a história da mulher era retratada a partir de períodos do processo histórico onde a opressão, a privação e a subordinação estavam presentes juntas ou separadas. Heleieth Saffioti (2011), socióloga marxista, estudiosa do gênero e militante feminista brasileira, abrilhanta a discussão sobre gênero no Brasil ao

descrever que a relação do homem com a mulher era de dominação-exploração, categorias estas pensadas como indissociáveis. Segundo a autora, o gênero era uma representação social que coloca o sujeito dentro de uma categoria e o posiciona face às outras categorias. O gênero tem o papel de determinar e influenciar o comportamento e o modo de vida dos indivíduos e as interações que se estabelecem no processo de socialização (OLIVEIRA, 2012).

Diante do que as pesquisadoras expõem (SAFFIOTI; 2011, SCOTT, 1995; RUBIN, 2017), pensar em gênero é compreender que há um processo de representação do masculino e do feminino, que corporifica a sexualidade como ponto crucial da desigualdade de gênero exercida como uma forma primária de dar significado às relações de poder. Historicamente, a legitimação do gênero estava atribuída à influência direta e incisiva da religião. A compreensão das estruturas de hierarquias e do conceito de gênero permitiu referenciá-lo como um processo que concebe e protege o poder político. A influência da Igreja Católica era a grande responsável pela supremacia masculina e pela resistência encontrada na investida por mudanças (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995). Essa autoridade do homem proveniente de Deus e legitimada como verdade universal permitiu a manifestação do domínio masculino sobre as mulheres, na sociedade em geral, e ficou conhecida como patriarcado (LERNER, 1986). A existência da autoridade superior que se dava à custa da exclusão das mulheres como parte da ordem natural ou divina passou a ser criticada.

2.2 A PRESENÇA DO PATRIARCADO DEFININDO O RUMO E O DESTINO FEMININO

A história do patriarcado tem origem no período da antiga Mesopotâmia, e tem como subconjunto principal o paternalismo moldando a vida das mulheres por quase quatro mil anos (LERNER, 1986). Segundo a autora, etimologicamente a palavra significa: o governo do pai, onde um grupo dominante mantém o poder absoluto sobre todos os membros em troca de proteção e manutenção econômica. A garantia da ordem de gêneros e a sua relação com a dominação influenciava todo um sistema e suas construções simbólicas masculinizadas na forma de pensar o poder e o seu conhecimento. Na perspectiva do patriarcalismo, a mulher deveria desempenhar papéis sociais que o homem se recusava a fazer, sendo considerada uma penumbra dele. Saffioti (2011) também retratou essa submissão proveniente das relações familiares, formulada através de um pacto social conhecido como direito patriarcal, que determinava o direito político, a exploração econômica e um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres.

Já Anthony Giddens (2008) referencia o patriarcado como relações que são construídas em sociedade, onde os agentes de socialização primários e secundários são interiorizados, ainda na infância, gerando normas e expectativas sociais. Assim, a definição de patriarcado vai ser lida à luz da teoria de autores e autoras como Saffioti (2011); Lerner (1986); Bourdieu (2004); Segato (2003 apud PEREIRA, 2007), que propõem elucidá-lo como uma organização do campo simbólico responsável por exercer uma coação de forma inconsciente, que está enraizado dentro da nossa forma de pensar e compreender o mundo. Seus símbolos dispensam justificação e se encontram por detrás das organizações familiares e de uniões conjugais de todas as culturas e épocas, conduzindo os afetos e distribuindo valores entre os personagens do cenário social disciplinado e organizado por categorias.

Por estarem envolvidas nessa ideologia, as mulheres são privadas de acesso a esse poder e acabam não reconhecendo seu direito de liberdade de escolha (LERNER, 1986). Porém, Saffioti, socióloga e uma das precursoras da concepção do patriarcalismo no Brasil, considera que há um limite muito tênue entre a obrigação de suportar o destino do gênero e a quebra da sua integridade, onde “cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do *continuum* entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres” (SAFFIOTTI, 2011, p. 75). O declínio da legitimidade do poder patriarcal ocorreu com a ascensão do movimento global pela emancipação das mulheres, que produziu na década de 70, diversos estudos criticando e reconhecendo os hábitos de dominação e desvalorização feminina (DANTAS-BERGER e GIFFIN, 2005).

As inquietações feministas e os referenciais teóricos deixaram de operar como questões paralelas e passam a ter importância fundamental na discussão sobre o gênero masculino. Embora possa parecer paradoxal, havia uma dificuldade de entender, como um conjunto de regras e valores sociais frutos de uma historicidade e de uma contextualização poderia se contrapor à definição biológica de homem como portador dos cromossomos XY. Essas insatisfações do movimento feminista se propagaram para outros segmentos sociais como gays, hippies, jovens de esquerda e universitários, e incentivaram a formação de grupos masculinos dedicados à reflexão sobre sua própria experiência no patriarcado (DANTAS-BERGER e GIFFIN, 2005).

2.3 REPENSANDO AS MASCULINIDADES

A influência das teorias feministas sobre outros grupos sociais forja um novo campo de pesquisa voltado ao estudo das masculinidades. Robert Connell (2013), como era chamada

na época e hoje conhecida como Raewyn Connell, é uma cientista social australiana que se dedicou aos estudos sobre as relações de gênero, a partir do termo masculinidade hegemônica. Segundo a autora, a masculinidade é uma construção social que possui um modelo ideal que perpassa a configuração biológica do sexo e passa a ser uma condição conquistada. É pautada em valores sociais passíveis de serem transformados conforme a temporalidade e a cultura local.

A construção da masculinidade para Michael Scott Kimmel (1998), americano sociólogo especializado no estudo de gênero, é um privilégio, que tem forte influência do patriarcalismo, que não só legitima a hegemonia masculina como também serve como uma forma para manter a ordem social. Se trabalhos como os de Mead (2009) demonstram que cada cultura vai forjar o seu ideal de masculinidade e feminilidade, outros como Kimmel (1998) reiteram essa percepção ao reconhecer que esse ideal não era uma concepção constante e universal, e sim um conjunto de significados e comportamentos fluidos em permanente mudança. Essas variações garantiam a manutenção do poder sobre as mulheres na sociedade tanto na esfera pública quanto na privada. O poder dá segurança e energia, e faz do homem um ser livre, e essa prerrogativa é invisível para quem possui essa qualidade e torna-se muito evidente para quem não a detém (KIMMEL, 1998; CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013).

Entretanto, estudos sobre os homens e a construção social da masculinidade ganham visibilidade quando Kimmel (1998) salienta a premissa que a masculinidade foi construída sob a influência de dois elementos constitutivos que são: o sexismo e a homofobia. Em seu estudo sobre masculinidades hegemônicas e subalternas, descreveu a ocorrência de múltiplos padrões de masculinidades que possuem algumas diferenciações internas como raça, classe, idade, etnia e orientação sexual. Dentro desse contexto, a virilidade é uma qualidade presente em só uma minoria desse grupo, e retrata as relações entre a masculinidade subalterna e hegemônica existentes (DANTAS-BERGER e GIFFIN, 2005). Por sua vez, foram os conceitos de Connell publicados em *Gender and Power*, que a ideia de masculinidade hegemônica se consolidou no campo acadêmico e se expandiu pelas Ciências Sociais (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013). A autora argumentava que a análise das questões de gênero deveria ser entendida a partir das estruturas de trabalho, poder e catexia. Esse entendimento dos estudos pioneiros permitiram a concepção de diversas conceituações de masculinidade hegemônica.

Essas discussões se ampliaram e os estudos de masculinidade no Brasil ganharam força na década de 1990, a partir de categorias analíticas como hegemonia e dominação. Souza (2009) chama a atenção para o fato de que muitos autores pensaram a masculinidade hegemônica dos brasileiros a partir da crise do masculino e da noção de novo-homem. Segundo o autor, a crise do masculino, de amplitude mundial, tinha nascido a partir de calorosos debates durante um

Simpósio do Homem, que ocorreu em Lisboa, fruto das transformações globais e geopolíticas. Essa revolução que ganhou espaço não só no meio acadêmico como também nas mídias, disseminava a ideia de uma transformação comportamental da mulher e colocava em pauta a moral sexual e os questionamentos sobre a posição dominadora e patriarcal dos homens na sociedade e na família (SOUZA, 2009).

Consagradas as relações de gênero nas famílias brasileiras foram construídas de forma hierárquica, autoritária e patriarcal. (ARAUJO e GAMA, 2017). Esse processo histórico da supremacia masculina foi marcado por distorções incapacitantes que podiam ser explicadas a partir de várias hipóteses. No contexto desta pesquisa buscou-se compreender apenas duas teorias: o *habitus*³ e a violência simbólica, descritos por Pierre Bourdieu (2004), filósofo francês e contemporâneo, que se interessava pela condição de inferioridade feminina, na qual se encontra vinculada ao conceito de dominação masculina e poder.

A leitura do conceito de *habitus* foi fundamentada a partir dos estudos de Bourdieu (2004) que definia como estruturas que geram e determinam os objetivos a serem alcançados e os caminhos trilhados sem a necessidade de um agente coordenando essas condições. Segundo o autor, as formas como as pessoas se comportavam na sociedade não são aprendidas, e sim interiorizadas de maneira involuntária. Essas manifestações humanas caracterizadas como socialmente adquiridas ou construídas proporcionavam uma invisibilidade das práticas de violência, que se diluíam no cotidiano das mulheres, sem que elas se compreendessem como vítimas da violência. Trata-se do que classificou como violência simbólica. Bourdieu (2004) detalhou melhor essas estruturas, que revelavam uma tradição masculina de pensar no poder e no conhecimento, trazendo à luz as três principais instâncias que vão se orquestrar para garantir essa dominação masculina que são: a Família, a Escola e a Igreja.

A Família é onde se inicia o rito de socialização do indivíduo. Nessa estrutura há a transmissão do que é conhecido como tradicional e a reprodução do *habitus*. O indivíduo vai sendo moldado de acordo com o conhecimento transmitido pelas gerações. Essa cultura tem um papel muito importante na reprodução da dominação a partir da legitimação do discurso falocêntrico (BOURDIEU, 2004). Já a Escola, é um capital cultural que permite a manutenção das relações sociais desiguais e tem um papel indispensável na incorporação das diferenças

³ Connell narra que o conceito de masculinidade hegemônica foi formulado dentro de uma compreensão multidimensional do gênero, e não deve ser considerado como uma norma cultural. Para a autora, a masculinidade não é uma forma que se retroalimenta pelo *habitus* ou por outros mecanismos, discordando, portanto, da visão de Bourdieu.

sexuais. Por fim, porém não menos importante, Bourdieu (2004) fazia uma narrativa sobre a religião, que é marcada pelo antifeminismo que inculca uma moral familiarista completamente dominada pelos valores patriarcais⁴, e principalmente por uma doutrina de inferioridade das mulheres. O direito divino fala sobre a autoridade do homem para impor uma visão do mundo social tendo como fundamento a vontade de Deus. A hegemonia masculina é responsável pela legitimação da violência, que é peculiar ao regime falocrático (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995). Vale esclarecer que o campo de estudos religiosos tem demonstrado significativas diferenças de entendimento dos papéis sociais de homens e mulheres, o que sinaliza que o catolicismo, ainda que represente uma das ideologias hegemônicas constituintes do mundo ocidental, não pode ser tomada como “A” referência de Igreja, como parece fazer Bourdieu.

Diferentemente da abordagem de Bourdieu, Margareth Mead (2009) demonstrou que os modelos ideais de masculinidade e feminilidade dessas tribos eram afetados pelos fatores culturais e sociais do território. Homens e mulheres eram moldados e socializados conforme os costumes locais que podiam variar de uma sociedade ou cultura para outra. A partir dessa análise pode ser feita uma crítica a essa visão totalizante de dominação masculina descrita por Bourdieu (2004).

Em *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*, Connell e Messerschmidt (2013) fazem uma avaliação extensa sobre o tema, identificando cinco pontos críticos, a partir dos quais, é possível depreender sua própria definição de masculinidade hegemônica:

1) Há padrões múltiplos de masculinidades que convivem entre si através de uma hierarquia, ainda que um destes padrões seja hegemônico. É o caso por exemplo, das masculinidades subalternas, como a dos homens gays;

2) A masculinidade hegemônica se articula em três níveis geográficos: o global, formado pelas arenas transnacionais das políticas mundiais; o regional, construído no âmbito do estado-nação; e o local, representado pelo indivíduo. A ideia é que o padrão hegemônico local sofre influência da singularidade regional ou societal amplo e apesar de se diferenciarem uns dos outros, os modelos de masculinidades locais devem ser compreendidos com uma forma de comunicação em que geralmente se sobrepõem.

3) O conceito do poder masculino é construído a partir da essência das mulheres, levando-se em consideração as desigualdades de gênero, o papel das construções culturais e a

⁴ Connell defende a ideia de que há um equívoco ao se deduzir as relações entre masculinidades, a partir do exercício direto do poder pessoal dos homens sobre as mulheres. Para a autora o poder masculino provém da dinâmica do gênero.

ação combinada das dinâmicas de gênero com a raça, a classe e a região. Mostrando que as relações de masculinidade não vêm do patriarcado que tem como base estrutural da subordinação das mulheres.

4) Outro fator observado é a importância do uso dos corpos para a identidade, como um objeto e agente do processo de construção social (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013). Na cultura ocidental, o corpo participa não só da formação da imagem do homem, mas também é uma forma de comunicação dos indivíduos entre si. O efeito da aparência física tem ligação com a heterossexualidade e com o uso das habilidades corporais para assumir os riscos e desafios, e esse processo é atravessado por uma linha tênue entre as escolhas do indivíduo e a imposição da sociedade.

5) E, por último, Connell e Messerschmidt (2013) dissertaram sobre uma dinâmica das masculinidades acreditando em uma horizontalização de igualdade de oportunidades com as mulheres na tentativa de modernizar as relações de gênero e remodelar as masculinidades. Talvez isso não resolva, pois, as relações de gênero são locais de tensão e a teoria de gênero não prevê quem prevalecerá. Mesmo assim, há um reconhecimento por parte da autora da possibilidade de democratização das relações de gênero e a abolição das desigualdades de poder a partir de um movimento transacional na tentativa de estabelecer uma masculinidade hegemônica positiva, isto é, aberta à igualdade com as mulheres.

2.4 O MESTRE E A DISCÍPULA: UM RETRATO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O conceito de violência contra as mulheres, talvez por ser um fenômeno complexo e multifatorial, não encontra consenso na literatura sobre sua melhor definição. Estudos como os de Arendt (2016); Giffin (1994); Saffioti (2011); Meneghel e Hirakata (2011); Leites; Meneghel; Hirakata (2014); Schraiber et al., (2007) que se dedicam à compreensão dessa violência informam que há várias formas de sua ocorrência e que ela possui uma estreita relação com fatores determinantes das dinâmicas sociais. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a dificuldade de definir a violência está no fato de ser uma questão abstrata que depende do julgamento proveniente de códigos morais (WHO, 2002). Assim, de acordo com a cultura da sociedade em estudo, o direito de dominar a mulher pode ser considerado como próprio da masculinidade. Com isso, a percepção e avaliação dessas situações de violência acabam não tendo muita visibilidade.

A partir desses pressupostos busquei compreender a violência contra as mulheres tomando como base a sua associação com a categoria gênero, e entendendo o gênero como modelo socialmente construído e hierarquizado, o que produz desigualdades de poder nos mais diferentes âmbitos da vida social. De acordo com estudiosos e estudiosas de violência de gênero como Bourdieu (2004); Giffin (1994); Saffioti e Almeida (1995); Schraiber et al., (2007, 2009), a etiologia da violência contra as mulheres pode ser fundamentada como um fenômeno que está diretamente associado com as práticas de dominação, exploração e opressão das mulheres que, conseqüentemente, acarreta alguma forma de violência. Em seus levantamentos sobre as relações de gênero, Rita Segato (2003 apud PEREIRA, 2007) afirma que a violência e o gênero são consubstanciais. Para a autora, falar em violência de gênero abrange estudar a violência nas relações entre homens e mulheres reproduzidas diariamente, e em especial da violência do homem contra as mulheres. Assim, a autora propõe que a violência contra as mulheres seja compreendida dentro do universo da estrutura patriarcal.

No Brasil, as desigualdades de gênero também criaram raízes culturais e comportamentais complexas. Com base nas situações aqui descritas, e na busca por respostas compreensíveis, é que diversas autoras (ARENDDT, 2016; GIFFIN, 1994; SAFFIOTI, 1999; MENEGHEL e HIRAKATA, 2011; LEITES; MENEGHEL; HIRAKATA, 2014) propõem equacionar a violência contra as mulheres como uma expressão da violência de gênero, entendendo-a como:

“[...] resultado da aceitação de normas culturais ou legais que dão direitos de propriedade masculina às mulheres; controle exclusivo dos homens sobre a riqueza e bens da família; e inculcação de sua soberania sobre as decisões da vida conjugal e em família, além de maior liberdade e poder para definir comportamentos adequados, como o exercício da sexualidade das mulheres e outros ligados à honra da família” (SCHRAIBER; D’ OLIVEIRA; COUTO, 2009).

Os primeiros registros de estudos sobre violência contra as mulheres no Brasil surgiram a partir de movimentos feministas na década de 1970 (GIFFIN, 1994; MINAYO 2013), que multiplicaram os esforços para compreender como funcionavam as experiências violentas na esfera íntima, assim como as iniciativas institucionais para o seu enfrentamento. Um exemplo de discussão sobre gênero aplicada à temática da violência contra as mulheres foi empreendido por Karen Giffin (1994) em um artigo que analisa a partir da concepção de vários autores e autoras que a ideologia dominante favorece o controle dos direitos legais dos maridos sobre suas esposas, inclusive o direito de controle com o uso da violência física. Para a autora, a fragilização das vítimas propicia menos possibilidade de se proteger e mais chance de esta aceitar a violência como algo que é parte da sua condição como mulher.

Situação similar foi descrita por Saffioti (2011). Para a autora, os conceitos de gênero e patriarcado devem se somar para explicar a violência contra as mulheres, ainda que se tenha registro de sociedades que não são estruturadas em termos patriarcais. Essa primazia masculina nutre a dinâmica do controle e do medo que rege o patriarcado, como forma de manter a hierarquia dos homens e a desvalorização das mulheres na sociedade, que acaba sendo muito mais vitimada por conta do controle masculino. Segundo Minayo (2013), a temática da violência contra as mulheres é considerada um acontecimento de grande relevância para a sociedade, e constitui uma questão de Saúde Pública, além de ser uma violação dos direitos humanos. A visibilidade social das expressões de violência contra as mulheres que ocorriam no âmbito privado está associada, conforme a autora, à ação dos movimentos feministas e de mulheres. Desde o início da década de 1980 tem-se uma atuação incisiva desses movimentos pelo fim da violência contra estas no Brasil, o que impulsionou uma série de políticas como, por exemplo, a criação de delegacias de atendimento à mulher, chamadas de DEAM (GOMES et al, 2005; BANDEIRA, 2014). A partir dos registros nessas delegacias pode-se ter a dimensão da violência que era praticada contra as mulheres e suas prováveis justificativas, ainda que se acredite em uma significativa subnotificação dos casos.

Um exemplo disso é o estudo de Brandão (2006) que observou a dinâmica da denúncia das vítimas de violência contra as mulheres dentro de uma DEAM no Rio de Janeiro, e onde apontou a presença da violência física como principal agravante para acionarem a delegacia. Segundo a autora, as denúncias, em geral, são por agressões de repercussão moral ou por lesões corporais visíveis. Geralmente, são atos violentos importantes, que em decorrência da sua gravidade, demandam tratamento de saúde e aumentam a frequência com que as mulheres procuram os serviços de saúde. Segundo o Relatório Mundial de Saúde (WHO, 2002) a mulher é preferencialmente a vítima nos casos de violências do parceiro íntimo, e há algumas características que se repetem na identificação da violência como:

“[...] atos de agressão física como bater e chutar, a violência do parceiro íntimo inclui relações sexuais forçadas e outras formas de coerção sexual, abuso psicológico, como intimidação e humilhação e controle de comportamentos como isolar uma pessoa da família e amigos ou restringindo o acesso a informações e assistência”. (WHO, 2002)

A violência contra as mulheres em suas relações interpessoais é tipificada pela literatura considerando certos elementos, como o tipo de relação da vítima com o agressor, o local onde tem incidência, dentre outros. Nesse sentido, é possível falar em violência doméstica, violência intrafamiliar, violência entre parceiros íntimos ou violência conjugal. Assim,

violência doméstica é entendida como um ato violento que eclode como instrumento interpessoal mais imediato para a reconstrução do controle do poder que foi desempossado, podendo ser praticado por qualquer pessoa na esfera doméstica (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999). Violência intrafamiliar é atribuída a posições particulares, de acordo com a construção das identidades masculina e feminina, e acontece entre membros de uma mesma família extensa ou nuclear (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995; SAFFIOTI, 1999). Violência entre parceiros íntimos é um conceito utilizado pela Organização Mundial de Saúde para definir a violência contra parceiros que ocorre em todos os países, culturas e camadas sociais, sem exceção (WHO, 2002). Já violência conjugal é um termo generalista que pressupõe agressões mútuas, sofridas no âmbito do casamento ou das relações afetivas, que tem o espaço doméstico como remanescente do subjetivo e da intimidade (BANDEIRA, 2014). Mulheres e homens são acometidos por essa violência que pode ocorrer em todos os grupos sócios econômicos não fazendo distinção de credo, raça, idade ou poder aquisitivo (MINAYO, 2013). É a partir dessa última perspectiva que esta pesquisa se desenvolve, considerando apenas um lado desta equação: a violência do homem contra a mulher.

Como se trata de um fenômeno relacional, também é comum observar uma associação entre violência e os termos abuso e agressões que fazem referências às questões vinculadas às desigualdades de poder, podendo ocorrer também em crianças e idosos (SCHRAIBER e D'OLIVEIRA, 1999). Ainda nesse contexto, há também o conceito de feminicídio, que é descrito como a forma mais cruel da violência contra as mulheres caracterizada como um assassinato baseado no gênero. (LEITES; MENEGHEL; HIRAKATA, 2014). Contudo, cabe ressaltar que para estudar a violência no domínio das relações afetivas, todas essas combinações de violência parecem ser plausíveis.

2.5 POR BAIXO DOS LENÇÓIS: A VIOLÊNCIA QUE SE ESCONDE

Visitando a literatura sobre o tema da violência contra as mulheres foi possível localizar algumas teorias explicativas, as quais passo a abordar neste tópico. A primeira teoria a ser sinalizada é a da dominação masculina descrita por diversas teóricas, dentre elas, Marilena Chauí (GREGORI, 1993), escritora e filósofa brasileira, que retratou as relações sociais como uma relação produzida e reproduzida tanto pelo homem, que em sua condição de superioridade, acredita ter o poder de mando sobre a mulher, quanto pela mulher como sujeito que obedece. A

construção feminina é definida a partir da anulação de sua autonomia e liberdade. Nesse cenário, a mulher vive para os outros e tem como destino o lugar privado. Em sua construção ideológica o homem trata o ser dominado como objeto e essas diferenças são convertidas em desigualdades hierárquicas, sendo ambos considerados cúmplices da violência e contribuintes de sua reprodução.

Uma outra teoria em vigência para explicar a violência conjugal é a que relativiza a perspectiva da dominação-vitimização descrita por Gregori (1993), onde a violência conjugal é entendida como uma forma de comunicação entre o casal que entrou em desequilíbrio, e que normalmente proporciona medo à mulher por conta do risco dos danos que pode sofrer. Falar de violência conjugal implica delinear e nomear como objeto de reflexão o enredo que vai contar a história das relações entre homens e mulheres e os seus lugares ocupados dentro desse contexto. Nesse jogo relacional, a mulher tem autonomia para participar ativamente na relação violenta, que geralmente não leva à separação do parceiro, pois esta não se entende como dominada e sim, mera vítima da violência. Para a autora, os relacionamentos conjugais são parcerias que perpetuam os papéis tradicionais cheios de preconceitos.

Uma terceira linha teórica pode ser descrita sob a perspectiva estruturalista que considera que o gênero organiza as instituições sociais e estratifica a mulher e o homem através do poder, com predomínio do domínio masculino (DIAS e MACHADO, 2008). Ou seja, para as feministas, a violência conjugal se fundamenta na dominação patriarcal, que “envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de outrem” (BANDEIRA, 2014, p. 460). Nesse contexto, o conceito do patriarcado deve ser compreendido dentro do contrato sexual, como a base para mostrar o caráter desigual deste pacto que une um indivíduo a uma subalterna, e encontra na privacidade doméstica um local ideal para perpetuar a agressão (SAFFIOTI, 2011). Nesse sentido, não há no casamento relações igualitárias entre os parceiros. Ainda que em condição de subalternidade, a mulher é pensada como sujeito social autônomo, que por conta de uma relação desigual de poder, é forçada a ceder à dominação masculina.

Diversos fatores associados à opressão de gênero colaboram com a manutenção de sua subordinação, dentre eles, os baixos salários pagos às mulheres, que impõem sua dependência econômica, e a maneira como cada um se posiciona frente a outra pessoa. Sendo assim, não se deve desconsiderar a teoria que justifica a subordinação das mulheres aos homens pelo simples fato de serem homens. É dessa perspectiva que este trabalho se apresenta, compreendendo que a violência é um fenômeno formado por vários elementos e aspectos, difíceis de serem

avaliados que pode ser explicada com base na interação pessoal, situacional e sociocultural, conforme acentua Heise (1998).

Para Machado e Magalhães (1998), a violência conjugal pode ser entendida a partir da contraposição de duas teorias: a teoria dos desejos e a teoria do poder. Na primeira teoria, a mulher é considerada um objeto de desejo para o homem, que pode cobrar dela uma posição de fidelidade e serviços sexuais, entendidos como uma atribuição que, embora socialmente construída, é percebida como natural, legitimando os princípios hierárquicos de gênero. Os homens são vistos como os sujeitos ativos e controladores do ato sexual, que nessa situação fica seccionado entre um sujeito e um mero objeto, não concretizando, assim, a união da mulher com o homem (GIFFIN, 1994). A violência ocorre por conta desse tratamento do outro como objeto, onde não há fundamentação em categorias como amor, paixão, afetividade e sexualidade, o que permite “desonrar” a imagem da mulher pelo uso de pornografia e/ou nos casos de estupro (GROSSI, 1998; MACHADO e MAGALHÃES, 1998).

Em contrapartida, a teoria do poder descreve a conjugalidade como um contrato, onde o marido determina qual é o lugar da esposa e a função a ser exercida no relacionamento (MACHADO e MAGALHÃES, 1998). O não cumprimento dessa regra proporciona punições através da corporificação de atos violentos. O homem através do seu poder, tem a segurança de se julgar no direito de espancar sua mulher, que foi educada para submeter-se aos desejos dele. A presença desses valores legitima a violência que se traduz pelo uso da força física como ato disciplinar e restaurador da ordem. Esse comportamento assemelha-se muito com a teoria do patriarcado que a autora Miriam Grossi (1998) utiliza para explicar a violência conjugal. Para a antropóloga brasileira que desenvolve pesquisas sobre políticas públicas de gênero e diversidades, a violência conjugal possui várias faces visíveis e parte do princípio de que há dois métodos para explicar a violência nas relações íntimas.

No primeiro, a violência é usada para controlar as mulheres com o uso da força física, legitimada pelos princípios da dominação e subordinação da mulher ao homem, mais conhecida como patriarcalismo, muito defendida pelos estudos feministas e já tratada anteriormente. Já em seu segundo fundamento, Grossi define o ciclo da violência doméstica, que se inicia com a aceitação das regras de um contrato conjugal, chamada fase da lua de mel, seguido por pequenos conflitos cotidianos, depois ameaças e agressões (ZUMA et al, 2013). Tem como principal característica a presença de crises conjugais repetitivas intercaladas por fases românticas, o poder doméstico pertencente à figura masculina passa paradoxalmente para as mãos da figura feminina quando ela denuncia e se coloca como vítima, e é recuperado gradativamente com o

decorrer do tempo em que a mulher volta a assumir a posição de submissa às vontades do homem (GROSSI, 1998). Nesse momento, os personagens envolvidos apresentam muita dificuldade para entender o que acontece e por isso não conseguem romper os elos que os mantêm nessa conjuntura. A cronicidade desse ciclo promove medo e receio do companheiro de abandoná-la ou mesmo de matá-la (ZUMA et al, 2013).

Contudo, essas construções simbólicas oriundas das concepções acima demonstram a presença das desigualdades de gênero perdurando “naturalmente” na modernidade. As formas conjugais, sejam elas contratuais ou informais, acontecem por construções modelares da conjugalidade, entendidas como relações assimétricas entre homens e mulheres articulados emocionalmente. Uma justificativa para essa situação pode vir da leitura de violência simbólica de Bourdieu que a autora faz para explicar a violência conjugal, como parte do processo de socialização adquirido ou construído, onde a violência exercida ou sofrida se dilui no cotidiano das relações afetivas (GROSSI, 1998). Todavia, isso não significa que os contratos conjugais não possam sofrer mudanças para diminuir essas tensões presentes nas relações de intimidade. Delineados o arcabouço teórico que subsidia essa análise, assim como o estado da arte do debate acerca da violência contra as mulheres, parte-se para a apresentação dos objetivos desta pesquisa.

2.6 OBJETIVOS

2.6.1 Objetivo Geral

Investigar as percepções e vivências das mulheres policiais e parceiras de policiais do Estado do Rio de Janeiro no que se refere à violência nas relações conjugais.

2.6.2 Objetivos Específicos

1. Conhecer as vivências da violência conjugal das mulheres policiais e parceiras dos policiais.

2. Compreender as percepções das mulheres sobre a violência no âmbito das relações conjugais.
3. Investigar suas estratégias de enfrentamento dentro e fora da instituição militar.
4. Identificar aspectos da cultura policial como o *ethos*, a hierarquia e a disciplina que podem se relacionar a práticas violentas nas relações conjugais.

3 A HISTÓRIA DE UMA CASERNA: DA INSTITUIÇÃO À FORMAÇÃO DA MULHER POLICIAL

No intuito de situar e compreender o contexto no qual se desenvolveu o estudo, é apresentado neste capítulo um breve histórico do processo de constituição da Polícia Militar no Brasil e da estrutura organizacional da Polícia localizada no Estado do Rio de Janeiro. Sabendo-se que a Polícia Militar é uma instituição permeada por rituais, valores, linguajar, regras, mecanismos de vigilância e controle próprios da corporação, olhar para sua história permite explicar e evidenciar as escolhas feitas e os limites encontrados durante a pesquisa. Aborda-se neste capítulo também o processo de formação dos policiais, a importância da cultura militar e como ocorreu a inserção institucional das mulheres.

3.1 A ORIGEM DA CORPORACÃO – UM BREVE HISTÓRICO

A história da Polícia Militar começa um ano após a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro. Ainda no Brasil-Colônia, em 1808, o príncipe D. João cria a Intendência Geral da Polícia da Corte do Brasil à semelhança do que já existia em Portugal para garantir a segurança pública. Seu insucesso proporcionou sua substituição, através de um decreto em 1809, pela Divisão Militar da Guarda Real da Polícia (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). Essa instituição detinha atribuições como promover a segurança individual, reprimir crimes, proteger o patrimônio e zelar pela tranquilidade pública. (BRETAS, 1998; SILVA et al., 2017). Durante o processo de independência do Brasil, houve a necessidade de fazer mudanças na corporação com o intuito de reafirmar seus objetivos, por conta das novas funções incorporadas.

O período Imperial foi marcado por diversos conflitos internos e externos em prol da permanência de Dom Pedro no Brasil, como os movimentos separatistas e de reconhecimento internacional da independência. A Guarda Real da Polícia, desejando a independência, conseguiu expulsar a tropa militar portuguesa do país. Porém, em 1831 houve um desarranjo institucional por conta da abdicação de D. Pedro I, que propiciou uma separação da Guarda Imperial da Polícia, assim denominada pelo imperador, entre fiéis e rebelados (BRETAS, 1998). Para conter essa rebelião, o Ministro da Justiça Diogo Antônio Feijó fez uma promessa para atender às reivindicações dos amotinados. A Guarda Real foi extinta e a força policial ganhou ascensão ao ser substituída por um corpo único, conhecido como Corpo de Guardas Municipais (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008; SILVA et al., 2017).

Para combater esses entraves, o Exército brasileiro passou a atuar em conjunto com a Polícia, que assumiu a função de auxiliar na segurança interna e externa do país. (SILVA et al., 2017). A participação concomitante com o Exército brasileiro permitiu que em 1910 a Polícia fosse considerada força auxiliar e reserva do Exército, função essa que se mantém até hoje (SILVA et al., 2017). Dessa incorporação derivaram as instituições policiais uniformizadas no formato militar, assim como a metodologia operacional que atualmente faz parte do policiamento urbano no Rio de Janeiro. Notadamente, havia no século XIX uma grande resistência do povo à profissão militar, o que era nítido diante dos castigos, punições e infrações internas que existiam na época (BRETAS, 1998). Para atrair profissionais e garantir a segurança e confiança do cidadão, Feijó oferecia uma boa remuneração e condições de vida melhores que no Exército brasileiro (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Desde a sua criação, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro passou por várias denominações. Durante os séculos XIX e XX os acontecimentos históricos da Polícia Militar têm sua trajetória desconhecida. As documentações existentes sobre a identidade dos policiais no Rio de Janeiro são precárias e fragmentadas (BRETAS, 1998). Sabe-se que “em 1866 o Corpo da Guarda foi renomeado como Polícia da Corte e somente em 1920, ganhou o título de Polícia Militar.” (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 47) Desde os primórdios, foi criada como uma estrutura hierarquizada, que tinha como função permitir o Governo multiplicar sua eficácia no controle dos cidadãos. Sempre foi caracterizada por ser uma instituição de uma rígida organização interna e com o objetivo de disciplinar as tensões e desigualdades sociais.

Para fins de organização e emprego, a Polícia Militar integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social brasileiro, e está subordinada à Secretária de Estado de Segurança, sendo considerada uma força auxiliar do Exército. Apesar de ser uma instituição bicentenária, ainda mantém nos dias de hoje “seus preceitos de ser um serviço necessário para promover a ordem pública e garantir a integridade física e moral da população, mediante limitações impostas à atividade pessoal” (ROCHA, 1989, p. 1) Pode ser considerada também uma instituição criada como instrumento de coerção da autoridade do Estado (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). Sendo assim, a instituição militar é um órgão público, que tem como instrumento o poder que lhe dá ordens e que também é suscetível de ser requisitado por qualquer cidadão, em prol da instauração de um bem estar coletivo.

Esse Poder de polícia foi definido por Pedro Nunes como:

“(...) o dever e o poder justo e legítimo que tem o Estado de, por intermédio de seus agentes, manter coercitivamente a ordem interna, social, econômica e política, e preservá-la e defendê-la de quaisquer ofensas à sua estabilidade, integridade ou moralidade; de restringir direitos e prerrogativas individuais; de não permitir que alguém use do que é seu em prejuízo de terceiros” (ROCHA, 1989, p. 3 apud Pedro Nunes, 1956).

Desse modo, é o poder de polícia que vai legitimar a ação da Polícia e sua própria existência, que é limitado a sua esfera de competência. Geralmente, esse poder é demarcado pelo interesse social em conciliação com os direitos fundamentais do indivíduo, assegurados pela Constituição. Quando esse poder de polícia ultrapassa o necessário, ou torna-se excessivo, passa a ser considerado abuso de poder. É notório para Porto (2004) que esse poder de polícia vai permitir o exercício da violência no sentido do cumprimento do dever, como prerrogativa da função do policial e legitimando a violência na cultura organizacional da Polícia. Para Minayo et al (2008), o povo acredita que a violência policial é uma forma autêntica de combate à criminalidade e à violência. A violência policial passa a ser uma estratégia de afirmação de uma categoria que a desenvolve como forma de proteção, sendo justificada como uma maneira de buscar a aceitabilidade, a valorização e o reconhecimento da corporação.

O protótipo de policiamento tradicional herdado da época da ditadura militar fez com que houvesse um afastamento simbólico da população através de uma ideologia e desenho operacional mais autoritário (SILVA et al., 2017). Além dessa herança, a opinião pública passou a aceitar de forma mais usual a intensificação da violência institucionalizada como medida voltada à garantia de uma segurança por meio da repressão penal. (SILVA et al., 2017). Esse modelo historicamente formulado, baseado em práticas abusivas e no descaso dos interesses e os direitos dos cidadãos, que descrevia a sociedade como uma possível ameaça ao Estado resistiram ao tempo (SILVA et al., 2017). Segundo Porto (2004) a violência está contida estruturalmente nos modelos de Polícia em vigor no Brasil, que orientam a conduta do policial, e é completamente reconhecida pela sociedade.

Historicamente, a Polícia era constituída por soldados do sexo masculino que tinham a missão de servir e proteger a população civil, assegurando a lei, a ordem e o patrimônio, ou seja, o *status quo*. Era uma estrutura completamente fechada para o sexo feminino, pois a imagem construída para esse policial é a de um ser viril, guerreiro, um herói dotado de uma força física capaz de assegurar a ordem e a lei. Porém, na década de 1970, o Brasil passou por uma forte repressão política e uma grave crise econômica que repercutiram na maneira de pensar e agir da população. Para conter os movimentos oposicionistas da época, a Polícia

Militar usava a força, de forma autoritária, para repressão daqueles considerados criminosos. Os policiais exerciam sua função a partir de valores pautados no binômio do bem e do mal, comumente expressado, até hoje, por metáforas como cidadão de bem (BATITUCCI, 2019) e o criminoso, como um sujeito mal que deve ser excluído da sociedade.

Durante esse período criou-se uma imagem negativa da corporação por conta da necessidade de coibir o cometimento do delito, através de um excesso de violência e abuso do poder. Essas mudanças provocaram um desgaste político e uma perda da legitimidade social que favoreceram as correntes que direcionavam um processo de redemocratização do país. Baseado nesse ideal de abertura política, “visando promover a modernização da instituição, também para melhorar a imagem negativa houve a autorização do Estado-Maior para entrada das mulheres nas Polícias Militares brasileiras”. (SOARES e MUSUMECI, 2005, p. 28, 29; CONCEIÇÃO; SOUZA, 2013) Ainda no final da ditadura militar, no século seguinte à criação da Polícia, ocorreu a primeira tentativa de humanizar as ações violentas da Polícia na época. (BEZERRA; MINAYO; CONSTANTINO, 2013; SOARES e MUSUMECI, 2005).

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PMERJ CONTEMPORÂNEA

Atualmente, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) possui um Quartel General (QG), construído na época do Brasil-Colônia, onde funciona a sede da corporação, e que é organizado com base nas Polícias Militares dos antigos estados da Guanabara (PMEG) e do Rio de Janeiro (PMRJ) (RIO DE JANEIRO, 1975). Com o crescimento desordenado da cidade do Rio de Janeiro, houve a necessidade de melhorar a fiscalização e o controle da ordem pública. Assim, para exercer com destreza suas atribuições previstas na Constituição Federal, a PMERJ foi estruturada e organizada com base nos seguintes órgãos: direção geral, direção setorial, órgão de apoio e de execução. A formulação de várias ramificações de comandos tinha o intuito de se adaptar às novas realidades e descentralizar suas ações.

Para tanto, esses órgãos foram subdivididos em diversas seções, cada qual com funções específicas para executar suas missões. O órgão de direção geral é composto pelo Comandante-Geral, Estado Maior (EM), Centro de Comunicações e de Operações da Polícia Militar (CECOPOM) e Assessoria Especial. Já o órgão de direção setorial é organizado em bases sistêmicas e possui cinco diretorias que são: Diretoria Geral de Ensino (DGE), Diretoria Geral

de Pessoal (DGP), Diretoria Geral de Apoio Logístico (DGAL), Diretoria Geral de Finanças (DGF) e Diretoria Geral de Saúde (DGS). Como órgãos de apoio temos: Órgão de Apoio de Ensino, Órgão de Apoio de Material e Órgão de Apoio a Saúde (RIO DE JANEIRO, 1975).

O último órgão a ser referenciado é o órgão de execução, que diz respeito à atividade-fim da Polícia Militar, ou seja, à segurança pública. Sendo constituído pelo Comando de Policiamento de Áreas (CPA), Unidades Operacionais (UOP) e Grupamento de Unidades Especiais (GUE), cada um desses setores possuem algumas outras subdivisões. Um exemplo disso, é a Unidade Operacional que se subdivide em Organizações Policiais Militares (OPM), que podem ser categorizados em Batalhões, Companhias, Pelotões e Grupos, e tem a função de executar o policiamento ostensivo de acordo com a necessidade da área por eles jurisdicionadas (RIO DE JANEIRO, 1975). Então, para se adaptar às novas realidades do Estado do Rio de Janeiro, as OPM foram divididas em 40 batalhões, que possuem uma área de abrangência de acordo com os bairros do município do Rio de Janeiro.

É inegável que ao longo do tempo, a Polícia Militar teve que fazer ajustes para acompanhar os movimentos políticos, econômicos e sociais do Brasil. Um dos momentos mais marcantes para a corporação foi o da Ditadura Militar⁵, onde a atuação do policiamento masculino era fundamentalmente repressiva e prejudicial para a imagem da instituição, o que demandou reformulações internas para suavizar as tensões sociais (SOARES e MUSUMECI, 2005). Dentre as transformações ocorridas, é possível citar a inserção do Serviço Social na PMERJ, em 1967, com a finalidade de atuar no enfrentamento às vulnerabilidades sociais do policial militar naquela época. O setor era composto por uma única assistente social, vinculada à Igreja Católica (FREITAS, 2015). Em seguida, essa profissional foi substituída por oficiais militares que hoje compõem o quadro da Diretoria de Assistência Social (DAS)⁶, que é um órgão de apoio à Diretoria Geral de Pessoal. A função da DAS é elaborar e executar projetos sociais, além de garantir direitos sociais como o acompanhamento do policial e seus familiares em qualquer situação de vulnerabilidade que estejam vivenciando, seja ela relacionada à saúde física ou mental, seja uma situação de violência ou a demanda por qualquer direito previsto no estatuto da Polícia Militar (SERAS - DAS, 2019).

⁵ A Ditadura Militar foi marcada por um “período autoritário de 1964-1985 onde as Polícias Militares estaduais estavam subordinadas ao Exército” (SOARES E MUSUMECI, 2005, p.28).

⁶ Desde a sua criação em 1967, a Diretoria de Assistência Social era localizada no 4º BPM em São Cristóvão e há, aproximadamente, 8 anos foi transferida para Sulacap, próximo ao centro de formação dos policiais.

Outra mudança considerável foi a ampliação do setor da Saúde. Cabe destacar que a Polícia Militar já possuía uma unidade especializada para o atendimento de saúde, regularizada pelo estatuto da corporação e coordenada por uma diretoria de Saúde. A primeira unidade de saúde foi criada em 1940. Trata-se do Hospital Central da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro⁷ (HCPM) que visa garantir a assistência médica, tanto preventiva quanto curativa ao policial da ativa (BRASIL, 1940). Já o policial que foi reformado assim como seus dependentes, as pensionistas e os dependentes dos policiais da ativa só têm direito de usufruir do setor de saúde da corporação se estiverem cadastrados no fundo de saúde da Polícia Militar.

Em 1984, com a necessidade do aumento do efetivo da tropa para o combate à criminalidade no estado, houve a necessidade de descentralização do serviço de saúde com a construção de Unidades Primárias de Saúde (UPS) (CONCEIÇÃO e SOUZA, 2013). Por ser uma categoria com elevados riscos epidemiológicos e sociais, como a probabilidade de ocorrência de lesões, traumas, entre outros (MINAYO et al., 2008), o atendimento da área da saúde também passou por outras transformações como a aquisição do Hospital Polícia Militar em Niterói (HPM-Nit) e a substituição das UPS por Unidades Básicas de Saúde (UBS) e policlínicas (CONCEIÇÃO e SOUZA, 2013).

Ao longo dos anos, a estatística sobre o acometimento da violência também foi sofrendo modificações, e no período de 2006 a 2010, segundo dados da OMS, o Brasil estava entre os dez países com maior número de feminicídio, apesar da dificuldade de notificação (BRASIL, 2013). Essa informação provocou um aumento na divulgação de informações sobre violência contra a mulher, pelos movimentos feministas, e o surgimento de uma demanda, até então, pouco conhecida por parte do serviço social e da psicologia da corporação.

Como resultado da pesquisa da OMS, houve uma ampliação e fortalecimento das ações políticas na sociedade para promover a melhoria da qualidade de vida das mulheres, que resvalou na corporação, em 2019, quando a DAS instituiu um local de atendimento reservado para vítimas de violência doméstica. Esse espaço, que funcionava dentro do 4º Batalhão de Polícia Militar, no bairro de São Cristóvão, era parte de um programa piloto, ainda em fase de teste, para a prevenção da violência contra a mulher. Composto por uma assistente social e uma

⁷ Nessa época, a Polícia Militar pertencia à União e, por isso, o hospital foi criado com o nome de Hospital da Polícia Militar no Distrito Federal. Quando a Polícia Militar passou a pertencer ao Estado do Rio de Janeiro, o hospital teve seu nome modificado para Hospital Central da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. (BRASIL, 1940)

psicóloga que tinham como objetivo acolher e promover ações socioeducativas para as policiais e as dependentes dos (as) policiais que podem ser desde esposas, filhas, enteadas, pensionistas e até as mães dos policiais inscritas no fundo de saúde da Polícia Militar. Esse modelo atuava dando suporte apenas à mulher em situação de violência conjugal, que procurava espontaneamente ajuda, visando recuperar sua autonomia.

Atualmente, existe um grande problema na corporação devido à falta de profissionais de saúde e alto contingente de pessoas com problemas de saúde e sociais. O último concurso na área da saúde ocorreu em 2010, e desde então o corpo de pessoas da ativa para atendimento só vem diminuindo. Com isso, as unidades de saúde estão passando por novas reformulações na tentativa de solucionar esse problema e alguns projetos estão sendo encerrados como, por exemplo, esse citado anteriormente que teria uma enorme relevância no enfrentamento da violência doméstica.

3.3 A DETERMINAÇÃO DE HOJE LEVA À FARDA DE AMANHÃ: A FORMAÇÃO DO POLICIAL

Por ser considerada uma instituição responsável pelo combate ao crime e às “arruaças”, a Polícia Militar realiza um criterioso processo seletivo, com exames que aferem desde a aptidão intelectual, psicológica, higidez física e mental, até uma severa pesquisa de hábitos sociais e morais, sendo todas as etapas de caráter eliminatório. Ao término do processo seletivo, os concursados se apresentam no Centro de Recrutamento e Seleção de Praças (CRSP), onde cada aluno receberá um nome de guerra e um Registro Geral (RG), que identificam o militar na corporação e o acompanham por toda a sua carreira militar. Passada essa fase, os aspirantes a policiais “se apresentam no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) para o curso de praças e na Academia de Polícia D. João VI para o curso de oficiais” (SOARES e MUSUMECI, 2005, p. 29, 30)

O curso de formação militar é um processo de transição do civil para o militar, que pode ser entendido como uma mudança radical, onde se aprende as regras da vida militar, como Ordem Unida (treinamento coletivo de marchas, continências e posturas militares), o significado dos símbolos militares, os valores e formas de relacionamento coercitivo (MARTINS, 2006). Nesse período, os alunos têm contato com professores ou instrutores que ensinam, por meio do uso de pressão física e psicológica, para assimilação rápida de valores e

atitudes compatíveis com o militarismo, tais como: as normas de apresentação pessoal, vestimenta, necessidade de dedicação exclusiva e possibilidade iminente de dano físico ou morte (SOARES e MUSUMECI, 2005). Durante o curso de formação, as relações interpessoais ocorrem através de um código numeral, que neste primeiro momento é de aspirante ou recruta (RIO DE JANEIRO, 1975). Essa impessoalidade durante o processo de formação favorece a desconstrução do indivíduo-civil para a construção de um indivíduo-policial (SILVA et al., 2017) e a desistência daqueles que não possuem perfil ou “vocação” para a carreira militar.

A primeira constru o do saber prático do efetivo de praças da tropa   denominada Curso de Forma o de Soldados (CFSD) e ocorre no CFAP, onde são preparados para execu o do trabalho policial (PONCIONI, 2005). Segundo Cortes e Mazzurana (2015), o currículo de forma o   dividido em módulos básico, que cont m disciplinas como por exemplo: a história da institui o, direitos humanos,  tica e cidadania. O módulo profissional com disciplinas de instru es práticas como a es táticas, tiro de defesa, biossegurança entre outras. O módulo jurídico responsável pelo ensinamento das no es de direito e algumas legisla es e o módulo complementar composto por avalia es práticas e teóricas, estágios, palestras, adapta o e procedimentos administrativos, provas e treinamento para a formatura. Todo esse cont do corresponde a uma carga horária de 1.437h, que geralmente dura em torno de 8 meses, e   submetido a um constante processo de transforma o.

Já oficiais são preparados para exercerem atividades de planejamento. Nessa perspectiva, os programas de ensino e treinamento dos futuros oficiais da Polícia Militar   mais extenso e dura três anos, pois equivale a uma forma o de ensino superior. O enfoque no curso de forma o   composto principalmente de disciplinas da área do Direito, onde são socializados para comandar e gerenciar (CARUSO et al., 2006). Por ser um processo contínuo, a forma o do policial,   previsto no regulamento a atualiza o e a transmissão de novos conhecimentos através de cursos regulares que são considerados pré-requisitos para a ascensão na carreira policial seja de praças como no de oficiais, divulgados no Boletim Interno da Polícia Militar (BOL PM) para que todos os policiais tenham acesso.

Essa substitui o de alguns ativos culturais que a pessoa possui como, por exemplo, o estilo de discurso e de vestiário, permite associ -la   constru o do indivíduo como um ator socialmente flexível e constituído nos mínimos detalhes (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002). Corroborando com a teoria sobre o capital cultural de Bourdieu (2004 *apud* MARTINS, 2006), pode-se perceber que o indivíduo   moldado através de um treinamento na Academia Militar, que vai capacitar o policial com o objetivo de torná-lo apto a atuar como operador do sistema

de segurança pública. Durante o treinamento, os aprendizes vão ter a oportunidade de superar o limite do desconhecido, sejam eles físicos ou psicológicos, para estarem preparados para enfrentar situações adversas. É nessa fase que vão aprender formas de condutas inexpressivas e autoritárias como tática de trabalho, em detrimento de uma instrução mais humanizada, no sentido de ouvir, compreender e respeitar as opiniões. Para Poncioni (2005), esses cursos de formação de praças e de oficiais apresentam uma séria deficiência ao não focar mais tempo em disciplinas da área das Ciências Humanas com a aplicação de conhecimentos e habilidades para o manejo de conflitos nas relações interpessoais.

3.4 DOCTRINA MILITAR: O PONTO CHAVE DO CONTROLE

A doutrina militar tem como preceito a hierarquia e a disciplina (RIO DE JANEIRO, 1975), que fazem parte do processo de socialização para o cumprimento do seu dever de policial militar. A fundamentação desses princípios absorvida tanto pelo ensino e treinamento, quanto pela convivência com os militares mais antigos, determina a divisão do trabalho na corporação. A hierarquia militar é vista como a ocupação de uma posição que lhe dá poder de conceber estratégias de ação e padronizar as condutas das camadas inferiores (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). Como não podem questionar as ordens dos superiores, o exercício do poder hierárquico também pode ser entendido como uma forma de pressionar e reprimir seus subordinados, condicionando toda sua vida pessoal e profissional. Para Martins (2006), fica claro que esse autoritarismo e essa subordinação existente no militarismo são legitimadores da humilhação, do destrato, do desrespeito e da ofensa. Segundo Calazans (2004), as autoridades superiores utilizam-se do medo para cercear seus subordinados como forma de fazer respeitar os preceitos hierárquicos.

Para esses autores (MARTINS, 2006; CALAZANS, 2004), o comando é realizado de maneira arbitrária, e acabam extrapolando a autonomia que possuem e, conseqüentemente, passam a tripudiar dos seus subordinados. No entanto, os oficiais superiores são as pessoas mais gabaritadas para organizar um planejamento necessário para a realização das missões (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). Então, cabe à tropa, no caso, aos subordinados cumprirem as ordens sem questionar seus atos. Uma outra forma de descrever a hierarquia é a possibilidade de ascensão profissional que o militar possui, que pode ser alcançada considerando o tempo de serviço no militarismo e/ou experiência. Segundo Minayo et al.

(2008), essa última definição provoca mais ressentimentos do que benefícios por conta da rigidez dos modelos hierárquicos que lhes são impostos.

Entretanto, é através da hierarquia que os subordinados são obrigados a acatar as decisões para o bom funcionamento da corporação, respaldando seus atos pela disciplina militar. A disciplina, é um preceito rígido, considerado como o alicerce da organização militar, definida pela obediência às normas disciplinares, que são aprendidas ao ingressar na corporação, e indispensáveis para se viver em sociedade (SOARES e MUSUMECI, 2005). O espírito militar é assimilado com a vivência do dia a dia. Suas crenças, atitudes, comportamentos, valores e filosofia de vida deixam de ter relevância e são substituídos por novos conceitos (SOARES e MUSUMECI, 2005). Seu capital cultural é reprimido para que possam reproduzir a postura de um policial operacional (SILVA et al., 2017).

Tais comportamentos são legítimos na conjuntura militar e, muitas vezes, fora dela também. O cumprimento do dever por parte do policial, que se sobrepõe a tudo e a todos, é fruto dos princípios nos quais foi socializado e que encarnam o *ethos* policial. O senso comum policial funcionaria como uma instância mediadora entre a estrutura burocrática, dura e impessoal, e a vida cotidiana (BATITUCCI, 2019). Envolto por essa ideologia, o modelo identitário militar reeduca e remodela a fim de submeter a sua força de trabalho às normas e regras previamente estabelecidas. Na perspectiva de Giddens (*apud* MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008), há uma construção coletiva da identidade do policial que é realimentada constantemente ora pela corporação ora pelo próprio indivíduo.

Ainda do ponto de vista da cultura organizacional tem-se o *ethos* policial. O *ethos* é um conceito abstrato que representa um tipo de vida implícito no estado das coisas que torna a visão do mundo aceitável (GEERTZ, 2008). Segundo Clifford Geertz, em seu livro *A interpretação das Culturas*, a religião é a fonte responsável pela concepção do mundo, de si próprio e das relações entre elas, que se espalham pelo mundo incorporados através de símbolos. Para o autor, os aspectos morais de uma cultura e os elementos valorativos são obtidos por símbolos através do *ethos*. Com isso, o significado de *ethos* é armazenado em símbolos que são um resumo de tudo que se conhece sobre a forma como é o mundo, a qualidade de vida emocional que suporta e a maneira como deve se comportar. Partindo-se dessa visão, o *ethos* policial pode ser entendido como símbolos que parecem resumir, de alguma maneira, pelo menos para aqueles que vibram com eles, a forma como se deve comportar para enfrentar sacrifícios pautados pela valorização de algo maior que os indivíduos – a pátria.

Historicamente, o treinamento militar é baseado em procedimentos técnicos que exercem controle minucioso sobre os corpos através de atitudes, gestos, comportamentos, hábitos e discursos. Esse processo de construção militar através do corpo, com o uso do fardamento e de regras de condutas e posturas, vai servir de moldes para a estética militar (SOARES e MUSUMECI, 2005). Assim, na instituição militar o *ethos* ocorre através do discurso e das práticas, e tem a finalidade de proporcionar uma imagem de si capaz de convencer e ganhar a confiança. O protótipo de policiamento tradicional herdado da época da ditadura militar tinha como característica a imagem do policial como um homem forte, valente e autoritário. Esse desenho operacional mais autoritário, baseado em práticas abusivas e no descaso dos interesses e dos direitos dos cidadãos, provocou um afastamento simbólico da população (SILVA et al., 2017). Segundo Porto (2004), a violência está contida estruturalmente no *ethos* e na cultura organizacional dos modelos de Polícia em vigor no Brasil, que orientam a conduta do policial, e é completamente reconhecida pela sociedade.

A opinião pública passou a aceitar de forma mais usual a intensificação da violência institucionalizada como medida voltada à garantia de uma segurança através da repressão penal (SILVA et al., 2017). Porém, esse modelo formulado não resistiu ao tempo e às pressões ideológicas da época. Então, o primeiro sinal de modernização, com uma quebra de paradigma, se deu com “a formação da primeira turma de mulheres da Polícia Militar no Rio de Janeiro em 1982” (SOARES e MUSUMECI, 2005, p. 29) Segundo as autoras, a inserção das mulheres na corporação foi a solução encontrada para tornar o aparelho policial militar menos agressivo e mais estratégico.

3.5 A INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR

Diante do que expõe Soares e Musumeci (2005), a entrada da mulher na Polícia Militar pode ser explicada por duas vertentes: a primeira diz respeito à necessidade da corporação de melhorar sua imagem, fortemente associada à ditadura militar, que trouxe problemas tais como corrupção, violência e perda de credibilidade. Uma segunda motivação seria organizar o trabalho de modo que as tarefas mais leves, como as administrativas e a assistencial, ficassem com as mulheres e os homens, com a parte mais truculenta. Nessa época, o Brasil era embalado por propostas de melhoria das condições sociais, de vida e de trabalho, provenientes do sonho de se tornar um país redemocratizado. Esse momento histórico de transição nos cenários social,

político e econômico também serviu de estímulo para que as mulheres passassem a pleitear por seus espaços e a romperem com paradigmas que as classificavam como delicadas, frágeis e submissas.

A Polícia Militar preza por ser uma organização social marcada pelo patriarcalismo. A incorporação da policial feminina brasileira à instituição é feita com a função de criar um maternalismo na corporação e, com isso, não poderiam exercer atividades consideradas agressivas (RIBEIRO, 2018). Conforme Dias e Rosa (2014), há um consenso irrefletido de que a mulher não possui propriedades para o modelo reativo de segurança pública vigente no Brasil, caracterizado pela virilidade, valentia, proteção e o uso da força. Fazendo uma analogia com o estudo de Safiotti (2011), esse entendimento está presente no discurso do patriarcalismo, no qual nas relações de gênero, o domínio do poder pertence ao homem.

Segundo Minayo et al. (2008) os pilares de sustentação da Polícia Militar são delineados a partir do controle dos corpos, associado às técnicas de dominação, que acabam penetrando na vida pessoal. Para as autoras, a vigilância do corpo, da forma como esse corpo vai se expressar, vai impactar na construção da identidade desses militares, e é facilmente percebido nos discursos dos policiais onde há uma padronização de gêneros e consciência sobre sexualidade. Nesse contexto, ao tentar nivelar e equalizar o trabalho policial, a presença feminina é uma ameaça específica ao modelo militar/viril, ao tentar nivelar e equalizar o trabalho policial. Diante disso, uma outra política passou a se estabelecer promovendo a exclusão das mulheres dos postos mais altos da carreira militar.

Conforme retrata Schactae (2011), as mulheres policiais tinham uma função social e atuavam fazendo um policiamento ostensivo. Suas atribuições seriam na “função de auxiliar a segurança pública, no policiamento de trânsito e nas operações principalmente para proteção de menores, mulheres e anciões”. (SOARES e MUSUMECI, 2005, p. 31). Ao assumir determinadas posições de trabalho, as policiais femininas ficavam invisíveis, o que dificultava serem promovidas e galgarem patentes mais elevadas e, conseqüentemente, de maior poder. Assegurar às mulheres atividades específicas representava um favorecimento à segregação de gênero, e essa divisão do trabalho, a partir do paradigma da dominação masculina, mostra que não houve a intenção de “masculinizar” as mulheres, colocando-as em funções agressivas, e sim, mantê-las em um lugar de submissão.

Dessa forma, pode-se perceber que a organização policial não perdeu sua identidade institucional legitimada originalmente por ser uma instituição com um certo modelo de

masculinidade hegemônica (SCHACTAE, 2011). Em momento algum, a corporação se preocupou em realizar uma mudança organizacional, adaptando-se à chegada das mulheres, como forma de complementar sua função repressora para manter a segurança pública. Um exemplo disso, segundo Soares e Musumeci (2005), é a proibição do uso da maquiagem e adereços, a necessidade de estar de cabelo curto ou preso durante o turno de trabalho e o uso de uniforme com padrão masculino, mantendo assim a aparência física com o estereótipo masculino. Esse rito de inicialização é visto pelas mulheres como uma espécie de tortura que desconstrói sua identidade e a autoridade simbólica (CALAZANS, 2004). Dias e Rosa (2014) retratam que essa tática é para ratificar a virilidade da instituição e afastar qualquer indício de feminilidade.

A presença do fardamento e de uma arma no coldre são símbolos de poder, que tradicionalmente deve ser exercido pelo gênero masculino (OLIVEIRA, 2012), e se fundamentam no ideal de que “a profissão policial é uma atividade eminentemente de poder seja pela forte simbologia da armadura, seja pela discricionariedade para abordar e revistar pessoas, a mulher destituída de poder não poderia ocupar tal posição” (DIAS e ROSA, 2014, p. 167). Então, para a instituição policial, as agentes não podem demonstrar qualidades como fragilidade, docilidade, delicadeza entre outras descritas por Beauvoir (2009) como intrínseca à feminilidade e tampouco podem assumir a masculinidade porque não pertencem a esse gênero. Como sempre foi considerada uma instituição que legitima a masculinidade, ainda é composta por uma maioria do sexo masculino e hoje, pela lei, o quantitativo de vagas femininas liberadas para o concurso da corporação corresponde a 10% do total (BRASIL, 1998).

É importante reconhecer que como atividade-fim, ser policial, é uma profissão com grande risco de acidentes e mortes durante a jornada de trabalho, não sendo considerada como a profissão ideal para a sociedade para o sexo feminino. Configura-se como uma das profissões mais expostas ao perigo e à agressão por conta dos conflitos e tensões cotidianos (BEZERRA et al., 2013). Soares e Musumeci (2005) relatam que é quase consensual que as mulheres policiais no Rio de Janeiro não devam exercer atividades de combate ao crime nas ruas, por conta do medo e anseios que a exposição à criminalidade provoca nos policiais.

Conforme Minayo et al. (2008) mencionam, essa situação é vista como um conflito vivenciado pelo policial entre o superpoder que a instituição acaba incutindo em seus homens e a impossibilidade da expressão do sentimento do medo no trabalho. Sendo mais evidente nas policiais femininas, que também têm que enfrentar as barreiras de estigmas associados à incompetência e à fragilidade no interior da instituição (OLIVEIRA, 2012). Assim, pode-se

notar que a escolha das mulheres policiais para atividades administrativas tem relação com a violência diária a que são expostas na rotina de trabalho nas ruas. Esse imaginário de que a mulher não pode se expor ao perigo, já que não é fisicamente capaz, reproduz um padrão de gênero que reserva aos homens o espaço público e às mulheres, o ambiente privado (RIBEIRO, 2018).

Realizada uma breve apresentação da Polícia Militar, *locus* desse estudo, passo à exposição dos métodos de pesquisa utilizados.

4 O PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia da pesquisa é a parte responsável por descrever todo percurso realizado para o desenvolvimento de uma investigação. Com o intuito de alcançar os objetivos propostos optou-se por realizar uma pesquisa social básica exploratória, de abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2014), a pesquisa social qualitativa é aquela que articula a teoria com a prática tendo a metodologia como elo central da sociologia do conhecimento, onde a teoria, o método e as técnicas de abordagem são elementos fundamentais e inseparáveis no processo de investigação.

A opção pela pesquisa básica exploratória deve-se ao fato de buscar uma maior aproximação de problemas concretos que surgem na sociedade, ainda que o pesquisador não tenha obrigação de apontar soluções para o problema em questão (MINAYO, 2014). A escolha por essa modalidade de pesquisa está atrelada ao pouco conhecimento do ponto de vista acadêmico, acerca da vivência de violência conjugal entre casais em que um dos cônjuges é policial militar. Assim, o propósito do estudo qualitativo é tentar entender ou explicar esse fenômeno em seus cenários naturais (DENZIN e LINCOLN, 2008). Tomada por essa vertente de pensamento e sabendo da vasta variedade de procedimentos de tipos de pesquisa existentes, optou-se pela pesquisa de campo. Nessa seção há a contextualização do *modus operandi*, bem como as indagações, inquietações e os vários sentimentos produzidos na condução do presente estudo.

4.2 CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

O campo de investigação, enquanto um recorte espacial e essencial para a pesquisa qualitativa, foi uma unidade de atendimento da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Esse espaço tem como função promover a interação entre o pesquisador e os sujeitos através da observação, coleta, análise e interpretação dos fatos e fenômenos que ocorrem no cenário estudado. Para Minayo (2014), a construção do campo de estudo em pesquisa exige flexibilidade e sensibilidade para possibilitar um diálogo entre as partes entrevistador e entrevistado.

4.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para que essa interação social ocorresse de um modo privilegiado utilizou-se como instrumentos de coleta de dados: a entrevista semiestruturada e o diário de campo.

A entrevista é uma técnica de comunicação que permite construir informações sobre um determinado tema científico. Através das entrevistas, assistidas por uma escuta atenta, é possível analisar as particularidades, experiências individuais, modo de agir e pensar entre outros aspectos que poderiam estar relacionados com o objeto de estudo (MINAYO, 2014).

Conforme Minayo; Assis; Souza (2005) a entrevista semiestruturada é uma técnica utilizada em pesquisa qualitativa que combina perguntas fechadas e abertas, obedecendo a um roteiro que contém tópicos e questões norteadoras. Nesse tipo de comunicação a pessoa entrevistada tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender ao roteiro, previamente criado pela(o) pesquisador(a) (Apêndice A).

Como o foco dessa pesquisa se tratava de uma questão complexa, polêmica e contraditória envolvendo diversos sentimentos, dentre eles angústia, medo, amor, raiva, fraqueza e força, essa técnica possibilitou obter dados frutos da reflexão, onde o objetivo era o sujeito discorrer sobre o tema violência conjugal com rebatimento no comportamento dos (as) policiais militares. Em outras palavras, o propósito desse roteiro foi iniciar uma discussão, suscitando os principais temas de interesse da pesquisa tais como a percepção da violência conjugal, as experiências e vivência desse tipo de violência, os sentimentos em relação à cultura militar. Entretanto, entendeu-se que novas temáticas pudessem emergir no contexto da entrevista.

Para melhor conduzir as questões do roteiro de entrevista foi feito um pré-teste com intuito de tornar mais claro os temas e os aspectos de interesse do estudo, com apenas três perguntas sobre o tema violência conjugal. Durante a entrevista as participantes eram estimuladas a se sentirem à vontade para expressar suas opiniões sobre assuntos relacionados com o tema violência conjugal e a Polícia Militar. Todos esses dados foram anotados em um diário de campo, que é uma forma de observação participante. Nesse instrumento deve-se anotar todas as informações produzidas a partir de conversas informais, comportamentos, gestos, impressões que dizem respeito ao tema da pesquisa. A anotação pessoal de dados gera um

acervo de informações suscetíveis de serem interpretadas, podendo tornar mais verdadeira a pesquisa de campo (MINAYO, 2014).

4.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Como profissional de saúde da PM do Rio de Janeiro, a presente pesquisadora contou com o apoio de demais membros da equipe de saúde para contactar mulheres que faziam uso dos serviços de saúde da PM e cujos históricos de violência conjugal eram do conhecimento da equipe. A partir daí os contatos com as possíveis participantes foram feitos diretamente pela presente pesquisadora, seguindo todos os preceitos éticos de pesquisa.

Como ressalta Minayo (2014), uma amostra é significativa quando é capaz de representar a relevância do fenômeno que se deseja estudar em termos de experiência ou envolvimento dos participantes. Não se pode esquecer que a entrevista de uma pessoa no grupo a ser estudado é constituída sempre de uma identidade pessoal e social. Com isso, a pesquisa foi desenhada para abarcar um determinado número de participantes, que ao adotar uma abordagem qualitativa permitiu analisar a intensidade das violências vividas e a compreensão das mulheres com relação ao fenômeno violência conjugal. Acreditava-se que essas falas também carregam uma representatividade do coletivo.

A amostra foi de conveniência, frequentemente utilizada em estudos exploratórios por permitir obter informações de maneira rápida e adequada (OLIVEIRA, 2001). Participaram do estudo cinco (5) mulheres que possuíam alguma relação direta ou indireta com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Nessa composição, a mulher poderia ser uma policial militar cujo parceiro (a) poderia ser um (a) policial militar ou civil; ou a mulher poderia ser uma civil companheira de um (a) policial militar, com histórico de violência conjugal durante o tempo em que ele (a) já fazia parte da corporação.

Visando garantir o anonimato das entrevistadas, seus nomes foram substituídos por nomes inspirados em flores, como Amarilis, Jasmin, Lótus, Rosa e Margarida. As informações detalhadas sobre os perfis das participantes e seus parceiros (as) estão sistematizadas no quadro abaixo:

Quadro 1: Características das entrevistadas

	Amarilis	Jasmim	Lótus	Rosa	Margarida
	Parceiro 1	Parceiro 2	Parceiro 3	Parceiro 4	Parceiro 5
Ocupação	PM/cabo	PM/cabo	Civil/do lar (quer ser policial)	Civil/do lar	PM/Subtenente
	Fazendeiro	PM/1º Sargento	PM Cabo	PM Reformado	PM 1ºSargento
Idade	39 anos	35 anos	31 anos	66 anos	50 anos
	49 anos	49 anos	32 anos	Faleceu com 75anos	52 anos
Cor da pele	Branca	Branca	Branca	Branca	Parda
	Branco	Branco	Branco	Branco	Negro
Estado civil	Solteira	Solteira	Casada	Viúva	Divorciada
	Solteiro	Solteiro	Casado	Falecido	Divorciado
Número de filhos da entrevistada	1	0	2	1	2 de outro
	0	0	1 é do casal	1 é do casal	2 de outra parceira

Tempo de polícia	6 anos	8 anos	Não se aplica	Não se aplica	20 anos
	Não se aplica	24 anos	10 anos	30 anos	14 anos
Porte de arma	Sim	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não
	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Escolaridade	Superior incompleto	Superior incompleto	Ensino médio	Ensino fundamental 1	Ensino médio
	Ensino médio	Ensino médio	Ensino médio	Ensino fundamental 2	Ensino médio
Religião	Budismo	Não tem, acredita na Espírita	Espírita	Católica	Não tem

Fonte: Própria autora.

4.4 AS VICISSITUDES DO CAMPO DE PESQUISA E A COVID-19

Enquanto aguardava a aprovação da pesquisa junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da ENSP, seguido posteriormente da aprovação da Polícia Militar, uma grande inquietação e um dilema ainda maior para entrada do campo, de proporção mundial, surgiu, a pandemia de Covid-19 (Corona Virus Disease 2019). Esse obstáculo, um tanto quanto inusitado, também conhecida

como pandemia de coronavírus, apareceu ao final do ano de 2019, causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), é caracterizada por causar uma doença respiratória aguda altamente letal. Devido ao seu grande potencial de disseminação, se espalhou rapidamente para todos os outros continentes e continua causando um número expressivo de internações e mortes na população.

O pouco conhecimento que se tem sobre essa doença obrigou as autoridades a decretarem medidas que transformaram de forma abrupta a vida da população. Dados científicos mundiais indicavam que o isolamento social era uma das táticas mais eficazes no combate à pandemia. Com a finalidade de interromper a transmissão entre os países, os governantes optaram por fazer um isolamento social. Em meados de março de 2020, o Brasil também adotou essa medida na tentativa de mitigação e supressão da circulação do vírus. A prescrição do isolamento social modificou os hábitos de vida de todos os cidadãos.

Havia um apelo para que as pessoas ficassem em suas residências, como forma de restrição de contato. Esse plano de contingência nacional e internacional era para reduzir a proliferação da doença por todo mundo, o que tornou mais difícil a entrada no campo de pesquisa. Além dessa ação, houve uma grande mobilização dos profissionais de saúde, inclusive os da PM, para o combate dessa doença desconhecida e altamente contagiosa. Destaca-se que muitos profissionais da área de segurança pública e, em particular policiais militares, perderam a vida pela COVID-19.

O trabalho de campo tinha sido planejado para acontecer em um serviço ainda em fase experimental de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, que funcionava no 4º Batalhão da Polícia Militar (4ºBPM). A ideia inicial do programa de prevenção de mulheres vítimas de violência doméstica, era acolher de acordo com as suas particularidades e dar suporte para o enfrentamento da violência conjugal. Com a pandemia, houve um recrutamento de todos os profissionais da corporação, e as prioridades passaram a ser os atendimentos às vítimas da Covid-19 e o serviço foi fechado. Apesar, de ter conhecimento do local onde funcionava esse serviço experimental de atendimento a mulheres vítimas de violência, e que o mesmo possuía as informações para captação das prováveis participantes. Havia uma burocracia de documentos que eram exigidos para autorizar a obtenção dessas informações, que poderia atrasar ainda mais a pesquisa. Então, optamos (eu e as orientadoras) por buscar outros caminhos.

A mudança desse cenário provocou medo e apreensão. A pandemia do coronavírus também repercutiu negativamente na vida das mulheres propiciando um aumento do número dos casos de vítimas de violência doméstica em todo o mundo. As mulheres estavam mais

tempo em seus domicílios, principal local de ocorrência da violência doméstica. Dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2020) estima que houve um aumento no índice de feminicídios em diversos estados e uma queda da denúncia de violência na conjugalidade, após implementação da quarentena domiciliar. Os serviços de apoio ou fecharam ou passaram a atender com horários reduzidos, dentre outros fatores que contribuíram para isso.

Diante de todos esses obstáculos imprevisíveis, prossegui com a minha observação e busca por um novo campo de estudo. Somente em setembro de 2020, consegui a entrada no campo. Nesse período, o governador do estado do Rio de Janeiro determinou um afrouxamento das medidas protetivas que possibilitou o retorno dos atendimentos de locais de saúde que não estavam relacionados à pandemia. Tal acontecimento permitiu que as pessoas voltassem a agendar consultas nas unidades de saúde da Polícia Militar que não foram destacadas para o atendimento de vítimas da Covid-19. Dentre essas unidades encontra-se a Policlínica da Polícia Militar em Olaria (Ppm – Olaria), local que oferece atendimento médico, odontológico e psicológico para os militares e seus dependentes e pensionistas. Essa importante determinação permitiu o retorno dos funcionários do quadro de saúde que pertenciam às policlínicas da Polícia Militar. Como é o local onde atuo como médica ginecologista e obstetra da PM, vislumbrei a minha aproximação a esse novo local para desenvolver a pesquisa.

Mesmo com as mudanças ocorridas no segundo semestre de 2020, o local onde fica situado o serviço de atendimento às vítimas de violência no 4º Batalhão da Polícia Militar não teve suas atividades retomadas por falta de quórum de profissionais da saúde, que ainda estavam voltados para o atendimento de vítimas da pandemia. A manutenção das pessoas em suas residências dificultou a captação de candidatas para a presente pesquisa. Tendo em vista todo esse cenário, foi necessário rever a forma mais acessível e segura do ponto de vista sanitário de captar as participantes para a entrevista. Desse modo, as identificações das participantes foram feitas nas dependências da Policlínica da PM, através da divulgação da pesquisa sobre violência conjugal dentro da corporação pelos funcionários da própria unidade, para todas as mulheres que adentravam na policlínica. Todas as participantes foram captadas dessa forma e não houve necessidade de buscar outras mulheres. Para as entrevistadas foram oferecidas a realização da entrevista na policlínica ou em outros locais públicos abertos ou ao ar livre, que não tiveram seus acessos restritos pelas autoridades por conta da pandemia a fim de evitar aglomeração.

As entrevistas, no entanto, ocorreram todas no mesmo local, e foram realizadas em um dos consultórios da Policlínica da PM, no bairro de Olaria, no Rio de Janeiro, por ser um lugar

reservado, seguro e de fácil acesso para as mulheres que, inclusive, já eram usuárias dos serviços de saúde daquela Policlínica. Um outro aspecto que facilitou a vinda das mulheres à Policlínica foi o fato de não levantarem suspeitas de seus companheiros de que estavam circulando por outros lugares da cidade. Como álibi, as participantes usufruíam do fato dos cordões sanitários não abarcarem as unidades de saúde. A Policlínica é um local no qual circulam diversas pessoas com as mais variadas demandas de saúde, e por ser uma unidade militar promove uma sensação de segurança. Então, era uma forma das entrevistadas saírem do espaço doméstico estressante, associado à necessidade de desabafar com alguém, já que não podiam receber visitas.

Diante disso, foram tomados todos os cuidados de higienização preconizados pela OMS a fim de reduzir a possibilidade de transmissão da covid-19, dentre os quais estavam os seguintes requisitos: limpeza rigorosa dos consultórios, distanciamento de um metro e meio, uso obrigatório de máscaras, conforme protocolos de segurança. Entre a pesquisadora e a entrevistada, havia a presença do álcool gel para higienização das mãos e de acessórios usados como canetas e gravador, durante todo o tempo da entrevista.

Havia pretensão de entrevistar um conjunto variado de mulheres, considerando a patente dos policiais (oficiais e praças), exercício de trabalho interno ou externo, unidades de lotação e idade. No entanto, a seleção das participantes foi muito difícil. O número de pessoas que buscavam a policlínica não era grande. Ainda que seja imprescindível que as pessoas fiquem em casa para o controle da pandemia não podemos deixar de considerar as emergências e urgências que justificavam a procura pelas unidades de saúde, inclusive o fato de estar em situação de violência conjugal ou doméstica.

Um outro fator que pode ter contribuído para a dificuldade de obter um número maior de entrevistadas foi a incerteza e o medo de ir a uma unidade de saúde onde havia um risco de propagação do vírus a partir de uma pessoa assintomática. Aliado a esse fato, estava a insegurança de estar com um profissional de saúde que se encontrava à frente do combate da pandemia, que também poderia ser considerado como veículo de transmissão da doença. Entretanto, compreende-se que esse temor foi geral, afastando muitos doentes crônicos dos serviços de saúde no mundo inteiro, por medo do contágio.

Destaca-se também o desafio de realização de um estudo sobre violência contra as mulheres militares e companheiras de militares na Polícia Militar, que é uma instituição marcada principalmente pela presença de uma masculinidade hegemônica. Se de um lado

percebeu-se uma motivação das mulheres para participarem da pesquisa pela oportunidade de se expressarem na corporação sobre um tema ainda pouco dialogado nesse âmbito. Durante as entrevistas notou-se sentimentos de medo e apreensão por parte de algumas mulheres, e também alguns desconfortos em responder certas perguntas que evocavam lembranças de experiências negativas e tristes.

As entrevistas duraram em torno de 45 a 60 minutos, durante os meses de setembro e novembro de 2020. Três participantes solicitaram que seus depoimentos não fossem gravados, contudo concordaram que fossem anotados pela pesquisadora. Uma possível justificativa para a não permissão da gravação pode ser a sensibilidade do tema violência conjugal abordado dentro de uma instituição militar. No entanto, a possibilidade de conversar e falar sobre suas experiências de violência conjugal foi reconhecida por ser um momento importante de desabafo e consciência dos danos à saúde da mulher.

4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Numa pesquisa qualitativa, a fase de análise dos dados é o momento que exige do pesquisador a penetração nos significados que os atores sociais compartilham da vivência de sua realidade (MINAYO, 2014), isto é, a visualização do conteúdo que está por trás dessa linguagem. Há uma diversidade de caminhos para a realização da análise de dados de uma pesquisa, e o critério de escolha adotado depende de fatores como: a natureza da pesquisa e a corrente de pensamento que o investigador incorporou.

Nesta pesquisa, houve uma predileção pelo método da análise de conteúdo. Dentre as inúmeras técnicas existentes, a análise de conteúdo segue o viés de uma pesquisa social, e é considerada uma das técnicas mais aceitas pelos pesquisadores brasileiros, dada a facilidade de seu entendimento, por conta de sua elaboração esquemática. Segundo Minayo (2014), a análise de conteúdo pode ser contextualizada de várias formas de acordo com o pensamento teórico. Cabe salientar que esta pesquisa tomou como base a conceituação de análise de conteúdo de Laurence Bardin, na modalidade temática. Tal opção deve-se ao fato da pesquisadora ser uma das mais citadas no campo acadêmico científico em estudos qualitativos que adotam a técnica de análise de conteúdo.

Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo é um método empírico dependente da fala e da interpretação, sustentados por processos técnicos de validação. Para a autora, o ponto chave desse tipo de análise está no fato de se constituir um bom instrumento para a produção de inferências, e em valorizar a descrição objetiva dos conteúdos das mensagens embasados em pressupostos teóricos. Diante do exposto, a análise das informações para compreensão do conteúdo manifesto tem como finalidade ampliar o conhecimento sobre o assunto e o tema estudado articulando esse tema no contexto sócio-histórico, problematizando-o ou trazendo outros problemas de pesquisa.

O conhecimento dos diversos métodos de análise torna-se indispensável para que o pesquisador tenha condições de escolher aquele que mais se aproxima de seu estudo. Conforme Minayo (2014) a análise temática é a modalidade mais apropriada para uma investigação qualitativa em saúde. A análise temática é um processo de compreensão do texto caracterizada por ter o tema como unidade de significação. No campo científico tem como finalidade ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura com dados coletados, com o advento da confirmação ou não dos objetivos e das hipóteses da pesquisa (MINAYO, 2014). Para o cumprimento dessa modalidade são necessários alguns componentes, sendo eles: a fase de pré-análise, da exploração do material e do tratamento dos resultados ou das informações (BARDIN, 2016).

Dessa forma, a análise orientou primeiramente para a fase de pré-análise, que se caracterizou pela escolha do material a ser submetido à análise, pela retomada dos objetivos e hipóteses da presente pesquisa e pela elaboração dos indicadores que fundamentaram a interpretação final (BARDIN, 2016). Do ponto de vista operacional, o material empírico foi organizado da seguinte forma do ponto de vista operacional: leitura flutuante das entrevistas, constituição do corpus, formulação das hipóteses e dos objetivos, referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores e preparação do material (MINAYO, 2014). Essa sistematização assegura um contato direto do pesquisador com o texto e sua familiarização respalda-se na escolha dos documentos, nesse caso as entrevistas e o diário de campo, que tenham relação com o problema estudado. A partir da formação do conjunto de documentos que Bardin (2016) chamou de *corpus* se aplicam algumas normas de validade qualitativa como a exaustividade, representatividade, homogeneidade e a pertinência.

Posteriormente, seguiu-se para a fase de exploração do material, a fim de aprofundar um olhar mais interpretativo desse conjunto de documentos, ou *corpus*. Foi construída uma estrutura de análise e elencadas as seguintes categorias de análise (unidades de registro

temáticas): Compreensão sobre o que é violência conjugal; Vivências de violência na vida conjugal/tipos de violência; Percepções da violência ligadas à cultura militar; Estratégias de enfrentamento da violência/apoios da corporação, apoios de fora da corporação; Danos à saúde; Sugestões para a PM. Os delineamentos dessas categorias temáticas foram feitos pelos temas desmembrados dentro do texto a partir do seu conteúdo e fala manifesta com o objetivo de decodificação simplificada dos dados brutos (BARDIN, 2016).

Os dados foram tratados e interpretados buscando relações interpretativas, de um diálogo do trabalho, com a fala do sujeito e o referencial teórico. Essas visões compartilhadas coletivamente pelas entrevistadas a uma mesma realidade, nesse caso a violência conjugal, caracterizam o que a literatura chama de representação social. Segundo Minayo (2014), a teoria de representação social é considerada um modo de interpretação da realidade que conduz os comportamentos e as práticas sociais de sujeitos. Para a autora, é importante se compreender as representações sociais para se entender a realidade social.

A representação social tem como principal característica transformar o desconhecido em familiar, isto é, auxilia no processo de compreensão da transformação de conceitos difundidos no senso comum que pode revelar importantes aspectos imbricados na realidade (MINAYO, 2014). No caso da pesquisa pode ajudar a entender a temática violência conjugal a partir da internalização dos indivíduos de suas obrigações sociais que foram espelhadas pelas ações da sociedade. Então, a associação da análise de conteúdo com a teoria de representação social vai possibilitar identificar o conteúdo dito sobre o tema violência conjugal, divididos por categorias, e assim é possível conhecer as representações disseminadas e produzir inferências sobre o cotidiano.

A teoria de representação social também pode permitir a revelação de particularidades das práticas dos policiais que na realidade advém de crenças e partilhas sociais da instituição Polícia Militar. Contudo, a combinação da representação social com a análise de conteúdo pode possibilitar a pesquisadora compreender as tensões entre as vítimas de violência conjugal e o mundo socialmente constituído, sob diferentes perspectivas.

4.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fiocruz e aprovado em 10 de julho de 2020, com número de parecer 4.128.781. Foi necessária a solicitação para autorização da pesquisa na corporação a Coordenadoria de Assuntos Estratégicos (CAES), no Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento (EPD). O parecer favorável foi deferido pelo Subsecretário Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em 11 de agosto de 2020.

Todas as entrevistadas aderiram ao estudo de forma voluntária e consentiram com a sua participação na pesquisa por meio da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora e foram gravadas mediante a concordância das entrevistadas. As três entrevistadas que não permitiram a gravação, autorizaram, no entanto, que seus depoimentos fossem anotados pela pesquisadora. A garantia do sigilo foi preservada, e somente a pesquisadora, sua orientadora e a coorientadora podem ter acesso às anotações, transcrições e ouvir as gravações. Os nomes das entrevistadas ficaram no anonimato sendo substituídos por nomes de flores, conforme já explicitado.

A presente autora procurou esclarecer sua posição como pesquisadora no momento da entrevista, e não como militar, reforçando o compromisso do anonimato e do sigilo das informações ali coletadas. O fato também de ser mulher e trabalhadora da área da saúde contribuiu certamente para se estabelecer um clima de confiança entre pesquisadora e participantes, e nenhuma entrevistada desistiu de participar, reconhecendo inclusive a importância de abordar o tema para as mudanças nas suas relações afetivo-sexuais. Construir esse laço de confiança foi um exercício de afastamento, por parte da pesquisadora, de uma posição de mulher militar, para dar lugar a uma mulher pesquisadora no campo da saúde.

É sabido que temas sensíveis como a violência de gênero, que vitima sobretudo as mulheres, e que está profundamente enraizado na cultura do país são difíceis de serem abordados. Em se tratando de investigar essa problemática em uma instituição militar, algumas questões como romper o silêncio e o medo precisam ser enfrentadas. Durante as entrevistas, algumas mulheres sinalizaram que estavam assumindo riscos emocionais e morais como a difamação na corporação e fora dela, o medo do parceiro descobrir ou de ser denunciado. Enfrentar esses obstáculos adicionais enriqueceram ainda mais a importância da fala das mulheres entrevistadas nessa pesquisa.

5 POSSÍVEIS IMBRICAÇÕES ENTRE O *ETHOS* POLICIAL E A VIOLÊNCIA CONJUGAL

Esse capítulo apresenta os principais resultados da pesquisa obtidos através de entrevistas com três mulheres militares e duas mulheres companheiras de militares. As categorias de análise foram assim elencadas: compreensão e vivências de violência na vida conjugal com relacionamentos atuais e anteriores, no trabalho/tipos de violência; percepções da violência ligadas à cultura militar; estratégias de enfrentamento da violência (apoios da corporação, apoios fora da corporação); danos à saúde; sugestões para a PM. Nesse capítulo também se descreveu as impressões registradas durante o trabalho de campo.

5.1 COMPREENSÃO E VIVÊNCIAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Para as entrevistadas várias são as formas de violência que caracterizam uma violência conjugal, como a violência física, a violência sexual, a violência moral e a violência psicológica. Amarilis, policial militar solteira que viveu com um companheiro civil, considera como violência conjugal as agressões verbais, físicas e de certa forma o comportamento controlador do parceiro, principalmente na vigilância da privacidade conforme relata: “tem que ter individualidade, um casal não tem que invadir a privacidade dele e ele invadir a minha”. Já a história de Jasmim, outra policial militar solteira que viveu com um policial militar, é marcada por uma visão de violência conjugal caracterizada por gritos e xingamentos, como ser chamada de “burra”. Tudo isso, para a entrevistada é uma maneira de agredir e de “colocar a mulher para baixo”. Define a violência conjugal através desse depoimento:

Ela dói mais do que um tapa em si, um tapa dói ali na hora, uma coisa interessante, um tapa vai te doer ali na hora, você vai ficar indignada, mas rapidinho passa aquela dor. Já aquela tortura emocional, ela persiste às vezes até por anos, meses e anos....
(Jasmim, PM)

A vivência de Rosa, uma civil, viúva de um policial, com a violência conjugal vem desde seus 14 anos quando se casou pela primeira vez e foi agredida pelo então marido durante uma discussão. A entrevistada narrou sua história de um outro casamento e depois com um policial, onde vivenciava muitas agressões, mas justificou o modo como o policial a tratava

pela sua nacionalidade portuguesa, pois gostava muito de falar alto e xingar. Segundo Rosa, no início quando se conheceram não era assim, moraram juntos por seis anos e depois ela engravidou para ver se o relacionamento melhorava. Depois resolveram se casar, mas com comunhão parcial de bens, pois segundo ela, o marido “era muito apegado ao dinheiro”. Ele a xingava muito com palavrões e vivia chamando-a de filha da puta. “Nosso relacionamento no início era bom, mas como não aceitava muito as coisas, sempre desconfiado, daí começaram as brigas”. Para Rosa, o policial tinha ciúmes do filho, porque ele via o filho como um homem entre eles, e como as brigas eram diárias, pensou que precisava garantir um futuro, já que após o filho nascer nada melhorou.

Uma das entrevistadas, Margarida, policial militar divorciada que vive com um policial militar, preferiu não se pronunciar sobre a questão e apenas pontuou com base nos seus conhecimentos que a violência conjugal é uma violação, uma tortura, uma agressão que pode ser física, moral ou mental. Na concepção de Lótus, uma mulher civil, casada com um policial militar, mas que tem aspirações de ingressar na polícia, a violência conjugal é algo que machuca profundamente e que pode ser psicológica ou física. Em sua totalidade as vivências da violência conjugal foram relatadas pelas mulheres, principalmente relacionadas às violências psicológica e física.

As entrevistadas, Rosa, viúva, e Lótus, casada, ambas civis com relacionamento com policiais militares, indicaram reconhecer a violência vivida e colocaram o problema financeiro como motivo da permanência no ciclo de violência. Rosa é uma mulher que largou sua família em outro estado para tentar a vida no Rio de Janeiro. Mencionou que se casou jovem com um policial que era 10 anos mais velho. Seu casamento era mantido por meio de muitos xingamentos e confusões, pois seu marido nunca teve a concepção de família. Quando criança foi abandonado por sua mãe em um internato porque precisava de cuidados especiais, e por muito tempo se sentiu rejeitado pela mãe, que o visitava esporadicamente, mas não tinha afeição pela mãe e os irmãos. Ter condição financeira satisfatória era elemento primordial para ele. Rosa tinha medo de ser abandonada com o filho sem ter direito a nada por conta das agressões, do ciúme que tinha do binômio mãe-filho e da falta de laços de afetividade. Essa era a justificativa alegada para considerar toda violência conjugal vivida.

A entrevistada Lotus, civil, casada com policial militar, narrou uma experiência de infidelidade do parceiro que a afetou muito e que considera que pode acontecer novamente, por ser atitude banalizada e aceita entre os colegas da corporação.

Algum tempo atrás descobri uma traição que ocorreu no passado e isso mudou muito meu psicológico. Eu falei com ele sobre a traição e ele gritou comigo, quebrou coisas, me empurrou, xingou. Foi uma grande discussão na frente dos meus filhos e da pessoa que me ajuda com as crianças. Atualmente vim buscar ajuda na corporação porque meu marido está com ideias suicidas cada vez mais frequentes. (Lótus)

Atualmente, Lótus reconhece as sequelas da violência psicológica, mas por conta da dependência financeira do parceiro, sente-se desencorajada de sair desse ciclo de violência. Lembrou da época que era independente financeiramente: “conquistei muitas coisas até ter filhos. E hoje eu me anulo para cuidar deles, não que não goste, mas poderia ter mais tempo para cuidar de mim mesmo”. Margarida e o companheiro são divorciados, policiais militares que moram juntos. Ela pontuou que já foi agredida verbalmente por diversas vezes, e a violência psicológica faz parte de sua rotina de trabalho e dentro de casa. Seu parceiro fazia escândalo dentro de casa para os vizinhos ouvirem e, apesar de dizer que não sofria violência física, as humilhações e as agressões verbais lhe causavam grande constrangimento. Como no depoimento abaixo:

Teve uma vez que estava com amigos comemorando um amigo oculto e ele chegou e fez um escândalo “monstro”. Estavam todos sentados em uma mesa e não vi quando ele me deu um empurrão pelas costas. Tive que sair da festa e ir para casa em sua companhia. (Margarida, PM)

Refere que ficou com muita raiva e acabou indo embora para evitar maiores transtornos. Ao chegar em casa, Margarida contou que tiveram uma briga e ele saiu de casa e foi dormir fora. A entrevistada revelou que atualmente as brigas e discussões são cada vez mais frequentes e que podem acabar arruinando seu relacionamento. Margarida aparentava preocupação porque seu primeiro casamento também foi marcado por confrontos e desavenças.

De todas as histórias de violência conjugal reveladas pelas entrevistadas, as de Amarilis e Jasmin, ambas solteiras e policiais militares evidenciam não só a gravidade, a cronicidade, mas também a sobreposição de violências. O relato de Amarilis, que viveu com companheiro civil, começou com o início do relacionamento marcado por uma violência psicológica, onde ele a chamava de feia e falava coisas que a deixavam mal e abalada. Com o tempo passou para a violência física na forma de empurrões, apertando seu braço, depois apertando o pescoço, esmurrando as costas e dando socos nas suas pernas. Até que um dia numa briga e ele a empurrou e ela caiu no primeiro lance de escada, e ele veio correndo para empurrá-la de novo. Nesse dia, segundo Amarilis, foi a única vez que ela se defendeu: “Ele me chamava de policial de merda. Eu dei um soco na cara dele, depois corri e me escondi no banheiro onde fiquei trancada”.

Durante a entrevista, Amarilis revelou que o ciclo de violência era constante no seu relacionamento. Amarilis tem um filho do primeiro relacionamento e refere que foi morar com o companheiro e mantinha essa união porque pensava em construir uma família para seu filho. Ela declarou que como policial a violência já fazia parte do seu dia a dia, então, não se enxergava como vítima da violência conjugal. A entrevistada contou que o companheiro vivia bêbado, e que após algum tempo descobriu que estava sendo traída por ele. Resolveu abandoná-lo em 2020 e se refugiar na casa de sua mãe, aproveitando o ensejo da pandemia mundial de Covid-19, onde o distanciamento social era necessário. Amarilis revelou que ele ligou para ela e continuou a xingá-la, ofendê-la e ameaçá-la, como evidenciado no depoimento abaixo:

Se eu tivesse que voltar lá para pegar minhas coisas eu tinha que ir muito bem armada e equipada, com uma equipe muito foda...porque ele ia matar todo mundo e me dar um tiro no meio da cara para eu ficar irreconhecível. (Amarilis, PM)

Jasmim, policial militar solteira, teve dois relacionamentos que considerou terem sido “tóxicos” porque a violência psicológica era corriqueira. Em sua entrevista, Jasmin contou que durante o período do recrutamento para Polícia, já era agredida física e psicologicamente pelo seu noivo civil, conforme segue:

Fui agredida fisicamente mesmo, cheguei aqui muito magra e destruída psicologicamente...ele dizia que eu era polícia de plástico, que isso não era coisa para mulher e que merecia morrer com tiro de fuzil no meio da cara. (Jasmin, PM)

Alguns anos depois, segundo Jasmim, ela iniciou um relacionamento com um policial onde a violência foi revivida. A entrevistada descreveu que esse companheiro policial a mantinha em vigilância constante e que ela tinha que andar olhando para baixo, e não podia falar com os outros homens do trabalho porque era ameaçada. Com o tempo, toda vez que se separavam, ele a perseguia. Os colegas de trabalho diziam: “Você não se cuida mais. Você não fala mais com a gente. Você está feia. Você está triste... já nem percebe mais, você já anda olhando para o chão”

Segundo Jasmim as violências ultrapassavam a relação, uma vez que esse companheiro sempre a desmoralizava publicamente, assim como a sua família. Ele também cobrava que ela lhe desse um filho, o que a fez evitar uma gravidez indesejada.

Só era gritos, era muito autoritário, gritos e muitos palavrões. E saiu espalhando aos quatro cantos aqui que eu era puta, prostituta que eu fazia programa, xingou minhas primas, minha família. E às vezes ele gritava me dá filho porra, me dá filho caralho, porra. Eu vou fazer filho na rua... Deus me livre. Eu fiz de tudo e não engravidei. (Jasmin, PM)

A entrevistada relata ainda que havia brigas na rua com intimidação por meio de arma de fogo de pessoas que tentavam ajudar, e que convivia com dois temores: o de denunciar e o

de engravidar. Jasmim foi incentivada pelos colegas de trabalho a denunciar as agressões que sofria, contudo, ela não o denunciou, pois temia que pelo fato de ambos serem policiais e pudessem sofrer punições.

5.2 PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA LIGADAS À CULTURA MILITAR

As entrevistadas, em sua maioria se referiram à Polícia Militar como uma instituição machista que influencia de algum modo o comportamento dos policiais. No discurso de Lótus, civil e casada com policial militar, há um entendimento que os homens, por se considerarem ou serem ensinados a serem fortes e corajosos, não buscam ajuda mesmo quando consideram que necessitam. Esse aspecto da cultura militar causaria um sofrimento nas relações conjugais de policiais militares, pois quando demonstram fraqueza e insinuam a necessidade de uma ajuda profissional psicológica, são questionados pelos colegas “machos alfa”⁸.

Uma outra situação descrita por Rosa, civil e viúva de policial militar, se refere à influência da hierarquia da corporação militar na vida do policial. Nesse caso, o agressor ficou inibido para não ser punido por seus superiores:

Uma vez fui ao batalhão onde ele trabalhava para tomar um cafezinho com o comandante e conhecer seu local de trabalho. Depois disso ele ficou com medo de tentar me agredir achando que eu pudesse ir ao batalhão contar tudo, então ele só me chamava de filha da puta. Tinha medo de passar vergonha e ser punido por essa situação, e por isso não tentava encostar a mão em mim. (Rosa)

Dentre as entrevistadas policiais havia uma coerência nas narrativas quando diziam que o regulamento é responsável pela violência vivenciada. Amarilis, policial militar solteira que viveu com companheiro civil, descreveu que o comportamento do policial é fruto do aprendizado durante o curso de formação na Academia Militar, onde se acha “machão” e destemido, e disse:

Eu não sei o que esses masculinos⁹ pensam, mas a corporação tem grande influência na violência que eles cometem. Um deles chegou a reclamar que nem pode mais gritar com as mulheres que poderia ser processado. Eu expliquei que a esposa não merece que grite com ela e sim ser tratada com respeito. (Amarilis, PM)

É durante o treinamento militar, segundo explicação de Jasmin, policial militar solteira que viveu com policial militar, que os rapazes adquirem o pensamento que os homens são

⁸ Representa o homem que domina os espaços que ocupa com comportamentos agressivos, é um líder que tem acesso prioritário às mulheres (DESPRET, 2011)

⁹ Masculinos é a forma como os policiais masculinos são conhecidos dentro da corporação.

melhores que as mulheres. Para ela, os instrutores se sentem afrontados com a presença feminina na corporação e demonstram isso nos ensinamentos dentro da sala de aula, por não entenderem que as mulheres estão ali para exercer outras funções. A entrevistada afirmou que a violência é explícita nas falas dos colegas que desqualificam o quadro feminino.

Desde o CFAP eles aprendem que fem¹⁰ não serve para nada, eles chamam a gente de fem, dificilmente chamam pelo nosso nome, não respeitam a nossa graduação, você é vista como...é desculpa falar como “comidinha” e sem cérebro. (Jasmin, PM)

Jasmin disse que, após a formatura, os policiais deturpam o poder de polícia comprando suas próprias armas e utilizando-as como uma forma de oprimir e ameaçar as esposas, namoradas, noivas que são civis ou da corporação. Ela narrou que esse medo acompanha as mulheres na rua e nas unidades, e essa “brabeza” do policial deve-se simplesmente pela presença de uma arma. Vale lembrar, conforme testemunho de Margarida, que o trabalho policial militar não é comum, e que as escalas de serviço são fatores que desequilibram o emocional de qualquer um, principalmente das mulheres policiais. Ela comentou que os reflexos dos problemas físico-emocionais resultam em um estresse que atinge a todos que estão em sua volta, sobretudo os mais jovens e com menos tempo de corporação. Para ela, essa é a razão pela qual, na maioria das vezes, acaba afetando os relacionamentos familiares, principalmente com as esposas e companheiras e conseqüentemente levando à violência doméstica.

5.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA: APOIOS INTRA E EXTRAMUROS DA CORPORACÃO

A maioria das entrevistadas disse que o serviço de psicologia da corporação tem sido o principal local de apoio para o enfrentamento da violência conjugal. Todas as entrevistadas policiais têm conhecimento de que a Polícia Militar possui um quadro de profissionais psicólogos que estão empenhados e de prontidão para atender as demandas provenientes da corporação, e que os policiais e as policiais têm prioridade em relação aos seus dependentes. Rosa, civil e viúva de policial militar, no entanto, apesar de ser dependente, referiu que foi prontamente atendida e acompanhada pelo serviço de psicologia do HCPM, onde conseguiu o apoio necessário.

¹⁰ Fem é um jargão presente na corporação e uma forma como os policiais chamam as policiais femininas.

O mesmo não aconteceu com a Lótus, que é uma civil casada com policial militar, e revelou que vem enfrentando dificuldades para conseguir marcar um atendimento de saúde na corporação. Segundo a entrevistada, ela está com um quadro de depressão e teve sua consulta desmarcada por duas vezes no serviço de psicologia da Polícia Militar. Enquanto não consegue atendimento fez a opção por um tratamento particular com aromaterapia. Margarida, uma das policiais militares entrevistada divorciada e vive com policial militar, não se considera uma vítima de violência conjugal ao ponto de necessitar de tratamento médico ou psicológico, apesar de ter relatado que sofreu com gritos, xingamentos e empurrões do companheiro. Seu depoimento de certa forma, minimiza atos de violência considerados menos graves, pois considera que violência física se refere a chutes, socos e espancamento. Ela apontou que como policial já convive com a violência psicológica diariamente, e que conhece o trabalho da Patrulha Maria da Penha, demonstrando de alguma forma que já suporta esse tipo de violência na corporação e que não é afetada psicologicamente pela violência na sua relação conjugal. Amarilis, policial militar solteira que viveu com um civil, confessou que tinha vergonha de tudo aquilo que estava vivendo na sua vida conjugal, ou seja, de ser humilhada e ameaçada por seu companheiro, inclusive com arma de fogo com a intenção de deformar seu rosto e destruir sua imagem. Seu medo é de como seria julgada na corporação, sendo ela uma policial que poderia ser apontada como “...aquela fragilzinha que apanhava do marido”. Ela revelou: “os masculinos que trabalhavam comigo tinham admiração por eu ser mulher e de rua... me portava de uma forma que não abaixava a cabeça”. Por isso, apontou a necessidade de amparo no serviço de psicologia da corporação, que durante o seu acompanhamento ajudou a romper com esse ciclo de violência que se intensificou em meio à pandemia do coronavírus. Situação semelhante foi descrita por Jasmin, policial militar solteira que viveu com policial militar, que conseguiu romper a violência conjugal, encorajada por uma colega policial que presenciou uma agressão física do seu companheiro, e junto com as outras colegas a obrigaram a denunciar todas as agressões sofridas. Hoje Jasmin mantém o acompanhamento psicológico iniciado antes de conhecer esse policial, conforme revelou no seu depoimento abaixo:

Nós temos medos, mas em algum momento a gente cria aquela força junto aos colegas e a gente consegue reagir... e sabe que vai prejudicar o cara de alguma forma. Prejudicar não! Colocar ele no lugar e ele vai pagar por aquilo. (Jasmin, PM)

5.4 DANOS À SAÚDE: AS MARCAS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Os relatos das entrevistas evidenciaram uma gama de problemas de saúde associados às violências sofridas por seus companheiros, desde transtornos mentais até distúrbios endocrinológicos. Do ponto de vista da saúde mental, Rosa, civil e viúva de policial militar, que fez acompanhamento psicológico por muitos anos e Jasmin, policial militar solteira que viveu com policial militar, que ainda faz acompanhamento conjunto da psicologia com a psiquiatria, demonstram alguns desses danos. Como revelou Jasmin:

Eu não era assim, eu entrei perfeita na Polícia...tive dois relacionamentos abusivos. Já tive crise nervosa. Já tomei remédio na frente dele, passei mal, parecia que ia desmaiar. Porque você fica com aqueles sintomas de pânico, sintomas horríveis que eu já tratava. Mas esse tipo de relacionamento ele não te dá paz, você piora. (Jasmin, PM)

As outras entrevistadas revelaram possuírem alguns problemas de saúde que acham que podem estar associados à violência. Margarida, policial militar divorciada que vive com policial militar, atribuiu o problema do seu sobrepeso a um quadro de ansiedade reflexo de sua rotina e dos episódios de agressões vividos. Lótus, civil e casada com policial militar, também apontou uma dificuldade de perder peso que está investigando se faz parte do quadro de depressão atual ou não, decorrente da violência conjugal. Além disso, expôs: “Tenho psoríase, que é uma doença autoimune, que também piorou muito ultimamente”. Amarilis, policial militar solteira que viveu com companheiro civil, revelou que, durante o ciclo de violência que viveu, ficou internada com diagnóstico de abortamento em evolução, e descobriu a diabetes durante esse período. Essa policial afirmou que esses acontecimentos provocaram uma enorme labilidade emocional e conseqüente transtorno psicológico. Amarilis inclusive lembrou: “Eu ligava chorando e falava vem me visitar. Nenhuma vez ele veio me visitar. Eu era uma pessoa 100% saudável”.

5.5 SUGESTÕES À POLÍCIA MILITAR

Na visão de Rosa, a mais idosa das entrevistadas, civil e viúva de um militar, as mulheres devem lutar pelos seus direitos. As demais mulheres apontaram, porém, a necessidade da corporação se envolver mais nessa luta, reconhecer a temática da violência conjugal, em especial no contexto dos relacionamentos de mulheres policiais e mulheres civis que vivem

com policiais. Jasmin, policial militar solteira que viveu com policial militar, sugere a formação de um grupo de profissionais para fazer palestras sobre violência relacionada à questão feminina nos batalhões, unidades de saúde e no CFAP, e disponibilizar um telefone ou um email para as denúncias anônimas. Amarilis, policial militar solteira que viveu com companheiro civil, ressaltou a falta de informação sobre como buscar ajuda e a necessidade de mudanças na corporação com relação a essa questão da violência conjugal envolvendo parceiros militares, e apontou a Patrulha Maria da Penha como uma opção em situação de violência. Já Margarida, policial militar divorciada que vive com policial militar, sugeriu que a instituição poderia tratar o seu efetivo com mais humanidade, melhorando as condições de trabalho e sua carga horária. Lótus, civil e casada com policial militar, complementou as sugestões apontando que a corporação deveria trabalhar em prol da família com palestras e estudos sobre religiosidade e na melhoria no serviço de saúde.

O conjunto de entrevistas, apesar de quantitativamente limitado, permitiu acessar diversos aspectos importantes da dinâmica da violência conjugal e sua possível relação com o *ethos* policial. É sobre esses aspectos que o próximo capítulo se dedica a discutir.

6 DISCUSSÃO

Este capítulo busca discutir alguns elementos identificados nas falas das entrevistadas acerca das violências que sofreram à luz de autores presentes no referencial teórico previamente apresentado. Segundo Gomes et al. (2005), ao atravessar o caminho da interpretação através de uma leitura compreensiva do material, ancorado nos conceitos dos referenciais teóricos, cria-se a possibilidade de construir inferências com um olhar sobre os dados de forma ampla. Somam-se a esses autores, alguns outros, dentre os quais destaco Michel Foucault. Para a discussão do problema em questão, foi necessária a leitura de uma importante obra de Foucault (1999), *Vigiar e Punir*, que se debruça sobre o que chamou de corpos dóceis. Creio que esse conceito é fundamental para a compreensão de aspectos do *ethos* policial como o respeito à disciplina e à hierarquia, elementos centrais na cultura militar, que podem estar relacionados à violência conjugal. Essa abordagem acentua o provável vínculo desses conceitos que envolvem o ambiente de trabalho e o sujeito, podendo ser responsável pelas percepções individuais da violência conjugal envolvendo policiais.

6.1 PERCEPÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONJUGAL

A compreensão das mulheres entrevistadas sobre o termo violência entre o casal ou violência conjugal é relacionada sobretudo a um reconhecimento das situações vividas por elas com seus parceiros e ex-parceiros. Identifica-se, a partir dessas narrativas, que apenas uma entrevistada não tinha o conhecimento do termo violência conjugal, o que pode ser atribuído a uma concepção tradicional de família. Os processos de formação de grupos familiares antes da década de 70 foram focados nas mulheres desempenhando um papel de esposa, mãe e dona de casa, conforme evidenciado pela filósofa feminista Simone de Beauvoir (ADÃO, 2010).

A desqualificação da violência contra as mulheres é uma prática comum descrita na literatura, muito bem trabalhada por Saffioti (2011) em suas pesquisas, que pode estar associada ao medo e à falta de informação. Esse estranhamento também se relaciona com uma compreensão da violência na relação conjugal como algo que está presente permanentemente na consciência dessas mulheres, e é influenciada pelo processo constitutivo da organização social de gênero, onde a mulher é colocada como uma propriedade do homem, o que as impede

de se reconhecerem como vítimas da violência. Para a autora, a opressão e a dominação da mulher na sociedade patriarcal favorecem o silêncio e a banalização dessa violência. No entanto, embora esse modelo de configuração de masculinidade já tenha sido amplamente debatido, Connell e Messerschmidt (2013) chamam a atenção para um outro modelo de masculinidade hegemônica, que descreve a masculinidade não como uma opressão e sim como uma ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão que legitima a subordinação das mulheres aos homens.

A dificuldade de nomeação e não reconhecimento da violência conjugal chama a atenção nos discursos das entrevistadas, e pode ser considerado um fator de contribuição para a permanência dessa violência. Segundo Brandão (2006), tal fato pode se relacionar à presença de padrões de moralidade nas redes de parentesco e localidade, traduzidas em categorias como vontade, obrigação, juízo, responsabilidade e honra. No contexto desse universo sociocultural, a violência contra as mulheres é entendida como uma forma de repreensão. Schraiber (2003) em seus estudos sobre violência contra as mulheres, também alerta que a literatura retrata o termo violência como sendo reservado à criminalidade, onde é muito usado para o espaço público por indicar uma situação grave. O que parece significar que culturalmente a violência doméstica não é representada como tal, por estar presente no espaço doméstico ou privado, onde a invisibilidade é cúmplice dessa violência.

Ao analisar as correntes teóricas hegemônicas embasadas nos autores e autoras que defendem a ideia da violência contra as mulheres proveniente do patriarcalismo como Saffioti (2011), temos a compreensão do direito patriarcal como restrito ao predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família. Nessa estrutura, a exploração econômica da mulher é feita em conjunto com o controle sexual, que ficou conhecida com a “expressão exploração-dominação”. (SAFFIOTI, 2011, p.56) A desigualdade de gênero de natureza patriarcal fortaleceu a primazia masculina e a submissão das mulheres, tornando natural essa relação na conjugalidade.

Santos e Izumino (2005) realizaram uma revisão bibliográfica das principais referências teóricas nas Ciências Sociais na área de violência contra as mulheres no Brasil, com o intuito de apreciar os estudos feministas nos últimos 25 anos. Nesse levantamento, as autoras propõem o entendimento de que a mulher é um sujeito em uma relação desigual de poder, que integra a ideologia machista do patriarcado descrito por Saffioti (2011). Nesse universo falocrático, há a configuração do direito conjugal como uma regalia que gira em torno do poder masculino assim como o direito sexual. Nessa análise, toma-se como destino natural o privilégio do homem de

espancar a mulher, que foi educada para submeter-se aos desejos masculinos, e como não tem poder de consentir com o parceiro, são então forçadas a ceder.

A obra *Violência Conjugal: os espelhos e as marcas*, das autoras Lia Zanotta Machado e Maria Tereza Bossi Magalhães (1998), aborda o processo de modernização, e como esse processo modificaria as relações interpessoais, a partir do ideal de romantismo e cavalheirismo que afluía na década de 50. Esse estudo lançou um olhar para a violência conjugal e como resultado encontrou mudanças e alguns avanços nas relações entre casais. Porém, os modelos mais modernos de referência das relações conjugais ocidentais mantiveram um contrato de conjugalidade, sintetizado a partir das posições diferenciadas naturalmente atribuídas às construções hegemônicas. Para as autoras, o acordo de conjugalidade se passa por uma organização que envolve sentimentos como amor, paixão, afetividade e sexualidade, que por detrás desse contrato, nas suas entrelinhas, é pormenorizado como uma aliança de um provedor ardiloso que tem como contraprestação a sexualidade virtuosa da esposa.

A socialização do gênero favorece aos homens a internalização dessas relações de poder e a construção de uma identidade masculina abusiva e violenta, que passa a ser aceitável pela sociedade. A violência é vista como elemento fundamental da regulação das relações sociais entre os sexos. Esse ideal de valores, que discrimina o papel do sujeito masculino e feminino na sociedade, também é reproduzido e muito difundido no militarismo.

6.2 DE QUE FAMÍLIA ESTAMOS FALANDO? A FAMÍLIA DO POLICIAL MILITAR

As motivações para a construção de uma relação conjugal baseada nas relações de gênero e nas suas regulações, produzem um conceito de casamento e família provenientes do modelo patriarcal, que ainda hoje é uma fantasia que paira na cabeça de muitas mulheres e alguns homens (NETO et al., 2011). A união e a composição de uma família são valores tradicionais e de grande importância aprendidos durante o curso de capacitação na Academia Militar e aplicados como princípios essenciais para a sua performance e sucesso na carreira militar (ADÃO, 2010). Apesar das transformações que o conceito de família vem sofrendo ao longo do tempo, ainda se mantém cumprindo seu papel e função como célula social. Como instituição fechada, o espaço que deveria ser destinado ao afeto, carinho e felicidade atualmente

vem passando por algumas transformações podendo ocasionalmente ser palco para situações de violência intrafamiliar.

No militarismo, a estrutura familiar é desempenhada por padrões tradicionais de funcionamento definidos por aspectos relativos às regras, ao poder, aos limites e aos contratos de convivência (WAGNER et al., 2011). A principal função da família do militar é fomentar o apoio emocional e incentivar o zelo pelos valores militares, através do relacionamento com mulheres que abdicam de suas individualidades, e às vezes são afastadas do mercado de trabalho, para se resignarem ao lar com a responsabilidade de realizar tarefas domésticas e manter este espaço, em favor da união da família (ADÃO, 2010). Identifica-se, a partir das falas das entrevistadas o que parece ser um empenho constante dessas mulheres em compreender e apoiar o seu companheiro em suas expressões emocionais por causa do trabalho, ou seja, o exercício de papéis classicamente designados às companheiras de militares. Porém, o que se observa através dos dados apontados pelas entrevistadas civis, é que aparentavam se sentirem culpadas pela violência vivenciada e aceitavam-na devido à falta de recursos financeiros para sustentar os filhos, por viverem em função da família.

É sabido, que no processo social pelo qual a identidade do sujeito é formada, que a hegemonia masculina é evidenciada e enfatiza o papel das mulheres na execução de tarefas de criação das crianças e estruturação da organização da família (SCOTT, 1995). O velho ditado popular que diz “*lugar de mulher é em casa*” retrata exatamente essa restrição do espaço social da mulher, graças à divisão sexual do trabalho na sociedade. Nesses arranjos sociais, há uma divisão bem clara entre o masculino e o feminino que também foi retratada pelas policiais entrevistadas, tanto no comprometimento desse importante ritual da construção da família quanto durante sua inserção na corporação. A luta travada pelas mulheres policiais para que conseguissem espaço e reconhecimento na corporação e na sociedade carioca foi longa e árdua, sua anuência foi feita em consonância com o exercício de atividades sociais e comunitárias. (SOARES e MUSUMECI, 2005).

Observa-se nos resultados da pesquisa, que a família é uma categoria presente nos relatos de todas as entrevistadas, que parecem revelá-la como um aspecto de grande importância na discussão da violência conjugal. As semelhanças existentes nos discursos da maioria das participantes encontram-se no posicionamento de se sentirem culpadas por não estar sendo a mãe idealmente projetada. O papel da figura materna foi criado no século XVII com a imagem de uma mulher protetora encarregada por manter a educação dos filhos, posição essa que lhe capacitaria a mudar a forma de agir e pensar do companheiro agressor (MACHADO e

MAGALHÃES, 1998; SAFFIOTI, 2011). Não se pode deixar de considerar, que os avanços sentidos em relação ao gênero permitiram que as mulheres se inserissem no mercado de trabalho, sem deixar de atribuir a elas a responsabilidade pela prole.

As conquistas sociais ocorreram de forma incompleta e os mecanismos tradicionais patriarcais se mantiveram influenciando as disputas por posições de trabalho de forma desigual, assim como o papel do cuidar incluso no espaço doméstico (SAFFIOTI, 1987). Não há dúvida de que essa dupla função leva a uma maior participação das mulheres na manutenção econômica do lar e compromete a responsabilidade feminina na manutenção da relação conjugal. No Brasil, persiste uma naturalização da divisão de tarefas domésticas, o que dificulta não só a desnaturalização de padrões relacionais como também o estabelecimento da corresponsabilidade pela conjugalidade (SAFFIOTI, 1987; ARAÚJO e GAMA., 2017).

6.3 MARCAS DA VIOLÊNCIA

Tratar de atividades relacionadas ao trabalho remunerado e reprodutivo, como tarefas domésticas e de cuidados, significa analisar as relações de gênero e de poder não equitativas vigentes na sociedade contemporânea. A rotina dos policiais, independentemente do gênero, apresenta vários facilitadores para a vivência de uma violência conjugal, tais como a carga horária, a exposição ostensiva ao perigo no processo de trabalho, entre outras condições que afetam diretamente a família do policial, além do desgaste mental e do estresse laboral que impactam negativamente nas relações conjugais (DERENUSSON e JABLONSKI, 2010). Segundo Bezerra et al. (2013), a atividade do policial militar é considerada uma das profissões mais exposta ao risco de acidente e morte durante o processo laboral. Tais elementos foram inferidos por uma entrevistada policial que afirmou que a tensão vivenciada no trabalho associada à escala de trabalho pode promover problemas físico-emocionais, e atingir todos que estão ao seu redor.

Quando questionadas sobre as vivências dessas violências, as entrevistadas retratam a presença da agressão física, da agressão verbal, da difamação entre outras formas, que correspondem à natureza desse tipo de violência interpessoal, mais especificamente a violência entre parceiros íntimos, definida no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2002). No Brasil, as formas de violência são divididas de acordo

com o acometimento em: violência física, violência sexual, violência patrimonial, violência moral e violência psicológica, e se popularizaram com a criação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

Contudo, Saffioti (2011) relata que a violência contra as mulheres não ocorre isoladamente, e que a forma descrita como agressão vem sempre acompanhada da violência emocional e moral. Quando observado os relatos de violência na pesquisa, pode-se constatar que há um reconhecimento maior das vivências da violência psicológica e física, porém percebe-se que há outros tipos de violência e que elas se sobrepõem na maioria dos casos. Não ficaram evidenciadas situações de violência sexual, ainda que uma das entrevistadas tenha comentado a insistência do companheiro em lhe dar um filho e de como ela tentou evitar uma gravidez por temer a violência do parceiro. Entretanto, supõe-se que as mulheres foram ou ainda estão submetidas a formas ainda aceitas de agressões sexuais, tais como ter relações sexuais forçadas, serem chantageadas para terem relações sexuais ou serem degradadas ou desrespeitadas em sua vida sexual. Segundo Portella (2009), a informação sobre violência sexual é mais difícil de ser evidenciada em virtude de muitas mulheres não conseguirem reconhecer a presença do sexo não consentido como uma forma de violência. O fato da violência conjugal ter múltiplas ocorrências e ocorrer em associação acaba sendo um fator de confusão na análise das entrevistadas, onde os xingamentos considerados como violência moral se confundem com as humilhações da violência psicológica. Cardoso (2016) ao pesquisar sobre a violência provocada pelo policial contra sua parceira íntima, elencou a prevalência da violência moral em mulheres adultas economicamente ativas.

A presença da violência moral na pesquisa foi marcada por atos como a injúria e difamação. As ofensas e os xingamentos que as participantes referem tem a função de depreciá-las para restabelecer a hierarquia nos papéis do patriarcalismo. Saffioti (2011) também retratou a presença de violências verbais desrespeitosas e desqualificadoras, porém para a autora é a humilhação que causa o maior transtorno, podendo provocar uma dor muito profunda. Esse julgamento vai ao encontro ao que uma das entrevistadas narrou na pesquisa, ao afirmar que a dor da humilhação pode ser uma lembrança negativa que marca a vida da pessoa por anos. A violência conjugal é perversa, pois tem a faculdade de provocar adoecimento em suas vítimas sem que elas percebam o que estão vivenciando.

Conforme constatado na literatura, a depressão é o sintoma mais comum da violência psicológica, sendo considerada uma das principais consequências que devasta a saúde da mulher. Esse agravo à saúde pode ser observado nos depoimentos de algumas entrevistadas que

retrataram estar em tratamento para essa comorbidade. Guimarães (2009) aponta que ao longo do tempo essas vítimas podem apresentar sintomas de solidão, desamparo, baixa autoestima e baixa autoconfiança, por conta dessa violência psicológica manifestada principalmente pelo abuso emocional crônico. Nesse posicionamento feito pelo autor, quanto mais grave for a violência psicológica maior é o impacto na saúde física e mental dessa mulher, podendo permanecer mesmo após a ruptura do ciclo da violência.

Ainda dentro desse contexto, chama atenção as narrativas de duas entrevistadas de que durante as agressões verbais vividas foram ameaçadas com o uso da arma de fogo pelos seus agressores. A intimidação com um tiro de fuzil no rosto presente em uma das falas parece ter o intuito de proporcionar uma desconfiguração de sua imagem como mulher, provavelmente pela excessiva dependência emocional que essa entrevistada tinha do parceiro. Schraiber et al. (2010), em um estudo transversal realizado na cidade de São Paulo e na Zona da Mata em Pernambuco sobre a violência contra as mulheres no Brasil, organizado pela OMS em diversos países, verificou uma superposição das violências psicológica, física e sexual. Na violência física, foi identificado a ameaça ou o uso real de arma de fogo pelo parceiro íntimo como forma de intimidar.

Carcedo e Sagot (2000), ao pesquisarem sobre o feminicídio em Costa Rica, afirmam que o uso de mecanismos violentos nas relações entre os casais tem a função de colocar a vítima num estágio de total submissão para atingir o controle mais absoluto e definitivo dela. Conforme Machado (1998), a moralidade sexual ocidental vigente permite criar dicotomias antagônicas entre a razão e a emoção, e atividade intelectual e atividade sexual. O desejo e a atividade sexual nem sempre são controlados pela razão, então a moralidade cristã naturaliza a ideia da “fraqueza sexual” justificando-a como sinônimo de masculinidade. É dever dos homens estar sempre de prontidão e aptos para usufruírem da mulher como objeto sexual, principalmente quando estão sob a atuação de forças externas do demônio.

Durante a realização das entrevistas deste estudo, a pesquisadora pôde observar esse controle por parte dos homens que se fazia inclusive por meio da intimidação da existência de uma arma de fogo ou como pressão e exigência de uma gravidez. Ao comparar esse achado com os estudos de Carcedo e Sagot (2000) pôde-se perceber que as autoras já apontavam que essa sensação de posse não é acidental e vem de um desejo de impor suas vontades e dominar movimentos, ações e os pensamentos, comum aos homens ciumentos, controladores, obcecados pela perseguição. Segundo as autoras, a grande quantidade de ódio envolvido nessa relação

permite ao agressor agir, com uma excitação ilimitada, no sentido de prejudicar a vítima, podendo no futuro levar ao feminicídio (CARCEDO e SAGOT, 2000).

6.4 A CULTURA MILITAR

A compreensão a respeito da relação da violência ligada a cultura militar será iluminada a partir dos conceitos de Foucault, que investigou em sua obra *Vigiar e Punir* a origem de práticas e discursos que poderiam estar vinculados às relações de poder. Pretende-se dialogar com o processo de disciplinarização que ocorre na modernidade, abordado por Foucault na terceira parte da obra mencionada, a fim de entender a partir dos depoimentos das entrevistadas como a disciplina, as regras e o regimento militar modelam a violência nas relações conjugais.

6.4.1 A Disciplina

Foucault se dedicou ao estudo sobre as instituições disciplinares da sociedade contemporânea, onde se preocupava em entender como se construía os sujeitos a partir da avaliação das práticas, dos saberes e poderes da época. Nessa investigação retratou que a sociedade disciplinar possui todo um aparato que condiciona os corpos através da manipulação sobre os gestos, os movimentos e os comportamentos. Para o autor, há várias instituições que podem ser compreendidas como lugares de poder, que têm a finalidade de domesticar os corpos, o que, até então, era desconhecido pela população como por exemplo: as escolas, as fábricas, as prisões, os hospitais e as instituições militares. Como não entendia o que tinham em comum, ou seja, o ponto de interseção entre as instituições, o autor tentou demonstrar quais eram as técnicas utilizadas por esses núcleos que fazem o controle desses indivíduos. É nesse ponto que a obra de Foucault ilumina esta pesquisa e a pesquisadora, uma médica da Polícia Militar, quando esse autor evidencia como funcionam as organizações que têm regras e regimento próprios como a Polícia Militar.

Para Foucault, essas instituições vão moldando os indivíduos, utilizando-se de seus corpos e mentes de sua mente e de seu corpo, e como forma de disciplinamento atuam no sentido de domesticá-los os indivíduos. O objetivo da disciplina é estabelecer ações que atuam

no sentido de domesticar os indivíduos, que considerou serem corpos dóceis, isto é, que são de fácil aprendizado e obediência. Nesse sistema disciplinar, o autor deixa claro que o mecanismo de disciplinarização tem uma função essencialmente de adestramento, onde os corpos dos indivíduos se tornam objetos com o intuito de fabricar corpos submissos e exercitados. Com o desenvolvimento do processo de industrialização, cada movimento do corpo é extremamente vigiado no seu tempo e, cada ato será quantificado para o seu melhor aproveitamento dentro desse tempo. Há um objetivo de buscar o aumento da força do corpo em termos econômicos, isto é, com o máximo de rapidez levando ao máximo do seu rendimento.

Através de práticas corporais, se aprende com facilidade as regras a serem seguidas para o bom funcionamento institucional. Como exemplo de fácil entendimento, o autor cita a forma de marchar do soldado, associando esse ato ao disciplinamento proveniente de uma instituição que domestica o corpo. Foucault retratou que os lugares de disciplinamento da sociedade moderna são espaços amplos, fechados e específicos, que possuem todo um aparato de dominação e controle para garantir o aperfeiçoamento dos objetivos da instituição. Como uma organização pública, a Polícia Militar, apresenta costumes e comportamentos que são peculiares, e esses hábitos normalmente absorvidos durante as instruções na caserna, desempenham um papel importante na formação do policial.

Martins (2006) em um estudo sobre a Polícia Militar da Bahia, descreve que a cultura organizacional é um padrão do sistema social de crenças e práticas cotidianas, onde os policiais se identificam pelos valores, pelos interesses e pelas metas em comum, legitimando essa cultura. Para o autor, esse processo de socialização ocorre através da aprendizagem e da interação com os membros que possibilita a concepção de sua identidade e se consolida em um perfil que constitui o *ethos* policial. As práticas disciplinares estão diretamente envolvidas com as relações de poder, que na Polícia Militar se constitui através de uma hierarquia (RIO DE JANEIRO, 2002).

6.4.2 A Hierarquia

Segundo Foucault (1999), em tudo que se observa há um poder sendo exercido sobre você, o que classificou como um controle. Esse poder e saber produzidos pelas normas disciplinares, se autossustentam por seus próprios mecanismos, onde há um chefe ou um líder responsável por ordenar os outros indivíduos dessas instituições disciplinantes. A sociedade

disciplinar controla os indivíduos para ter o poder sobre eles e essa dinâmica é fundamental para as instituições burocratizadas, visto que é a principal ferramenta na construção do tecido social. É interessante salientar que em sua obra Foucault, afirma que:

“O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida a uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (FOUCAULT, 1999)

Segundo Poncioni (2005), a garantia da reafirmação da cultura policial se dá no curso de formação das Polícias Militar e Civil no Rio de Janeiro, que é constituído majoritariamente, por um corpo docente de policiais advindos da própria Corporação, que não possuem necessariamente uma formação pedagógica adaptada à função. Mas, como bons adestradores conseguem ensinar os valores, as crenças e reflexões que vão legitimar um padrão ideal de comportamento do trabalho policial e afirmar a sua identidade visando atingir um certo estereótipo do policial, como um ser guerreiro. Foucault explica que essa hierarquia sintetiza uma série de sentidos e significados nas instituições disciplinadoras, como o vestir a farda, que reproduz automaticamente no militar a incorporação de uma herança identitária que orienta as escolhas, o comportamento e a posição de um agente (SCHACTAE, 2011).

No entendimento de Foucault, essas sanções, são invisibilizadas dentro da instituição militar, assim como as técnicas e as artimanhas do poder disciplinar que dão lugar à produção de algo natural, que na verdade é visto pela sociedade como natural, só que é produzido por uma certa artificialidade nos corpos dóceis. Em seu estudo sobre a Polícia Militar, Schactae (2011) demonstra que há uma discordância dessa naturalização entre os discursos dos oficiais que entendem que a hierarquia é necessária e funcional, e os praças que contrariamente traduzem essa hierarquia como um protótipo de autoritarismo e arbitrariedade do poder. Esse posicionamento também é descrito por Minayo et al. (2008), que conceitua a hierarquia como um princípio fundamental da divisão do trabalho na Polícia Militar do Rio de Janeiro, estruturando as relações de comando e subordinação em círculos de poder. No contexto da hierarquia cabe às camadas inferiores cumprir as prescrições sem questionar, já que na crença da ideologia militar o diálogo tem a função de perturbar e atrasar todo o desempenho das atividades, além de enfraquecer o poder.

Apesar de todo esse conhecimento Bezerra et al. (2013) em seu estudo sobre mulheres policiais indica que a base cultural da estrutura militar permanece sendo a hierarquia, a disciplina e o machismo. Então, a partir desse contexto, pode-se entender que para o bom

funcionamento dos núcleos disciplinares há a necessidade de uma hierarquia institucional que dá poder ao agente de maior capital simbólico, que no caso da instituição policial militar, é historicamente vinculado ao ideal de masculinidade. A justificativa dessa masculinidade, segundo os estudiosos, vem desde a época da Europa medieval, com o surgimento da história do poder hierárquico que foi construído e legitimado junto com os princípios da masculinidade e da virilidade (SCHACTAE, 2011). No caso da corporação, a masculinidade regional impregnada de representatividade atravessa o padrão de masculinidade local, que servirá de modelo para a grande maioria dos policiais (CONNELL, 2013).

Vale salientar, ainda engajada à lente teórica de Connell, que a masculinidade hegemônica é uma forma de comunicação onde se utiliza dos corpos para formação de uma identidade, e que segundo as entrevistadas parece que nem todos os policiais se encaixam nesse padrão de masculinidade. Esse modelo de policial descrito anteriormente, que demonstra coragem e força, como qualidades essenciais, se manteve mesmo com a entrada das mulheres na Polícia Militar. Segundo Soares e Musumeci (2005), o primeiro acesso das mulheres à corporação no Rio de Janeiro ocorreu em 1982, sob a condição de não ser casada ou estar grávida, situações essas que impediriam a posição identificadora do perfil de guerreira. Havia também a proibição do uso de maquiagem e joias e a determinação de cortarem seus cabelos no estilo masculino, para não descaracterizarem a histórica identidade do policial. As autoras retratam que o curso de formação era feito por instrutores homens com apenas algumas adaptações para as mulheres na realização dos exercícios físicos.

Fazendo um paralelo com os estudos anteriormente citados é possível verificar que os resultados da presente pesquisa corroboram a literatura, uma vez que as entrevistadas descrevem a presença de uma masculinidade que parece ser intensificada por profissionais hierarquicamente superiores durante o processo de formação dos policiais, e a manutenção de comportamentos que obrigam as mulheres a se ajustarem à tal representação. Poncioni (2005), em seu estudo sobre a formação profissional que foi desenvolvida em academias de Polícia Civil e Militar do Rio de Janeiro, relatou que o curso é fundamentado na orientação para o controle do crime, com ênfase no uso da força e da dominação. É notório que a demonstração dessa qualidade, assim como de outros presentes no *ethos* policial são elementos característicos do modo de atuação da segurança pública no Brasil (DIAS e ROSA, 2014). Como não havia pretensão de mudar as tradições da corporação, as mulheres policiais foram inseridas em funções que não se destinam à mediação de conflitos ou à prisão de criminosos (SOARES e MUSUMECI, 2005).

Conforme Foucault, as instituições disciplinadoras se mantêm pela força de uma engrenagem reprodutora de modelos de adestramento do corpo e da mente, que na Polícia se expressa culturalmente por elementos da masculinidade. No que concerne ao empoderamento dos policiais masculinos como representação do poder simbólico, Dias e Rosa (2014) retrataram que pode estar vinculado à atividade-fim do policial, que abarca desde sua virilidade, que é a marca de aprovação do segmento masculino, até a capacidade de transportar uma arma de grosso calibre. Para os autores, há um pensamento no interior das forças de segurança que as mulheres são pouco operacionais, por não possuírem uma potência vigorosa que permita escalar muros, trocar tiros ou prender supostos criminosos. O que demonstra um certo conservadorismo vinculado às instituições militares que negam um espaço para a mulher na corporação.

Nesse quesito, a ordem simbólica de dominação masculina está nitidamente presente no discurso das policiais femininas entrevistadas, que retratam um processo de incorporação da identidade da policial feminina, marcado pela ausência de uma construção identitária própria que segundo Soares e Musumeci (2005), deveria estar fundamentada em reflexões coletivas sobre o papel da mulher na Polícia. Para muitos estudiosos, as mulheres policiais não são valorizadas e existe um ideal androgênico que se contrapõe à presença delas na corporação. As diferenças entre as identidades masculina e feminina são reforçadas não só nas atividades e nos comportamentos dos policiais como na consciência de que os homens são superiores nesse espaço social (SOARES e MUSUMECI, 2005; SCHACTAE, 2011).

Conseqüentemente, tudo isso pode estar associado aos motivos de sofrimento das policiais femininas. A vivência de um mix de sentimentos que envolvem as experiências pessoais constituintes da feminilidade e a necessidade de ter que assumir uma identidade diferente para ser aceita na corporação (SCHACTAE, 2011). Segundo a autora o não enquadramento das ações pessoais no regime da corporação é passível de micropenalidades que ficam registradas na ficha do sujeito, funcionando como um exercício do poder através de uma punição disciplinar. Dias e Rosa (2014) retratam que a mulher policial para ser considerada pelos companheiros como legal e confiável deve manifestar sinais de masculinização ao tratar de assuntos de sexualidade e manter discrição quando necessário, provando que aderiu a um pacto invisível. Esse fato também esteve presente na percepção das entrevistadas ao retratarem nos discursos dos companheiros essa desigualdade de gênero na corporação.

6.5 O PANOPTISMO

Na interpretação de Foucault, a disciplina funciona porque existe uma “vigilância hierarquizada contínua e funcional” (FOUCAULT, 1999, p. 201) que avalia quem é normal e quem será castigado por estar fora da norma. A punição é a dúvida da vigilância que vai disciplinando os indivíduos. Por ser uma instituição fundamentada nos princípios da heterossexualidade masculina, as mulheres têm muito mais chance de serem punidas do que os homens, isso sem considerar a homossexualidade em membros da Polícia. Conforme Minayo et al. (2008), a disciplina exercida na Polícia Militar é sujeita à fiscalização e ao controle da hierarquia que prevê um mecanismo de penalização em caso de não cumprimento das normas, a fim de reduzir os desvios e reafirmar a lei. O regimento da Polícia Militar determina como essencial, o respeito à dignidade humana, a pronta obediência às ordens legais, a rigorosa observância às prescrições regulamentares, correção das atitudes entre outras regras (RIO DE JANEIRO, 2002). Sendo assim, Foucault retratou que para uma melhor fiscalização, o espaço disciplinar deve ser recortado para que haja uma melhor visibilidade. Isso permite uma vigilância constante de todos os seus pontos, onde os menores movimentos são controlados pelos chefes, assim como as decisões sobre a vida do infrator também passam pelas instâncias do poder. Essa normalização também está presente no cotidiano das pessoas desde o nascimento, através do uso do corpo como um espaço de poder, que é docilizado com atitudes e gestos, provenientes do controle da instituição familiar.

Segundo Minayo et al. (2008), a disciplinarização da ideologia corporativa e o modo de viver, pensar e sentir a vida são inseparáveis. Com isso, as questões de sexualidade, de família e de coerção moral estão vinculados a essa forma de construção organizacional. Para Poncioni (2005), esses princípios da dominação adquiridos pelos núcleos disciplinadores podem ser reproduzidos para além do trabalho e serem usados pelos policiais masculinos em outros grupos sociais para controlar e produzir atos punitivos. No caso da Polícia Militar, a reflexão das especificidades da masculinidade do policial nessa pesquisa é reproduzida na perspectiva do olhar das mulheres, que parece descrever uma masculinidade que também pode estar associada com uma estrutura de poder das relações afetivo-sexuais. Com grandes semelhanças àquela vista anteriormente nos estudos de Saffioti (2011), onde a mulher é submetida ao poder masculino que é culturalmente aceito, e o não cumprimento de suas funções tem como consequência a prática da violência como castigo normatizador.

Foucault (1999) também se preocupa com a questão do controle nas novas relações de poder que pode estar diluído em vários grupamentos sociais, onde passa a não ser visto por ser um controle constante. Para o autor, essas outras formas de poder disciplinador mostraram que a vida é uma constante vigilância, onde há racionalização do tempo e do ambiente afetando diretamente o corpo do indivíduo, o que chamou de panoptismo. A imagem do panóptico traz a ideia de que a todo momento o indivíduo é avaliado a partir da tríade composta pelo olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. Sendo esse último descrito pelo autor como códigos, que através das informações captadas dos indivíduos permitem traçar seus perfis e os formalizar dentro das relações de poder (FOUCAULT, 1999).

A compreensão do poder é tratada pelo autor como um feixe de relações que envolvem o exercício de força e obediência, delimitando na ausência do seu cumprimento práticas de punição corpórea. Esse ideal de controle e supervisão constante nas práticas realizadas pelos militares faz emergir discursos de um poder masculino dominante que, segundo Dias e Rosa (2014), colaboram para a crença de que a mulher destituída de poder, pela manifestação de elementos como docilidade e passividade, não deveria ocupar a profissão de policial militar. Grisoski e Santiago (2021) apontam outra forma de interpretar essa questão, em que afirmam que o propósito da entrada da mulher na instituição de Segurança Pública é mostrar que não é um segmento estático, podendo ter o seu processo historicamente reestruturado, no qual a feminilidade ligada à fragilidade e ao cuidado sobressai em um lugar de tradição de domínio masculino.

6.6 A INFLUÊNCIA DA ROTINA PROFISSIONAL NA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Do ponto de vista da cultura, a violência a qual o policial militar se sujeita, se estende para além do trabalho, e é estigmatizada pela população do Rio de Janeiro através da rejeição. Essa imagem negativa e o não reconhecimento da população sobre o trabalho policial, são questões complexas que envolvem disputas de força e poder com a presença de atos nem sempre lícitos. É atribuição dos jornalistas noticiarem o mal exercício de qualquer profissional, que acabam sendo do conhecimento da população. Tal atitude não deve ser ignorada, porém ao insistir em dar ênfase à criminalidade, a mídia coloca a Polícia Militar como órgão incapaz de oferecer segurança pública de qualidade para o cidadão (NJAINÉ et al., 2009; MINAYO et al.,

2008). Esse papel de fiscalização e repressão na sociedade também favorece o seu reconhecimento pelos marginais ao transitar pela cidade (PORTO e SILVA, 2018).

Como estratégia para contornar os riscos inerentes à profissão, os policiais adquirem um estilo de vida diferenciado que acaba influenciando o seu modo de vida e de sua família. Geralmente a vizinhança não sabe que ali mora um policial, tentam habitar em locais com alguma segurança e longe de seu local de trabalho e fazem caminhos diferentes para ir e voltar do trabalho, pois se sentem vigiados o tempo todo por conta do receio da criminalidade e da reação da população (MINAYO et al., 2008; DERENUSSON e JABLONSKI, 2010). Essas ações também são realizadas pela sua família, como se a imagem do panoptismo descrito por Foucault (1999), proveniente do núcleo disciplinar da corporação, fosse introjetado na vida de quem convive com o policial.

As modificações dos princípios éticos e morais que vêm ocorrendo ao longo dos anos acabam contribuindo para a permanência dessa visão negativa da corporação. A Polícia Militar já foi considerada uma instituição muito respeitada pela população e hoje existe uma tendência de desconsiderá-la como órgão de caráter corretivo, talvez por conta dos grandes escândalos que a corporação foi arrolada, já tratados anteriormente. A população hostiliza esses policiais tratando-os como inimigos ou comparando-os com criminosos o que acaba provocando um afastamento desses militares da sociedade (PORTO e SILVA, 2018).

Associado a esse fenômeno temos as transformações ocorridas após o ingresso na corporação que também são evidenciadas no estudo de Derenusson e Jablonski (2010), através dos relatos de companheiras de policiais que retrataram a presença marcante de mudanças na identidade dos policiais, levando muitas das vezes a se tornarem indivíduos mais austeros, agressivos ou indiferentes à família. Essa compreensão descrita na literatura aparece nas falas das entrevistadas que relataram a presença de uma postura de insensibilidade principalmente para com as mulheres, desconsiderando-as como pessoas por meio de atitudes e comportamentos tais como gritos e xingamentos.

Entretanto, a literatura descreve que há vários outros fatores capazes de promoverem essas alterações na postura do policial, que podem ser provenientes das condições de trabalho, da resistência e do desgaste físico e mental aos quais são submetidos no dia a dia (PONCIONI, 2005; MINAYO et al., 2008; DERENUSSON e JABLONSKI, 2010). Além desses, há a falta de treinamento, o sucateamento dos equipamentos e a jornada excessiva de trabalho que também podem ser considerados importantes fatores para a promoção do sofrimento, seja físico ou emocional, no trabalho desses policiais (MINAYO et al., 2008). Esses trechos da literatura remetem às falas de algumas entrevistadas que afirmaram que o serviço policial é diferenciado

dos demais por conta das pressões sofridas internamente pela corporação através do *ethos* policial e externamente pela sociedade no combate à criminalidade.

Na perspectiva das participantes, o policial adquire após o curso na Academia Militar uma “brabeza” e uma postura de “macho alfa” provenientes dos ensinamentos de uma masculinidade hegemônica com a aquisição de valores associados à confiança, à força e à coragem, que influenciam diretamente no convívio com suas companheiras. Como militares são instruídos a não expressarem sentimentos, essa falta de sensibilidade emocional rememora a ordem: “O homem (com H maiúsculo) não chora” (SAFFIOTI, 1987, p.25), não é permitido expor seus sentimentos com o risco de ser ridicularizado pelos colegas da corporação (MINAYO et al., 2008). Não se pode nem aventar essa hipótese de ameaçar o *ethos* policial, e esse entendimento está presente em todas as entrevistas.

Nos treinamentos, os policiais aprendem a ter um certo distanciamento emocional dos problemas para melhor racionalizar e decidir a estratégia de ação, e essas condutas com o passar do tempo são inconscientemente incorporadas na sua vida e personalidade (PORTO e SILVA, 2018). A obrigatoriedade da execução dessas características culturalmente marcantes pode levar ao sofrimento psíquico desse policial que está sempre na busca pelo êxito seja social ou econômico. O fracasso é sinal da perda do conflito entre o enfrentamento desejado pela instituição e sua masculinidade, que se instala a partir da incapacidade do cumprimento de suas funções morais através do trabalho, tais como o papel de ser um bom marido, honesto, forte e provedor da família (MINAYO et al., 2008). As autoras chamam a atenção para o fato de que essa situação incita o *ethos* masculino, fazendo com que esses policiais utilizem o seu tempo de lazer para realizar atividades extra, a fim de complementar sua renda, haja visto os baixos salários pagos pela instituição.

O papel do gênero masculino é responsável por esse aprisionamento do homem a função de sustento e bem-estar das mulheres sob a pena de ser desmoralizado em sua identidade masculina. A incapacidade de prover as necessidades básicas promoverá um maior desgaste físico e mental, que resvala diretamente nas famílias desses militares ao provocar danos à saúde dos policiais, tais como: síndrome de burnout, o estresse ocupacional e a depressão (MINAYO et al., 2008; DERENUSSON e JABLONSKI, 2010). Neste sentido, também se destacam as escalas de serviço por turnos que às vezes podem ser prolongadas, a desregulação do sono, o convívio com a miserabilidade e condições subumanas em várias comunidades, o desprezo social, a privação do convívio familiar e o constante estado em alerta devido à periculosidade da profissão inclusive com a morte de parceiros durante ato de serviço (PORTO e SILVA, 2018).

Embora nenhuma relação de causa e efeito possa ser comprovada entre elementos emocionais negativos e a violência doméstica, estudos internacionais sugerem que podem estar associados ao aumento das chances dos conflitos entre parceiros íntimos (ZAVALA e MONTOYA-REALES, 2017). Para Derenusson e Jablonski (2010), o aumento da criminalidade é o principal fator que afeta a família do policial. Em seu estudo, os relatos das companheiras de policiais demonstraram que existe uma preocupação por parte delas com a segurança do policial e com o *ethos* guerreiro, que os encoraja para o cumprimento e enfrentamento de suas missões.

Alguns autores como Poncione (2005); Derenusson e Jablonski (2010), descrevem que ações mais agressivas principalmente nas ruas, com o uso do poder, da força e da autoridade podem ser ampliadas para além do trabalho e transposta para o âmbito doméstico na relação com parceiros íntimos. Essa conclusão também pode ser observada nos achados do estudo de Cardoso (2016) sobre homens autores de violência na Polícia Militar do Distrito Federal, que chamou a atenção para o grupo de policiais lotados nas unidades operacionais exercendo atividade-fim, como o perfil de maior prevalência de autores de violência contra parceiros íntimos.

6.7 VITIMIZAÇÃO

Como já foi visto anteriormente, os conflitos conjugais estão relacionados com atos violentos muitas vezes justificáveis no imaginário social, e explicados em teorias que interligam a construção do gênero com a violência entre casais. Neste estudo a instituição Polícia Militar parece se aproximar da teoria estruturalista, onde as relações de poder geram coerção e imposição. Essa teoria parte do pressuposto de que o gênero organiza as instituições sociais e estratifica a mulher e o homem através do poder, com predomínio do domínio masculino (DIAS e MACHADO, 2008). De acordo com a teoria foucaultiana, há sempre um superior que proíbe e determina o que fazer, e as pessoas ficam presas numa relação de poder que elas mesmas são portadoras. Ou seja, pensando na violência conjugal, essa fundamentação encontra na privacidade doméstica um local ideal para perpetuar a agressão embasada na hierarquia de gênero (SCHRAIBER e OLIVEIRA, 1999).

Então, com base nesse posicionamento, a normalização presente no imaginário policial funciona como um exercício cotidiano no qual a mulher deve se comportar de acordo com um suposto modelo ideal de identidade do gênero feminino, e a consciência desse processo

minimiza a necessidade do uso da violência como forma de repreensão nas relações de intimidade. Porém, conforme análise de Foucault, ao fugirem desse perfil são prontamente corrigidas e podem ser transformadas em uma situação pitoresca para o restante da corporação (RIBEIRO, 2018). Conforme foi observada no grupo da companheira civil do policial, Rosa que relatou o receio que o marido policial tinha dela contar no seu local de trabalho fatos de sua intimidade, o medo dele era ser alvo de comentários jocosos dos colegas da corporação. Nesse caso, a justificativa passa pelo entendimento de que a presença desse comportamento exprime um sentimento de humilhação que não pode ser admitido como algo do universo masculino. Também se observou esse fato no grupo das mulheres policiais que declararam ter dificuldade de procurarem ajuda como vítimas de violência conjugal, justificando o medo das repercussões e punições que poderiam sofrer na corporação.

Autoras como Saffioti (2011) e Schraiber (2003) constataram que as marcas do sofrimento moral causadas principalmente pela vergonha do que sofreram e pela culpabilidade por constatar que nunca foram capazes de resistir suficientemente, são fatores que evidenciam a dificuldade de se retratarem como vítimas da violência conjugal. No caso das entrevistadas policiais, talvez por estar dentro de uma instituição masculinizada, como a Polícia Militar, possa ter um favorecimento no entendimento de sua posição como subalterna. Nesse contexto, pode-se observar pelas falas das entrevistadas que o comportamento quando o casal pertence à corporação é sustentado pelos valores inculcados pela instituição Polícia Militar, já discutidos aqui.

O poder de polícia acaba não influenciando no relacionamento. A consciência do processo disciplinador que a organização Polícia Militar promove, faz com que os militares se policiem e não ameacem a normalidade do sistema. A Polícia Militar tem um sistema organizacional opressivo, com um rígido regime jurídico disciplinar e penal que promove a coação dos policiais e silencia suas ações e expressões (PORTO e SILVA, 2018). Dessa maneira, o seu companheiro policial não se sente intimidado pelo fato dela trabalhar como policial e nem com relação ao poder que possui. As mulheres mantêm sua dupla função como policial e dona do lar (BEZERRA et al., 2013) e os homens complementando seu soldo com atividades fora do seu expediente de trabalho. Nessa conjuntura, a masculinidade mantém sua integridade e sua representação como uma estrutura de poder das relações sexuais.

Aparentemente, tanto policiais masculinos como femininos concordam que as mulheres são tratadas de forma diferenciada, e essas dinâmicas desiguais de poder promovem uma contradição no lugar de poder no trabalho e no sentimento de pertencimento a um grupo

de mulheres (SOARES e MUSUMECI, 2005). Ao analisar o relacionamento de uma mulher policial (Jasmim) com um companheiro civil, identifica-se a partir dos recortes das falas algumas diferenças quando comparado ao casal anterior, onde os dois são policiais militares. Para um melhor entendimento da violência conjugal vivenciada por esse casal, mulher policial e companheiro civil, foi necessário considerar se as dinâmicas dessas relações ocorriam da mesma forma que o casal anterior, ambos parceiros policiais, e em qual contexto era apresentado. Por ser um evento complexo, a violência conjugal, não pode ser avaliada sem confrontar a cultura subjacente, as crenças e as estruturas sociais que perpetuam a violência contra as mulheres (HEISE, 1994).

A entrevista dessa policial foi marcada pela retratação de alguns fatores que poderiam justificar a ocorrência dos atos de violência nessa relação marital. Verificou-se como primeiro ponto, que o fato dessa mulher trabalhar fora, parecia ser um motivo que constituía uma ameaça ao seu companheiro civil que foi educado para exercer a função de provedor da família. O não cumprimento do seu papel é um fator de acirramento das tensões dessa família, além de colocar em risco sua identidade masculina, já que o estereótipo da construção do gênero masculino impõe ao homem o trabalho como marca principal. Como já visto anteriormente, o crescente fenômeno da incorporação da mulher ao mercado de trabalho promove uma mudança do papel social da mulher, e dificulta a administração das questões relativas à vida pessoal e afetiva dessas mulheres.

Evidencia-se nas falas das entrevistadas policiais (Amarilis, Jasmim e Margarida) o que parece ser um medo dos companheiros seja civil ou militar de perder o controle e o poder como autoridade. Há uma expectativa dessas policiais exercerem papéis socialmente destinados às mulheres, como a função de dona do lar e submissa aos desejos do marido. Essa ameaça provém do fato dessa policial Jasmim se relacionar com outras pessoas fora do círculo familiar que pode influenciá-la a ter atitudes e comportamentos que não são culturalmente adequados para o gênero feminino como por exemplo trair o marido. Essa expectativa da infidelidade na relação conjugal está presente na natureza masculina como um dom ou uma conotação de fraqueza no sentido da impossibilidade de “negar fogo”, como se diz popularmente, ou seja, o homem que é homem deve estar sempre pronto para exercer sua sexualidade.

Em virtude disso, seu companheiro não a deixa à vontade para sair com as amigas e colegas do trabalho mesmo que não tenha demonstrado atitudes que possam levá-lo a pensar em traição, pois a violação das regras leva à violência conjugal justificada como forma de punição. Na cultura ocidental, o direito de dominar as mulheres é a essência da masculinidade

(HEISE, 1994). Essas situações que foram reveladas pelas participantes remontam às ideias que Saffioti (1987) defende sobre a violência contra as mulheres. A estratégia do agressor é sempre a de desqualificar a sua vítima e, assim, o seu lugar como prestadora de serviços sexuais ao companheiro quando por ele solicitada, função *sine qua non* do dever conjugal, não é colocado em risco (SAFFIOTI, 1987).

Uma terceira observação a ser feita para a ocorrência da violência no relacionamento conjugal dessa policial aqui entrevistada é a presença do *ethos* policial, que atravessa essa relação conjugal. O poder de polícia é aventado como fator de grande relevância para um conflito, por também ser responsável por colocar em risco a masculinidade do companheiro. A construção e manutenção da identidade do gênero masculino está diretamente relacionada a pré-conceitos do que é desejável, social e culturalmente aceito (SCOTT, 1995). Como um ser que se julga superior, o homem se dispõe a perseguir o exercício do seu poder no âmbito familiar. Então, a violência nesse contexto é modulada pela busca de uma normatização que está vinculada à forma de construção organizacional sobre as questões de sexualidade, de família e de coerção moral descrita por Saffioti (1987). A presença do poder de polícia é vista como um poder transgressor, que não pertence ao feminino e como tal deve ser reprimido e rebaixado.

Nesse sistema moral e simbólico de honra e vergonha, a masculinidade hegemônica exerce um poder controlador sobre as mulheres culturalmente pertencente ao masculino, e entendido como natural para sua manutenção (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013). Não há papéis de gênero flexíveis para homens e mulheres. Por meio deste olhar é que se justifica almejar o resgate da autoestima através da presença de uma resposta violenta no relacionamento. Esse companheiro se sente intimidado pois não é capaz de focalizar sua parceira íntima sob o ângulo da submissão. Essa concepção da desconstrução de valores e normas da cultura implica conflitos identitários com seus próprios ideais. Nesse discurso observa-se também que essa participante policial, a Amarilis, retratava uma preocupação com a ruptura de uma imagem guerreira que tinha conseguido construir na corporação, pois não queria ser vista como aquela mulher destituída de poder pela fragilidade culturalmente associada à imagem feminina.

6.8 EM BUSCA DA ÚNICA ARMA EFICAZ PARA COMBATER A VIOLÊNCIA CONJUGAL: O ENFRENTAMENTO

As ações e estratégias para o enfrentamento da violência contra as mulheres e da violência conjugal são definidas enquanto políticas públicas, pela Secretaria de Política para as Mulheres, desde 2003, através da ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços especializados (LAMOGLIA e MINAYO, 2009). Pensar em formas de resolver esses assuntos significa promover, através de profissionais da saúde, acolhimento e atendimento visando o enfrentamento por meio do empoderamento dessas mulheres em situação de violência. Assim, conforme ilumina a literatura pode-se perceber nas entrevistadas que a busca de ajuda nos serviços de saúde foi um dos caminhos encontrados para a provável resolução desse confronto.

É nas unidades de saúde da corporação que a maioria das participantes retratavam que encontraram um subterfúgio para o enfrentamento da violência vivenciada. Verificou-se na pesquisa que apenas uma das entrevistadas relatou um impasse para conseguir atendimento no serviço de saúde da Polícia. Dados do estudo de Conceição e Souza (2013) descreveram a existência dessa dificuldade de atendimento e da marcação de consulta na rede de saúde da PMERJ, e ressaltaram sobre isso a existência de algumas carências, sendo a principal um quadro deficitário de profissionais da saúde. Diante disso, uma das saídas para essa vítima de violência conjugal poderia estar na consulta em serviços particulares.

Diversos fatores podem estar associados aos motivos para não se procurar atendimento em serviços especializados fora da instituição PMERJ, dentre esses destacamos: a falta de dinheiro que impacta diretamente na família do policial (DERENUSSON e JABLONSKI, 2010) e o fato dos policiais terem muito preconceito em relação aos que procuram apoio psicológico, como se eles estivessem admitindo que estão se tornando loucos (MINAYO et al, 2008). Para essas autoras, a Polícia Militar cultua uma cultura de desvalorização das doenças subjetivas, isto é, que não são visíveis e que acabam não sendo reconhecidas.

Nas entrevistas pode-se perceber a retração desse padrão de comportamento de desconfiança com relação ao tratamento psicológico tanto de policiais femininas quanto masculinos. A não aceitação dessa forma de tratamento acaba prolongando o sofrimento psíquico de que são acometidos. Isso também é um outro fator que pode ser ponderado, como não têm o hábito de buscar atendimento psicológico, não são levados em consideração pelas chefias e muito menos são tomados a sério quando apresentam alguma queixa (MINAYO et al, 2008).

É importante salientar, que o setor saúde tem um papel fundamental para a proteção das vítimas de violência conjugal, e a não aceitação desse tipo de violência, fruto desse modelo hegemônico masculino que se perpetua dentro da corporação, favorece o atraso no tratamento das doenças produzidas pela violência marital e o aumento dos riscos de complicações. Segundo Zuma et al. (2013), a violência conjugal é uma manifestação das relações de poder, que é difícil de ser identificada pelos profissionais de saúde porque depende do modo como as vítimas se veem e querem ser vistas. Heise (1994) através de observações em estudos internacionais afirmou que 22 a 35% dos atendimentos e doenças que as mulheres possuem nos Estados Unidos apresentam alguma relação com as violências vividas nas relações conjugais.

As falas das colaboradoras da presente pesquisa corroboraram os problemas de saúde provocados pela violência nas relações conjugais, evidenciados pela literatura (GOMES et al., 2005), principalmente as doenças de cunho psicológico como a baixa autoestima, a depressão, as fobias, o medo de ter relações sexuais por conta do risco da gravidez, o desencadeamento de doenças crônicas como o diabetes e a obesidade. Gomes e colegas (2005) também constataram que as mulheres raramente fazem denúncias e na quase maioria dos casos de violência, não procuram ajuda (GOMES et al., 2005).

6.9 A PATRULHA MARIA DA PENHA

A implementação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) representou uma série de orientações importantes para a compreensão da violência doméstica ou familiar e seu enfrentamento. Todavia, mesmo com todos os esforços para prestar atendimento às mulheres em situação de violência de gênero, a lei não foi capaz de solucionar os problemas da violência doméstica na sociedade. Os desafios dos profissionais que, cotidianamente, trabalhavam no atendimento e acolhimento dessas mulheres vítimas de violência aumentaram com a constatação de dezenas de mulheres assassinadas após o deferimento das medidas protetivas (SPANIOL e GROSSI, 2014). Diante deste cenário, e com o objetivo de expandir a atuação da Polícia Militar nos conflitos pautados na violência contra as mulheres no âmbito doméstico ou familiar, criou-se a Patrulha Maria da Penha.

Esse projeto surgiu face a quantidade de ligações voltadas para atendimento de mulheres vítimas de violência, e tem como propósito a inserção da atividade policial militar na rede de atendimento à mulher em parceria com a justiça, através da formação de uma guarnição treinada e qualificada para tratar exclusivamente das visitas às mulheres vítimas de violência doméstica (SPANIOL e GROSSI, 2014). A finalidade é ter um policial de sexo feminino e outro do sexo

masculino, que no Estado do Rio de Janeiro contam com uma viatura caracterizada com uma faixa de cor lilás simbolizando a patrulha contra a violência doméstica. Busca não só a prevenção, mas também a não reincidência da violência (LEITE, 2020). O processo da construção da patrulha no Rio de Janeiro ocorreu em agosto de 2019, e é importado da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, cujo projeto teve início em 2012. A criação desse programa de prevenção pela PMERJ surgiu a partir da observação de resultados satisfatórios na organização do trabalho de enfrentamento a violência doméstica em outros estados (LEITE, 2020).

A Patrulha Maria da Penha - guardião da vida, foi criada pela Major Claudia Moraes e tem no seu rol de ações procurar acolher a mulher através de uma interação presencial orientando-a sobre as formas de violência conjugal existentes de acordo com a cultura e necessidade do local, além de acompanhar e monitorar as medidas protetivas deferidas pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (LEITE, 2020). Para Schraiber et al (2007), é através da divulgação de informações sobre a violência conjugal, que se consegue torná-la mais visível e menos aceitável permitindo dessa forma o seu enfrentamento pela sociedade. A patrulha tem como principal objetivo respeitar as particularidades e dar suporte para que essa mulher consiga recuperar sua autonomia e liberdade e possa tentar romper o ciclo da violência. O projeto é pautado na busca por caminhos para resolução e emancipação social, isto é, não adianta só identificar que a mulher está em uma situação de violência, se não compreende e encoraja essa vítima, sem julgá-la.

Ainda que, a despeito das conquistas que a corporação tem conseguido até hoje, esse olhar da Patrulha Maria da Penha parece não abarcar a família policial militar. Conforme os relatos das entrevistadas, parece que o desejo de controlar e dominar dos homens é inevitável, e falta informação principalmente com relação a não obrigatoriedade de denunciar as violências conjugais sofridas. A necessidade de investimentos em cursos de capacitação de policiais para atuarem nos atendimentos das vítimas de violência doméstica (LEITE, 2020) pode ser o início de um engajamento e uma futura abordagem do tema na instituição.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória que me levou até esta pesquisa foi motivada por um acontecimento marcante, ou seja, a notícia de um caso de feminicídio nas mídias de uma enfermeira que trabalhava comigo em um posto de saúde pertencente ao SUS. O caso me chamou a atenção por ser uma pessoa que se sensibilizava com as questões relativas aos cuidados das mulheres e estava inserida em programas e projetos que tinham como finalidade a melhoria da qualidade de vida das mulheres gestantes da região. Essa companheira de trabalho não demonstrava ser vítima de violência nas relações íntimas. Mas, por quê? Me perguntei. O desconhecimento sobre o assunto fez com que buscasse na literatura esclarecer os questionamentos que pairavam em minha mente, permitindo também me apropriar no conhecimento de estudiosos acerca da violência contra a mulher, como Lilia Schraiber e Heleieth Saffioti.

A ideia de aprofundar meus conhecimentos e o desejo de obter respostas, permitiu reformular meu modo de pensar e atuar como médica assistencialista. Passei a ouvir as pacientes com um outro olhar e, como ginecologista, pude perceber a presença de demandas médicas que fugiam da rotina ginecológica habitual, comunicando situações sociais mais específicas, como relatos de agressões verbais e físicas entre casais. A partir dessa observação, em um dos locais onde trabalho, a Policlínica da Polícia Militar, pude perceber que não existia um perfil para mulheres em situação de violência conjugal fossem elas policiais ou companheiras de policiais.

Dentro do contexto da violência de gênero, este estudo se limitou a compreender apenas a violência conjugal praticada contra mulheres policiais e companheiras de policiais militares no Estado do Rio de Janeiro. Como a violência contra todas as mulheres é construída de maneira contínua e tem raízes sociais, culturais, econômicas e políticas, é por isso, culturalmente aceita pela sociedade brasileira. Muitas agressões reveladas no estudo não são sequer reconhecidas como formas de violência pelas mulheres pesquisadas, e permanecem invisíveis aos olhos da sociedade e da corporação militar. Desse modo, esta pesquisa procurou investigar as bases culturais da instituição militar.

As estruturas de gênero desde cedo ensinam, criam regras e condutas sobre o papel social dos gêneros feminino e masculino, onde cada um tem um lado e uma representação. E esse aspecto é reforçado na formação dos policiais militares. Na presente pesquisa, esse caminho ‘forjado’ por uma cultura machista, é algumas vezes desviado, quando algumas

mulheres passam a não ser mais resignadas e não aceitam a imposição dos papéis dentro e fora de casa. A vontade de querer ocupar o mesmo espaço que os homens, como visto no caso de mulheres policiais, provoca um desmonte de toda essa estrutura ligada ao gênero e vai gerar conflitos nas relações íntimas. Como o gênero masculino não foi educado para lidar com esse tipo de situação, ele tenta impor o desempenho do papel feminino através da violência conjugal.

Por estarem inseridas em uma sociedade regida por uma lógica patriarcal, cabe ao homem assumir uma posição de superioridade, mantendo seus privilégios e condição de dominação sobre as mulheres. A quebra desse paradigma na relação íntima coloca em risco as relações de poder entre homens e mulheres na sociedade, que deve ser combatido através da punição. Então, a violência conjugal é naturalizada na sociedade heteronormativa como a garantia da submissão dos corpos e legitimação da supremacia masculina, conforme evidenciado na literatura que sustenta o nosso estudo.

De um modo geral, sabe-se que a violência conjugal afeta mulheres de todas as faixas etárias, raças e classes sociais. Pensar em conflitos conjugais significa analisar a ocorrência de eventos que podem causar um intenso sofrimento físico e psíquico nas mulheres. Assim, a busca pela concretude sobre a violência que acomete essas mulheres foi desdobrada em alguns eixos centrais como: a relação da violência conjugal com a cultura militar e como se dá o enfrentamento dessa violência.

Ao longo do estudo, constatou-se que conhecer as vivências da violência conjugal das entrevistadas permitiu compreender que a banalização da violência conjugal está relacionada à perpetuação da organização social baseada no gênero, nos moldes do patriarcalismo. A invisibilização, naturalização e mesmo a legitimação dessa violência foi representada pela dificuldade de nomeá-lo e pelo seu não reconhecimento, como uma prática comum. Muitas das vezes, essas mulheres ficam tão presas a uma condição emocional e psicológica de domínio e degradação do papel feminino, que não conseguem perceber o seu envolvimento com a violência. Talvez o receio de serem julgadas pela sociedade, que ainda recrimina mulheres em situação de violência, seja um importante fator a ser considerado nos relatos apresentados.

Partindo-se dessa premissa, a hipótese preliminar de que as mulheres militares sofriam violência nas relações íntimas de uma forma mais silenciada quando comparadas às parceiras civis de policiais parece merecer algum crédito. Contudo, esse é um ponto que precisa ser aprofundado em pesquisas futuras. A presença de alguns aspectos da cultura militar, como a obediência e o abandono de certos hábitos para seguir o regulamento institucional, estão

implicados não só na dificuldade dessas policiais e companheiras de policiais se enxergarem como vítimas da violência, como também de retratar o que realmente vivenciam e se desvencilhar da violência conjugal.

No desdobrar desta pesquisa, foi possível identificar que o silêncio em relação à violência sofrida pelas policiais pode estar relacionado com as crenças provenientes de uma cultura masculinizada, presentes no núcleo disciplinar da Polícia Militar. O alicerce para a construção dessa cultura é composto por uma tríade já descrita, e aqui lembrada, definida pela hierarquia, disciplina e o *ethos*. Essas estruturas são responsáveis pela construção da imagem de um policial forte, guerreiro e viril capaz de convencer e ganhar a confiança dos outros. O cumprimento dos deveres por parte do militar deve se sobrepor a tudo e a todos, ainda que não vá ao encontro das necessidades pessoais. Tal fato impacta negativamente nessa policial que se sente sozinha e incapaz de enfrentar e romper com o ciclo da violência. Não há espaço na corporação para abordar a fragilidade feminina a partir de sua posição como vítima de violência marital, e esse pode ser o grande desafio enfrentado pelas policiais.

A sobrevivência dessas mulheres na corporação depende da capacidade de internalizar normas e valores apreendidos nessa instituição, onde seu papel como gênero feminino não é considerado. A presença feminina é vista como uma ameaça específica ao modelo militar-viril, ao tentar nivelar e equalizar através de procedimentos práticos e simbólicos os homens com as mulheres. Assim, esse trabalho conseguiu identificar que as policiais não falam sobre a violência vivenciada nas relações conjugais por receio de serem humilhadas pelos seus colegas da corporação. A disposição para enfrentar os sacrifícios está pautada na encarnação do espírito militar, que pode conferir um caráter de grandeza e dignidade. Esse mesmo motivo também esteve presente como discurso dos policiais, que manipulam suas companheiras, evitando que estas denunciem as violências sofridas para os seus comandantes, sob o risco de sofrer represálias.

Como mulher e policial percebi que nós sofremos a influência de um certo modelo de masculinidade, que é hegemônica, presente na corporação de maneiras distintas. Eu vivenciei muito essa atmosfera assimétrica durante o meu período de formação, mas não ao longo da minha carreira militar. Talvez por estar em uma posição de oficial militar, o tratamento possa ser diferente com relação aos praças, o que não significa que as oficiais estejam livres da presença dessa masculinidade na corporação.

Outro fator a ser considerado é o fato de trabalhar na área da saúde. A arte do cuidar está culturalmente relacionada com uma função do gênero feminino e as mulheres policiais de tropa, que são a minoria dentro da corporação, exercem uma função associada ao gênero masculino. Fato é que, com a pesquisa pude perceber que os companheiros de farda têm dificuldade em aceitar a nossa presença na corporação, e são ensinados a hostilizar as mulheres policiais pelo receio da ameaça assustadora ao status de autoridade que possuímos. Já como médica militar, tinha dificuldade em entender e captar as informações que me eram passadas durante as consultas, o que pude aprimorar exercendo a tarefa de pesquisadora. As entrevistas permitiram mudar meu modo de atuar profissionalmente e melhorar a forma de acolher as demandas que chegam ao meu consultório na corporação.

O desenvolvimento das entrevistas também foi perpassado por assimetrias e receios. Para as parceiras civis de policiais entrevistadas, o fato de ser um oficial da corporação, gerava medo nessas mulheres, que achavam que ao denunciar as violências sofridas, poderiam prejudicar seus companheiros policiais. Com isso, por estar atuando em uma unidade militar, primeiramente sou reconhecida como capitã e depois como médica, e essa condição suscitava desconfiança nestas entrevistadas quanto à garantia de sigilo e à preservação de suas identidades, mesmo o sigilo médico prevalecendo em todas as ocasiões. Já para as policiais, além do receio e da desconfiança mencionadas, também havia o receio de serem julgadas por outra mulher policial e serem repreendidas, uma vez que minha patente era superior a delas. Entretanto, considero que os esclarecimentos dos objetivos do estudo puderam contribuir para a criação de um vínculo de respeito e ética, para além das desconfianças sobre minha identidade militar. Procurei proporcionar uma escuta em um espaço de pesquisa, de interação e de ética.

As dificuldades para realizar esta pesquisa se estenderam para além do militarismo com a presença da pandemia da Covid-19. A entrada no campo se deu em um momento ímpar que foi a presença de um isolamento social como forma de combate à grave pandemia que se instalava no mundo. A restrição dos deslocamentos das pessoas não só limitou o encontro com possíveis participantes de pesquisa, como também aumentou o número de casos de violência doméstica. Afinal, a presença de uma série de mecanismos formais e informais de vigilância e controle dos comportamentos estavam sendo modificados, e o cumprimento da quarentena em suas residências dificultava a procura por atendimento no setor saúde por parte das vítimas. Não bastasse essa situação, todo o efetivo da saúde da corporação foi escalado para atuar na linha de frente de enfrentamento da pandemia e o Programa de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica foi interrompido. Após cinco meses de enfrentamento da pandemia o

atendimento nas policlínicas foi parcialmente retomado, consegui captar as candidatas para a entrevista no espaço do consultório de ginecologia candidatas à entrevista.

Este estudo me permitiu enxergar uma dimensão da Polícia que desconhecia: a presença da violência. em suas várias faces, dentro da própria corporação. A violência psicológica associada à violência moral foi enunciada como a mais corriqueira, e os sintomas descritos nas entrevistas, como baixa autoestima, perda da identidade e de sua condição de cidadã comprovam algumas das consequências deletérias à saúde e à vida social dessas mulheres. Nesse sentido, percebi que a violência conjugal não é só uma manifestação de poder cultivada pelo patriarcalismo, e sim uma forma de provocar o adoecimento das mulheres, gerando um grande impacto para saúde com a presença de queixas difusas e crônicas.

A investigação constatou que a maioria das mulheres entrevistadas deseja buscar ajuda para enfrentar a violência conjugal, embora tenham dificuldades, às vezes, em encontrá-la nos serviços da Polícia Militar, ou dificuldades financeiras para pagar consultas psicológicas em consultórios privados. A procura de atendimento psicológico dentro da instituição militar se dá principalmente por mulheres que se conscientizaram da magnitude do problema por meio da divulgação pelas mídias ou tomando conhecimento desse problema pela Patrulha Maria da Penha. Esse programa de prevenção da violência doméstica da PMERJ, presente em todos os batalhões, apesar de contar com um número pequeno de profissionais, permitiu dar uma maior visibilidade ao problema dentro da corporação. O fato de não exigir que a mulher denuncie a violência, uma vez que não tem um olhar voltado aos homens autores de violência e sim, visa atender às demandas da mulher, pode ser considerado um caminho mais prudente para lidar com a situação, em função do impacto psicológico que a denúncia pode provocar.

Como sugestões à Polícia Militar para ajudar no enfrentamento da violência conjugal foi aventado a luta pelos direitos das mulheres e o reconhecimento da temática violência conjugal através de palestras, campanhas de conscientização sobre a violência e de orientação sobre como buscar ajuda, além de melhorias nas condições de trabalho. A presença da Patrulha Maria da Penha pode ajudar ampliando a visão da corporação, de que a violência doméstica também pode ser uma demanda interna ainda não reconhecida, que pode estar associada à quebra de paradigmas como uma melhor aceitação da mulher policial e a reformulação do regimento, ainda organizado por uma ótica machista. Para os policiais companheiros de mulheres civis, acredita-se que a Patrulha Maria da Penha possa contribuir com uma mudança de olhar sobre a naturalização da violência nas relações conjugais e o reconhecimento de que nem o poder de polícia autoriza o uso da violência contra as mulheres.

Atualmente, não existem dados sobre a violência conjugal na PMERJ, e é importante que se conheça a realidade vivida por seus membros e familiares para direcionar o planejamento de ações de intervenção, promoção e recuperação da saúde humana. Vale destacar neste momento que embora o estudo esteja se propondo a trazer orientações aos comandantes para lidar com violência conjugal da tropa, também estes comandantes podem vir a apresentar comportamentos que levam à violência nas suas relações íntimas. Este fato evidencia a necessidade de amplo debate acerca do tema no âmbito das instituições policiais militares.

Não se pretende esgotar o tema, que possui vasto conteúdo, e é de grande relevância para a Polícia Militar. As dificuldades enfrentadas para realizar a pesquisa, o pequeno número de entrevistadas e a escassez de estudos sobre violência conjugal na Polícia Militar, podem, no entanto, evidenciar o quanto esse grupo é oprimido.

De tudo o que foi dito e escrito, restaram algumas indagações. É notório que a instituição militar precisa se modernizar na questão do gênero e principalmente com relação à presença feminina na corporação. No entanto, espera-se que esse estudo possa servir de reflexão acerca da importância do engajamento e acompanhamento das vítimas na construção de uma sociedade mais segura para as mulheres. É preciso desenvolver novas linhas de investigação que sejam capazes de estabelecer uma resposta técnica e institucional sobre a violência conjugal que afetam a vida de mulheres policiais e não policiais. Termina com uma frase que ultimamente tenho falado para as minhas pacientes: “Nunca é tarde demais para recomeçar a luta pelos nossos sonhos”. Esta pesquisa me enriqueceu não só intelectualmente, mas como ser humano, mais comprometido em dar suporte às mulheres vítimas de violência conjugal, seja nos meus atendimentos como médica ou nas palestras que participo na corporação.

REFERÊNCIAS

- ADÃO, M. C. O. Aspectos da adesão feminina aos valores militares: o casamento e a família militar. **História** (São Paulo), v. 29, n. 2, p. 116-134, dez. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000200007>>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020. **Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília. 3 ed. jul., 2020. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br>>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- ARAÚJO, C.; GAMA, A. **Entre a casa e o trabalho: Gênero e família no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2017.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução: André de Macedo Duarte. 7ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BANDEIRA, L. M. Violência de Gênero: A construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p.449-469, maio-agosto 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATITUCCI, E. C. Gerencialismo, estamentalização e busca por legitimidade: O campo policial militar no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 34, n. 101, p. 1-19, abr. 2019.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo/ Simone de Beauvoir**. 1. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2009.
- BEZERRA, C. M.; MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 657–666, mar. 2013.
- BOURDIEU, P. **Os Usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BRANDÃO, E. R. Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 207–231, out. 2006. Disponível em: <(PDF) Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: O caso da Delegacia da Mulher (researchgate.net)>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.752, de 07 de novembro de 1940**. Dispõe sobre permuta de imóveis entre os patrimônios da União e da Prefeitura do Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2752-7-novembro-1940-412690-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 9.713, de 25 de novembro de 1998**. Altera dispositivo da Lei n. 6450, de 14 de outubro de 1977, e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19713.htm>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 31 mai. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013c. 114p. Disponível em: <http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRETAS, M. L. A Polícia Carioca no Império. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro v. 12, n. 22, p. 16, out. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2075>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

BRUNDTLAND, G. H. Preface. *In: World report on violence and health.* World Health Organization, Geneva, 2002. Disponível em: <https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/introduction.pdf> . Acesso: em 29 mar. 2019.

CALAZANS, M. E. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 142-150, mar. 2004.

CANCIO, R. Structural Pathways Between Race/Ethnicity, Substance Use, Military Service, and Male-Perpetrated Intimate Partner Violence in Pre-9/11 Military Families. **Journal of Interpersonal Violence**. Flórida, v. 35, p. 5624-5651, ago. 2017 Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260517723142>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

CARCEDO, A.; SAGOT, M. **Femicídio em Costa Rica 1990-1999.** 1. ed. San José: INAMU, 2000.

CARDOSO, Renata Braz das Neves. **Homens autores de violência contra parceiros íntimos: estudo com policiais militares do Distrito Federal**, 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: < Repositório Institucional da UnB: Homens autores de violência contra parceiros íntimos: estudo com policiais militares do Distrito Federal>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CARUSO, H. G. C.; MORAES, L. P. B.; PINTO, N. M. **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: da Escola de Formação à Prática Policial.** Relatório Final Concursos Nacionais de Pesquisa Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública. SENASP, Ministério da Justiça - Governo Federal. abr. 2006. Disponível em: <<https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2237/1/policia-militar-do-estado-do-rio-de-janeiro-da-escola-de-formacao-a-pratica-policial.pdf>> . Acesso em 29 de jun de 2021.

- CONCEIÇÃO, A. C.; SOUZA, E. R. Morbimortalidade de Mulheres Policiais Militares. **Caderno de Segurança Pública**, Rio de Janeiro, a. 5, n. 04, mar. 2013. Disponível em: <Rev20130405.indd (isprevista.rj.gov.br)>. Acesso em: 30 mai. 2020.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília. CNM, 2021. Disponível em: <<http://ods.cnm.org.br>> . Acesso em: 15 mar. 2021.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013.
- CORTES, V. A.; MAZZURANA, L. Atualização curricular do CFSd: contribuições para a gestão educacional na área da segurança pública. **Caderno de Segurança Pública**. Ano 7, n. 6, julho 2015. Disponível em: <<http://www.isprevista.rj.gov.br/download/Rev20150701.pdf>> . Acesso em 30 jun. de 2021.
- DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n.2, p. 417-425, mar-abr, 2005.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponível em: <<http://bds.unb.br/handle/123456789/863>>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- DERENUSSON, F. C.; JABLONSKI, B. Sob fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial. **Aletheia**, Canoas, n. 32, p.22-37, ago. 2010. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n32/n32a03.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- DESPRET, V. O que as ciências de etologia e da primatologia nos ensinam sobre as práticas científicas? **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 23, n. 1, p. 59-72, Jan/Abr. 2011. Tradução: Louise A. N. Bonitz, revisado por Marianne Strumpf. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/fractal/a/sWj8T6rPKZbpRJtqCqCwjkg/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em 01 jul. 2021.
- DIAS, A. R. C.; MACHADO, C. Gênero e violência conjugal – Uma relação cultural. **Revista Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 26 n. 4, p. 91-114, out. 2008.
- DIAS, L. O.; ROSA, F. S. Polícia tem gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminino na segurança pública brasileira. **Revista Ártemis**, Paraíba, v. 18, n. 1, p. 160-171, jul-dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/cedoc/revistas/24>>. Acesso em: 13 dez. 2020.
- FREITAS, C. B. Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social. **Anais. In: 3º Encontro Internacional de Política Social e 10º Encontro Nacional de Política Social**, 2015, Vitória.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: < Michel Foucault - Vigiar e Punir (pdf)(rev) (usp.br)>. Acesso em: 20 mai. 2020.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

- GIDDENS, A. **Sociologia**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública** (online), v. 10, n. 1, p. 146–155, 1994. Disponível em: <cad10_supl1.PMD (scielo.br)>. Acesso em: 21 mai. 2020.
- GOMES, R. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. *In*: SOUZA, E.; MINAYO, M. C. S. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 117–140.
- GREGORI, M. F. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
- GRISOSKI, D. C.; SANTIAGO, E. Produção de Subjetividade de Mulheres Policiais de Um Batalhão da Polícia Militar do Paraná. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 12, n. 1, p. 99-111, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58817/1/2021_art_dcgrisoski_esantiago.pdf>. Acesso em 28 mar 2021.
- GROSSI, M. (1998). Rimando Amor e Dor: Reflexões sobre a Violência no Vínculo Afetivo-conjugal *In*: SUAREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). **Gênero, Violência e Crime no Distrito Federal**, 1. ed. Florianópolis: Mulheres, 1998.
- GUIMARAES, F. “Mas ele diz que me ama...”: impacto da história de uma vítima na vivência conjugal de outras mulheres. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- HEISE, L. Gender-based Abuse: The Global Epidemic. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 135-145, 1994. Disponível em: <(PDF) Gender-based abuse: The global epidemic (researchgate.net)>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- HEISE, L. Violence Against Women: An Integrated, Ecological Framework. **SAGE** (online), v. 4, n. 3, p. 262-290, jun. 1998.
- INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. **Violência Doméstica e Familiar contra a mulher**. Brasília: Secretária de Transparência. Senado Federal, dez., 2019. Disponível: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/arquivos/violencia-contr-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 9, p. 103–117, out. 1998.
- LAMOGLIA, C. V. A.; MINAYO, M. C. S. Violência conjugal um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 14, n 2, p. 595-604, abr. 2009.
- LEITES, G. T.; MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Homicídios Femininos no Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 17, n. 3, p.642–653, set. 2014.

LEITE, L. Patrulha Maria da Penha - Guardiões da Vida: Proteção da Mulher vítima de Violência Doméstica. **Informativo da Associação de Oficiais Militares Estaduais do RJ**, Rio de Janeiro, n. 85, p. 12-16, 2020.

LERNER, G. **The Creation of Patriarchy**. 1 ed. New York: Oxford University Press, 1986.

MACHADO, L. Z. Masculinidade, Sexualidade e Estupro as Construções da Virilidade. **Cadernos Pagu**, Rio de Janeiro, v. 11, pp. 231-273, 1998.

MACHADO, L. Z.; MAGALHAES, M. T. B. **Violência conjugal: Os espelhos e as marcas**. Brasília: Série Antropologia, 1998.

MARTINS, V. F. **O papel da cultura organizacional “Milícia de Bravos” na ocorrência do Assédio Moral - um estudo na Polícia Militar da Bahia**. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8882>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Feminicídios: homicídios femininos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 564–574, jun. 2011.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. *In*: NJAINE, K.; ASSIS, S.G.; CONSTANTINO, P. **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 21-42.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: Consensos e controvérsias. **Revista de Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1–12, abr. 2017. Disponível em: <Vista do Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias (sepq.org.br)>. Acessado em: 25 jan. 2020.

MINAYO, M. C. S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. *In*: SOUZA, E; MINAYO, M. C. S. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 9-42.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (EDS.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2005.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. (EDS.). **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MIRANDA, M. P. M.; PAULA, C. S.; BORDIN, I. A. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 27, n. 4, p. 300–308, abr. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rpsp/v27n4/a09v27n4.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

NETO, J. Sobre as motivações para a conjugalidade. *In*: WAGNER, A. (Org.) e cols. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea**. Santana: Artmed, 2011. p. 39-57.

NJAINE, K. et al. A imagem do policial na mídia escrita: estudo comparativo de quatro capitais brasileiras. **Coleção Segurança com Cidadania / Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça**, Brasília, ano 1, n. 01, 2009.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 78, p. 15–35, abr. 2002.

OLIVEIRA, L. “TETO DE VIDRO”: Relações de Gênero, Relações de Poder e Empoderamento das Mulheres na Polícia Militar. 2012. 223f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas – **FECAP**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 1-15, jul-set. 2001.

ONU Mulheres Brasil. **ONU alerta para os custos da violência contra as mulheres no mundo**. 2017. Disponível em: <ONU alerta para os custos da violência contra as mulheres no mundo – ONU Mulheres>. Acesso em 03 abr. 2021.

PEREIRA, P. P. G. As estruturas elementares da violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, p. 459–468, dez. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644837>> Acesso em: 27 maio 2020.

PIMENTEL, S. **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher – CEDAW 1979**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PONCIONI, P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Soc. estado.**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 dez 2020.

PORTELA, A. P. Violência contra mulheres: desafios para as políticas públicas. **Observatório da Cidadania**, Pernambuco, p. 31-40, 2009. Disponível em: <observatorio2009.indb (socialwatch.org)>. Acesso em: 28 dez. 2020.

PORTO, M. S. G. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 132–141, mar. 2004. Disponível em: <05Stela.p65 (scielo.br)>. Acesso em: 06 out. 2020.

PORTO, D.; SILVA, D. N. Prevenção do suicídio na Polícia Militar: a percepção do problema e alguns cuidados importantes a serem tomados pelos comandantes. **Revista Ordem Pública**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 197-219, jan/jul. 2018.

RIBEIRO, L. Polícia Militar é lugar de mulher? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p.1-15 fev. 2018. Disponível em: <Vista do Polícia Militar é lugar de mulher? (ufsc.br)>. Acesso em: 15 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO, **Decreto-Lei n. 92, de 06 de maio de 1975**. Dispõe sobre a competência e organização básica da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1975. Disponível em: <alerjln1.alerj.rj.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO, **Decreto-Lei n. 31.739, de 28 de agosto de 2002**. Aprova o regulamento disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

ROCHA, L. C. **Prática policial**. São Paulo: Saraiva, 1989.

RUBIN, G. **Políticas do Sexo**. 1 ed. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: UBU, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82–91, dez. 1999. Disponível em: < SciELO - Brasil - Já se mete a colher em briga de marido e mulher>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. 1 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre os estudos feministas no Brasil. **E.I.A.L**, Tel Aviv, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1408/viol%C3%A9ncia_contra_as_mulheres.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 jul. 2020.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173–186, abr. 2008. Disponível em: <a18v16n1.pdf (scielo.br)>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SCHACTAE, A. M. **Farda e batom, arma e saia: A construção da Polícia Militar feminina no Paraná (1977-2000)**. 2011. 284f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25896/tese.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

SCHRAIBER, L. B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 797–807, out. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/8G54ZFwvFgLQsQtmKtFvtYt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SCHRAIBER, L. B. et al. Validade do instrumento WHO VAW STUDY para estimar violência de gênero contra a mulher. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, n. 44, v. 4, p. 658-66, abr. 2010.

SCHRAIBER, L. et al. Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 7, n. 12, p. 41-54, fev. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/8RkpfqGrkmNScnzGQkFSXrt/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violência contra Mulheres: interfaces com a saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 11-26, ago. 1999.

SCHRAIBER, L. B.; D' OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. suppl 2, p. s205-s216, 2009.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csp/a/jt5yff5hHH5cXCHr6Bwzw9p/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

SCOTT, J. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade** v. 20, n. 2, p. 71-99, dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SERAS - DAS. Disponível em: <<https://unidades.pmerj.rj.gov.br/das/seras/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SILVA, A. J. A. et al. O Brasil da Polícia Militar do Brasil: reflexões sobre a construção da (in)segurança pública no século 21. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí, v. 5, n. 10, p. 117, out. 2017.

SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, M. F. As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s) Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 123-144, jul/dez. 2009.

SPANIOL, M. I.; GROSSI, P. K. Análise da implantação das patrulhas Maria da Penha nos territórios da paz em Porto Alegre: avanços e desafios. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 398-413, jul-dez 2014.

THÉBAUD, F. Mulheres, cidadania e Estado na França do século XX. **Revista Tempo**, Niterói, v.5, n.10, dez. 2000.

WAGNER, A. Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. In: WAGNER, A. (Org.) e cols. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 19-38.

WHO (ED.). **World report on violence and health: summary**. Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/introduction.pdf > . Acesso: em 29 mar. 2019.

WHO. **WHO multi-country study study on women's health and domestic violence against women: summary report: initial results on prevalence, health outcomes and women's responses**. Geneva: World Health Organization, 2005. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/24159358X/en/>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

ZAVALA, G.L.; MONTOYA-REALES, D.A. Violencia contra la mujer en la relación de pareja; caracterización en cinco comunidades de Honduras. **Revista de la Facultad de Ciencias Médicas**. Tegucigalpa, Honduras, v. 14, n. 2, p. 16 -27, 2017. Acessado em: 15 jan. 2021.

ZUMA, C E; MENDES, C H F; CAVALCANTI, L F; GOMES R. Violência de gênero na vida adulta. In: NJAINE (Org.). K.; ASSIS, S.G.; CONSTANTINO, P. **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 149-185.

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Data da entrevista: ____ / ____ / ____

BLOCO 1: Questionário de identificação:

Nome Fictício: _____ Idade: _____

Cor da pele/Etnia (autodeclarada): _____ Religião: _____

Escolaridade: _____ Ocupação: _____

Marque um X na alternativa que mais se adequa:

1. Tipo de relacionamento:

- Civil casada/vive com parceiro policial
- Policial casada/vive com parceiro civil
- Policial casada/vive com parceiro policial

2. Situação conjugal atual:

- casada/vivendo no mesmo lar
- separada/divorciada
- namorando vivendo em casas separadas
- Não estou em nenhum relacionamento atualmente

3 Número de filhos: União atual - ____ Idade do(s) filho(s):

Unões anteriores - ____ Idade do(s) filho(s):

Caso a mulher seja policial:

Patente/Posto/Graduação/Divisa (na entrada e atual): _____

Tempo de polícia: ____ Trabalho: interno () externo ()

Porte de arma: Sim () Não ()

Dados do companheiro (a) - se for uma relação homoafetiva.

Se for policial:

Idade:_____ Cor da pele/etnia:_____ Escolaridade:_____

Patente/Posto/Graduação/Divisa (na entrada e atual):_____

Tempo de polícia :_____ Trabalho: interno () externo ()

Porte de arma: Sim () Não ()

Se for civil:

Idade:_____ Cor da pele/etnia:_____ Escolaridade:_____

Ocupação: _____

BLOCO 2: Violência:

1. O que você entende por violência entre o casal?
2. Você já sofreu ou sofre violência conjugal? Física ou psicológica? Descreva como era ou é.

BLOCO 3: Enfrentamento:

3. Já viveu episódio(s) de violência (física ou psicológica) de forma que tenha precisado procurar um atendimento médico ou psicológico? Esse atendimento foi feito nos serviços de saúde da corporação militar ou fora? Descreve como foi esse atendimento e o que você considera que facilitou ou dificultou fora ou dentro da corporação.
4. Você tem algum problema de saúde que considera que possa estar associado à violência sofrida na sua relação conjugal? Qual? Faz tratamento? Como?

BLOCO 4: Polícia

5. Na sua opinião, o comportamento ou as regras da corporação Polícia Militar podem influenciar na violência conjugal? De que forma?
6. Que sugestões você daria à PMERJ para ajudar as mulheres em situação de violência?
7. Tem algo que queira acrescentar com relação ao tema que eu não tenha colocado?

Pesquisadora faz agradecimentos pela participação.

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada “*Violência nas relações conjugais envolvendo policiais militares*”, conduzida pela mestrande Amanda da Silva Fonseca, discente de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional em Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dr^a Kathie Njaine e a coorientação da Professora Dr^a Vera Marques.

Este estudo tem por objetivo conhecer as vivências e compreender as percepções das mulheres policiais ou companheiras de policiais, no que se refere à violência no âmbito das relações conjugais.

Você está sendo convidada por ser parceira de policial militar ou mulher policial militar do Estado do Rio de Janeiro, vítima de violência conjugal, após incorporação de seu parceiro na instituição policial ou após sua própria incorporação. Sua participação consistirá em responder algumas perguntas em uma entrevista individual com a pesquisadora, com duração aproximada de 40 minutos a 1 hora. Você poderá sair do estudo a qualquer momento, mesmo que já tenha iniciado a entrevista. Basta informar à pesquisadora. Você será ouvida sobre a sua história em relação à violência conjugal, que sofre ou que sofreu.

A sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, não incorrendo em qualquer prejuízo a você. A participação nesta pesquisa não é remunerada, nem implicará em gastos para você. O local de realização da entrevista será escolhido por você.

As entrevistas serão gravadas, mediante sua autorização, não excluindo o seu direito de interromper a gravação a qualquer momento. Posteriormente serão transcritas e analisadas. A pesquisadora poderá fazer anotações. O anonimato completo será garantido.

A sua participação nesta pesquisa envolve alguns riscos. Primeiro, a possibilidade de perda de confidencialidade e sigilo de suas informações. Por isto, seu nome, o nome de seu

companheiro e patente(s) não será utilizado para identificação das entrevistas, nem em publicações ou relatórios do estudo. A identificação das entrevistadas será realizada por meio de nomes fictícios.

Somente as pessoas que trabalham na pesquisa, que são a pesquisadora, sua orientadora e coorientadora, poderão ter acesso às anotações, transcrições e ouvir as gravações. Todos os dados serão armazenados em mídia digital, de acesso restrito a pesquisadora e sua orientadoras, mantendo a confidencialidade, durante cinco anos, conforme determina as Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16 e, com o fim deste prazo, serão descartados. É garantido que a Corporação não terá acesso a estas informações, já que ficarão armazenadas em computador da instituição proponente desta pesquisa.

Um segundo risco refere-se a um possível desconforto diante de perguntas que podem parecer inconvenientes ou mesmo a um sofrimento emocional pela memorização de fatos dolorosos. Caso isso aconteça você pode se negar a responder a qualquer pergunta ou mesmo interromper a entrevista a qualquer momento. A pesquisadora responsável pela realização deste estudo também se compromete a interromper a entrevista, caso perceba em você algum tipo de desconforto emocional e, caso haja necessidade, se propõem a encaminhá-la para um dos serviços de psicologia existentes na Corporação.

Os benefícios relacionados a sua participação se referem ao conhecimento que poderá ser produzido sobre as percepções das policiais militares ou companheiras de policiais acerca da violência conjugal contra a mulher. Este conhecimento poderá subsidiar políticas institucionais de prevenção deste tipo de violência, assim como de proteção a vítimas.

Durante ou após o estudo você poderá solicitar à pesquisadora informações sobre a sua participação na entrevista e/ou sobre a pesquisa, através dos meios de contatos encontrados neste documento.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, rubrique as primeiras páginas deste Termo e assine ao final, nas duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável. Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone/e-mail da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Também poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa/ENSP, em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo.

O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Tel. do CEP/ENSP: (21) 2598-2863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

<http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210.

Contato da pesquisadora responsável:

E-mail: fonseca229@gmail.com Tel.: 97268-6748

Se você leu e este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi explicado, se todas as suas perguntas foram respondidas e você concorda em participar deste estudo, por favor, assine seu nome abaixo e rubrique todas as páginas do termo.

Eu _____

concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Declaro que li e entendi todas as informações referentes a este estudo, os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “*Violência nas relações conjugais envolvendo policiais militares*” e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas pela responsável da pesquisa.

Autorizo a gravação da entrevista Não autorizo a gravação da entrevista

(Assinatura da entrevistada)

Rio de Janeiro, ___ de _____ de 2020.

AMANDA DA SILVA FONSECA

Rio de Janeiro, ___ de _____ de 2020.